Acervo ISA

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
Data ___/___/___
Cod. I4D00005

S E M I N Á R I O:

OS BANCOS MULTILATERAIS DE DESENVOLVIMENTO NOS ANOS NOVENTA:

ANÁLISE DA CONJUNTURA ATUAL E PERSPECTIVAS

PARA COOPERAÇÃO A NíVEL DA SOCIEDADE CIVIL INTERNACIONAL.

10 e 11 de março de 1993.

Auditório da OAB (Brasília, DF).

Acervo ISA

Dia 1, Mesa 1 1
Tema: "Os Bancos Multilaterais, Seu Funcionamento e a Pauta para o Brasil"
Participantes: Yara Pietricowsky de Oliveira, moderadora (INESC); Michael Bailey (OXFAM); Steve Schwartzman (EDF); Flora Holzman e Maria José Jaime (INESC).

Dia 1, Mesa 2 6
Tema: PLANAFORO
Participantes: José Carlos Gadelha (Forum das ONGs de Rondônia), Luís Rodrigues de Oliveira (Forum dos Rurais, Rondônia) e Brent Millikan (IEA-Rondônia).

Dia 1, Mesa 3 11
Tema: PRODEAGRO.
Participantes: Sérgio Guimarães e João Dal Poz (FORMAD, Forum de ONGs de Mato Grosso), Virgínia Valadão (CTI) e Márcio Santilli (NDI).

Dia 1, Mesa 4 14
Tema: PAPP - Plano de Apoio ao Pequeno Produtor.
Participantes: Vandervando Nogueira (Centro Luiz Freire), Maria das Graças Paiva(Centro Josué de Castro)

Dia 1, Mesa 5 19
Tema: "A Barragem e o Reassentamento de Itaparica"
Participantes: Steve Schwartzman (EDF) moderador, Vicente da Costa Coelho (Pólo Sindical do Sub-Médio São Francisco), Luiz Dalla Costa (CRAB).

Dia 1, Mesa 6 20
Tema: "O Movimento dos Atingidos pelas Barragens e os Bancos Multilaterais".
Participantes: Steve Schwartzman (EDF) moderador, Vicente da Costa Coelho (Pólo Sindical do Sub-Médio São Francisco), Luiz Dalla Costa (CRAB).

Dia 1, Mesa 7 23
Tema: "Os Povos Indígenas e os Bancos Multilaterais"
Participantes: Orlando Baré (Coordenação das Nações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB)

Final do Dia 1, Debate Aberto 26

Dia 2, Mesa 8 30
Tema: "O PMACI e a Rodovia BR-364 (Porto Velho-Rio Branco)".
Participantes: Henri Acselrad (IBASE), moderador, Luiz Augusto Azevedo e Marco Antônio Mendes, do Forum de ONGs do Estado do Acre.

Dia 2, Mesa 9 35
Tema: Tema: "Trabalhadores Agro Extrativistas e os Bancos"
Participantes: Pedro Ramos (CNS/AP)

Acervo ISA

Dia 2, Mesa 10 38
Tema: "O Programa Piloto para as Florestas Tropicais Brasileiras".
Expositores: Júlio Barbosa e Jorg Zimmerman (GTA).

Dia 2, Mesa 11 43
Tema: "Novos Projetos: A Hidrovia Paraná-Paraguai e o Global Environmental Facility (GEF)".
Participantes: Moderador Tony Gross, Sérgio Guimarães (FORMAD), Luiz Carlos Ross (IEA) e Eduardo Martins (WWF).

Dia 2, Mesa 13 47
Tema: "As Politicas Internacionais e os Bancos Multilaterais".
Participantes: Michael Bailey e Trisha Feeney (OXFAM), Stephan Schwartzman (EDF) e Helmut Hagenan (ARA).

Dia 2, Mesa 12 (Posterior à 13) 50
Tema: "As Políticas Nacionais e os Projetos Multilaterais").
Participantes: Sérgio Sauer (CPT), Rubens Born (Vitae Civilis), Carlos Alberto Ricardo (CEDI)

Acervo ISA

S E M I N Á R I O:
OS BANCOS MULTILATERAIS DE DESENVOLVIMENTO NOS ANOS NOVENTA: ANÁLISE DA CONJUNTURA ATUAL E PERSPECTIVAS PARA COOPERAÇÃO A NíVEL DA SOCIEDADE CIVIL INTERNACIONAL.

10 e 11 de março de 1993.
Auditório da OAB (Brasília, DF).

Dia 1, Mesa 1

Tema: "Os Bancos Multilaterais, Seu Funcionamento e a Pauta para o Brasil",

Participantes: Yara Pietricowsky de Oliveira, moderadora (INESC); Michael Bailey (OXFAM); Steve Schwartzman (EDF); Flora Holzman e Maria José Jaime (INESC).

Yara Pietricowsky, moderadora.

O impulso maior para a realização deste encontro foi a vontade de refletir sobre mais de uma década de ação das Organizações Não Governamentais junto aos bancos multilaterais, bem como de socializar as informações advindas dessa experiência e torná-las disponíveis, do modo mais amplo possível, para as entidades brasileiras, a fim de, a partir daí, suscitar reflexões e possibilidades de ação futura.

Steve Schwartzman.

O Banco Mundial é a maior instituição pública de desenvolvimento do mundo, envolvendo contribuintes do Norte e do Sul e exerce total controle sobre os documentos referentes a suas operações, eis que nem mesmo os governos que a apóiam têm acesso à maioria das informações relativas a qualquer projeto.

Ele é organizado como uma empresa privada, com um Conselho Diretor com representantes dos países membros (os diretores exectuivos), e um corpo técnico liderado por um presidente e os gerentes. Foi criado na década de 40 com o objetivo primordial de financiar a reconstrução da Europa após a 2a. Guerra Mundial, a partir de mecanismos financeiros bastante criativos. A conferência que criou o Banco Mundial (e a sua instituição-irmã, o Fundo Monetário Internacional FMI), propôs um mecanismo original: cada país-membro daria uma quota de dinheiro, e se comprometeria com uma quota de garantia de capital ("callable capital"). Com uma quantia pequena de dinheiro, e as garantias dos maiores países industrializados, o Banco formou sua capital. Com a capital, o Banco passou a vender titulos a juros nos mercados internacionais financeiros, e usou esse dinheiro para emprestar para financiar desenvolvimento. Este mecanismo pertimiu ao Banco a mobilização de vultosos recursos com um custo orçamentário baixo (e políticamente aceitavel) aos países ricos. O caráter público dos Bancos se deve a esse mecanismo financeiro: são os contribuentes dos países do norte que fornecem a capital, e os contribuentes dos países do sul que pagam a conta dos emprestimos.

O modelo de desenvolvimento incialmente adotado pelo Banco foi baseado na engenharia civil. Da mesma forma que a Europa, destruida na segunda guerra precisava de reconstruir a sua planta física para voltar a crescer, os países do terceiro mundo precisaram construir a infraestrutura que não tinham, segundo a teoria. A idéia funcionou em alguns casos, como no Japão, que na década de 50 fez muitos empréstimos, reconstruiu-se, cresceu e tornou-se um país rico. Em certo momento o Japão passou a pagar mais ao Banco do que recebia em novos financiamentos, saldando assim a sua dívida. Na medida em que o Japão ja estava um país plenamente industrializado, cuja econômia gerava ampla capital para assegurar um processo continúo de crescimento, a transferência negativa dos recursos do Japão para o Banco não era problema. Em muitos outros países, porém, a situação foi diferente.

Em muitos países do terceiro mundo, o Banco investiu e houve crescimento, mas não necessariamente um processo de crescimento sustentavel, até mesmo em termos econômicos. Vários fatores contribuiram, em vários momentos, para esses problemas--a queda dos preços das comodidades primárias de exportação, barreiras contra o câmbio nos países ricos, bureaucracias estatais ineficientes senão corruptas nos países pobres, o endividamento aos bancos comerciais, e outros--que vão muito

Acervo ISA

além das operações do Banco Mundial. No entanto, já na epoca de 60 comecaram uma série de crises de endividamento com grandes repercussões para o Banco Mundial. Vários países tomadores de emprestimos dos Bancos começaram a pagar mais em juros e amoritzação dos emprestimos ao Banco do que recebia em novos financiamentos, mas em condições de crise de balanço de pagamentos, e não de um forte processo de crescimento, como foi o caso do Japão. A chamada "transferência líquida negativa" de recursos criou uma contradição grave para o Banco enquanto instituição de desenvolvimento. Como que a maior instituição de desenvolvimento poderia estar recebendo mais dos países mais pobres no mundo do que fornecia em novos emprestimos, e lucrando com isso, enquanto a crise econômico-financeiro dos países se aprofundava?

A resposta do Banco foi de aumentar a quantitade de dinheiro emprestado. Criou-se a Associação Internacional de Desenvolvimento (ADI), para emprestar dinhiero em termos concessionais (basicmente sem juros), em 1960, e subsequentmente sob a direção do Robert McNamara, aumentou-se maciçamente a capital e os empréstimos do Banco para transtornar a crise da transferência líquida negativa de recursos para o Banco. As transferências negativas ja começaram a aparecer na época de 60 e se agravaram na decada de 70. O Banco entre 1968 e 1981 (a época McNamara), sob a bandeira de empréstimos contra pobreza, aumentou o nivel dos emprestimos de $953 milhões por ano a $12,4 bilhões por ano.

O Brasíl, como outros países, passou a emprestar mais nessa época, e illustra bem a tendéncia mais ampla. Houve crescimento economica, mas houve tambem o agravamento da pobrezza, danos ecologicas, inequidade da distribuição da renda e da terra piorou, e a divida externa tambem aumentou. Ou seja, os projetos, e o modelo de desenvolvimento que os bancos promoviam, nitidamente não conseguiram equacionar os problemas de pobrezza, e da má-distribuição da renda que eram as suas finalidades ostensivas.

E importante ressaltar que a crise economica no Brasíl não pode ser mecánicamente atruibuida aos projetos do bancos multilaterais, ou até as políticas do FMI. O Banco Mundial é a maior fonte de assisstencia oficial internacional--de dinheiro publico internacional--mas isso representa uma pequena fracção dos fluxos internacionais de capital. O BIRD emprestou para o Brasíl US$18 bilhões de 1953 até 1992, e o BID, US$ 7,9 bilhões de 1961 até 1991, enquanto em 1990 a dívida externa do Brasíl era de US$ 116 bilhões. Por volta de 5% da dívida externa do Brasíl é com as instituições multilaterais, a grande maioria sendo de bancos comerciais. Posto de outra forma, o Banco Mundial tem empréstimos acumulados de $289 bilhões, no total para o mundo desde seu início em 1946 enquanto o Produto Interno Bruto do Brasíl em 1990 era de US$414 bilhões. O peso da assistencia oficial internacional é pequeno perto da atividade economica privada, especialmente num grande país industrializada, como o Brasíl. Por sinal, toda a assistência oficial internacional para o mundo em 1990 era de US$ 55,6 bilhões (os desembolsos da assistência bilateral, e pagamentos às instituições multilaterais)--não muito mais do que a exportação do Brasíl no mesmo ano, de $31 bilhões.

A influéncia política dos bancos multilaterais é maior de que a quantidade bruta de recursos que emprestam. A nivel dos projetos, de modo geral para cada dollar que BIRD ou BID empresta, os governos, ou cofinanciadores internacionais alocam dois ou tres dollares a mais em contrapartidas nacionais ou cofinanciamentos. Mais importante é a influencia do modelo de desenvolvimento promovido pelos bancos. Não é casualidade que o Banco Mundial se recusou de emprestar para o governo Goulart, mais apoiou integralmente a política economica da ditadura militár--alem da pressão dos EUA, o programa do governo militar ("o bolo tem que crescer") correspondia com a estratégia do Banco para pobrezza, que o crescimento em si, sem medidas politicamente difíceis para redistribuição de renda ou terra, poderia melhorar a situação dos mais pobres. Obviamente o modelo não funcionou.

De qualquer forma o problema das transferências negativas dos recursos dos países pobres para o Banco Mundial não desapareceu, e não foi equacionada com o aumento da capital do Banco na época de 70. Ao contrário, piorou (quadro 1).

Acervo ISA

Quadro 1

Transferências Líquidas[1] de Recursos ao Banco Mundial 1989 - 1993, por Região
(US$ milhões)

	1993	1989 - 93
Africa	$874	$4.968
Leste Asiatco e o Pacífico	- $513	- $2.168
Asia Meridional	$885	$7.463
Europa e Asia Central	- $42	- $5.035
Oriente Médio e Africa Setentrional	- $391	- $1.245
América Latina e o Caribe (inclusive Brasíl)	- $2.350	- $7.985
(Brasíl)	- $1.312	- $5.300
Total Global	**- $1.537**	**- $4.002**

(fonte: The World Bank Annual Report: 1993)

Se a transferência negativa ao Banco Mundial representa uma parte pequena dos fluxos da capital do sul para o norte nos anos 80, é um problema grave para o Banco Mundial, pois coloca em questão a legitimidade do Banco enquanto instituição de desenvolvimento. Na medida em que países que pagam mais ao Banco do que recebem continuam em crise (como é o caso do Brasíl), os governos tendem a criar grandes pressões para o Banco emprestar mais. Uma vez que a estrategia basica do Banco enquanto bureaucracia que busca se manter e aumentar o seu poder, é aumentar os emprestimos, a

[1] "Tranferencias líquidas" signifca desembolsos brutos menos rembolsos (de capital mais juros e tarifas). Inclue recursos do BIRD e ADI.

Acervo ISA

resposta ao problema da transferencia negativa dos recursos não poderia ser diferente na época de 90 do que era na época de 60. E so uma questão de achar a forma apta para fazer novos emprestimos.

Dai que está a grande ironía da campanha ambientalista de reforma dos bancos. Apos quase uma decada de esforco de fazer intervenções nos projetos e políticas dos bancos, as entidades ambientalistas conseguiram deslanchar um processo de reforma ambiental ao menos no Banco Mundial e no BID. Uma vez que os bancos deixam de resistir frontalmente a reforma ambiental, absorveram o discurso ambientalista e transformaram a questão ambiental em forma de emprestar mais dinheiro. Ou seja, a questão ambientalista vira, para o Banco, a potencial solução a crise das transferências negativas dos recursos para o Banco.

De fato, desde o início da decada de 80, entidades ambientalistas principalmente nos estados unidos conseguiram criar uma pressão real nos bancos multilaterais, com base nos efeitos ambientais e sociais dos seus projetos. Através das allianças com ONGs e movimentos sociais no Brasíl, na Índia, na Indonesia conseguiram mostrar para os comitês relevantes no Congresso norteamericano os gravissimos problemas que várious projetos específicos estavam causando, e a necessidade de promover reformas nos bancos. A ameaça à fonte de recursos para a capital dos bancos apresentado pelos parlamentares foi eficáz, especialmente nos momentos em que os bancos pediram mais dinheiro para aumentar a sua capital (necessário para aumentar os empréstimos). Foram criados divisões de meio-ambiente no Banco Mundial e no BID, e contratados mais quadros adequados para avaliar os impactos ambientais dos projetos. Foram implantados procedimentos de avaliação ambiental dos projetos, tambem sob pressão ambiental, e as políticas do Banco Mundial sobre povos indígenas e o reassentamento forçado, foram melhoradas, bem como as diretrizes do BID sobre os mesmos assuntos. Abertura das informações dos bancos, uma das principais reivindicações dos ambientalistas, bem como das entidades não-governamentais do sul, na medida em que ameaça o controle tecnocrático dos bancos sobre os projeto, tem sido o ponto mais difícil, em que houve menos avanço.

Mais na medida em que os bancos assumiram a questão ambiental, fizeram do seu jeito. Passaram a financiar grandes projetos ambientais (como o saneamento do Rio Tiete no São Paulo, Planalforo em Rondônia e Prodeagro em Mato Grosso), e criaram novas instâncias para financiar projetos "verdes", como o GEF, (Global Environmental Facility, ou fundo global ambiental). Como se ve no projeto do G7 na Amazônia, e com o GEF na discussão de mecanimsos financeiros na reunião oficial da Eco-92, o Banco Mundial visa centralizar e controlar todos os finaciamentos ambientais que eventualmente sairão das discussões oficiais das questões de clima, biodiversidade, florestas, etc. O risco dessas iniciativas fracassarem ou terem efeitos perversos com o modelo centralizador, tecnocrático e sigiloso que é a marca dos bancos multilaterais, é muito grande.

Conclusão: ser possível conseguir mudanças importantes e específicas nos projetos aqui, no Brasil, o que, em sua opinião, já ocorreu em alguns casos, como, por exemplo, no Programa Piloto do G-7 para a Amazônia, onde tem havido enorme mobilização de entidades que começam a ter acesso ao Banco, discutindo o projeto diretamente com o Banco e com alguns orgãos do Governo responsáveis pelo projeto. Isto se deve à mobilização das entidades brasileiras, articuladas com a pressão lá fora. Destaca, no caso, a importância da ação das ONGs na implantação dos projetos de Itaparica, Rondônia e Mato Grosso.

Propostas:

1. Acesso às informações é primordial qualquer iniciativa de reforma. O Banco é uma instituição de caráter sigiloso, e precisa modificar o processo decisório e facilitar o acesso às informações por parte das populações e entidades da sociedade civil eventualmente envolvidas. É um ponto em que o Banco tem relutado muito e, portanto, em que houve menos progresso até o momento. O Banco desejar promover um desenvolvimento sustentável, socialmente justo, mas cujos beneficiários não são informados sobre o modelo a ser adotado. Por tratar-se de questão consensual no âmbito das ONGs e sendo tão fracos os argumentos do Banco, é possível promover ações ou campanhas no sentido de mudar esta condição.

Acervo ISA

2. Elaborar uma agenda comum, com a finalidade de se exercer pressão sobre o Banco, aproveitando este Seminário, que pela primeira vez, coloca juntos várias experiências localizadas de movimentos sociais e entidades não governamentais. 3. Oportunidades de trabalho: a reunião de cúpula de Ministros da Economia dos países membros do Grupo dos 7, a ser realizada em Tóquio, em junho próximo. Nesta reunião será discutida a reforma e reunião anual do Banco Mundial, a ser realizada em setembro próximo, em Washington. Nesta ocasião, entidades não governamentais costumam fazer reuniões paralelas, sendo, portanto, teoricamente, o momento propício para promover um lobby conjunto.

Flora Holzman.

Tema: "A Pauta do Brasil para o Banco Mundial - Perspectivas para o Futuro".

As relações do Brasil com as instituições multilaterais de crédito são, de modo geral, marcadas pela ausência de políticas consistentes no País, dadas as inúmeras mudanças que vêm ocorrendo na área econômica brasileira, em termos de prioridades, políticas sócio-econômicas etc, gerando uma série de problemas na tramitação dos projetos já existentes e na contratação de novos. A fixação de prioridades dos projetos, refere-se aos diferentes tipos de visão encontrados no âmbito do Governo brasileiro e de alguns organismos internacionais de crédito.

O impacto ambiental, nas diferentes fases de cada Governo, o que também prejudica a contratação de novos projetos. Existe a necessidade de maior pressão, internamente, e de uma definição muito clara sobre o que se pretende em termos de política ambiental e de política de desenvolvimento, dada a diferença de conceitos existente lá fora, no exterior no sentido de compatibilizar esses dois tipos de visão. Existe ainda inconsistência técnica dos projetos e das falhas verificadas em sua elaboração (estimativas do impacto ambiental e do impacto social), o que afeta os objetivos pretendidos com o projeto. Vários projetos muitas vezes não coadunam com a política governamental, em detrimento, por exemplo, dos projetos de impacto social ou ambiental, por falta de entendimento entre Governo Federal, Estadual, e os diversos segmentos da sociedade quanto ao projeto ideal para determinada região.

É muito importante a etapa de desembolso dos recursos financeiros, logo que aprovados os projetos, e da disponibilidade para efetivação das contrapartidas. Assinala que em muitos casos os projetos têm problemas nesta fase, por parte do Governo brasileiro, que em momentos de crise suspende a liberação dessas contrapartidas, o que provoca atraso na implementação dos projetos, o que, por sua vez, provoca a cobrança de multas, redundando em desperdício de recursos, dada a desvalorização de nossa moeda. Esta é uma das questões mais complicadas de serem resolvidas, já que envolvem autoridades do Governo Federal e políticas muitas vezes momentâneas.

Todos esses fatores têm levado o Governo brasileiro, inevitavelmente, também a uma revisão do seu ponto de vista e que, não obstante a atuação dos grupos de pressão, que têm conseguido modificações positivas na carteira de projetos, o Governo Federal costuma, igualmente, a cada operação, alterar toda a carteira, com isso afetando a credibilidade do País e prejudicando a aprovação de nossos projetos, além de causar o retraimento do Banco Mundial.

Os empréstimos setoriais para ajustes estruturais e o interesse do Governo brasileiro em fechar tais acordos - o dinheiro destinado a esses projetos pode, no caso, ser utilizado também no pacote da dívida externa - sem que, no entanto, consiga finalizá-los. Exemplo é o caso do projeto relativo ao comércio exterior, em que o Brasil tinha que fazer uma série de acertos, com liberação de tarifas, abertura de mercado e assim por diante, e no qual, por indefinição do Governo, deu-se o retraimento do Banco.

No atual Governo não há prioridade para projetos setoriais e, assim, embora esse dinheiro seja extremamente necessário para fechar o pacote da dívida com os bancos externos, tais projetos encontram-se literalmente engavetados, inclusive os que estavam prontos para serem liberados.

Acervo ISA

Dia 1, Mesa 2

Tema: PLANAFORO

Participantes: José Carlos Gadelha (Forum das ONGs de Rondônia), Luís Rodrigues de Oliveira (Forum dos Rurais, Rondônia) e Brent Millikan (IEA-Rondônia).

José Carlos Gadelha.

Até meados dos anos 80 os objetivos do programa Polonoroeste (maior projeto de colonização agrícola na Amazônia, acoplado na pavimentação da rodovia 364 de Cuiabá ate Porto Velho) não haviam sido cumpridos, especialmente no que se refere à questão da preservação ambiental, e que o asfaltamento da BR-364 também criou vários problemas como: o aumento drástico da migração para Rondônia, causando um processo de ocupação indiscriminada e redundando em crescimento dos conflitos de terras em Rondônia e em áreas de colonização de Mato Grosso; aumento da área desmatada (de 5.74% para 17.1%, entre 1983-88); não demarcação das reservas indígenas; invasão das terras por madeireiras, mineradoras e outros (a questão da saúde das comunidades chegou, em muitos casos, a um estado de calamidade); depredação e invasão de reservas florestais (parques nacionais e reservas biológicas); inviabilização de projetos de colonização devido à falta de infra-estrutura (estradas, saúde, transporte) assistência técnica e à própria questão do modelo de agricultura implantado na região, que não foi bem sucedido.

Como isso tornou patente a insustentabilidade do modelo agrícola que estava sendo implantado através do Polonoroeste e dos projetos de colonização e a pecuária extensiva, que ocupou áreas dentro desses projetos de colonização.

O Planaforo começou a ser trabalhado em 1986, com técnicos do Governo do Estado de Rondônia e consultores do Banco Mundial e da FAO, dentro da perspectiva de elaboração de um projeto e de dar continuidade às ações do Polonoroeste. O Estado tinha necessidade de receber recursos externos e, já que o Polonoroeste havia sido caracterizado, em termos mundiais, como um fracasso, era importante para o Banco recuperar sua imagem, seriamente deteriorada por inúmeras denúncias de ONGs internacionais.

No que diz respeito à participação das ONGs, desde 1988 o Forum RO fez algumas mobilizações, como: correspondência aos Diretores do Banco Mundial, indicando que as entidades existentes em Rondônia - representantes de seringueiros, trabalhadores rurais, ambientalistas e outros segmentos da sociedade - não haviam sido consultadas na elaboração e discussão desse novo projeto. Esta foi a primeira mobilização das ONGs, no que tange à questão de Rondônia. Em 1990, foram realizadas algumas reuniões, promovidas por seringueiros, trabalhadores rurais e índios, para discussão do programa Planaforo, tendo sido produzido um documento conjunto, com críticas e sugestões a respeito do projeto. Entretanto, naquele momento o Banco e o Governo já haviam engavetado o projeto - era final de Governo e o Banco quase interrompera as negociações, havendo ainda pouco interesse por parte do Governo Estadual, que sentira que não haveria mais possibilidade de receber os recursos ainda durante o seu mandato.

O Governador Oswaldo Piana, foi contrário ao projeto desde a época em que era Presidente da Assembléia Legislativa, quando promoveu articulações que prejudicavam a viabilização Planaforo, considerando-o um projeto inviável. Mas em março de 1991, ao assumir o Governo do Estado, coloca-o novamente na pauta de prioridades do Estado, demonstrando claramente o desejo do Governo de angariar recursos para manter em funcionamento a máquina administrativa, hoje muito deficiente.

Em junho de 1991, o Governo Estadual convidou algumas ONGs para participarem de uma reunião em que seria discutido o projeto, quando, então, foi ampliado este espaço de discussão pelo Forum, com a articulação de várias outras ONGs. Doze entidades assinaram, em 20 de junho daquele ano, um protocolo com o Governo do Estado, segundo o qual este garantiria, de forma institucional, a participação das ONGs, através de participação no Conselho Deliberativo e das Comissões Normativas,

Acervo ISA

para elaboração dos Planos Operativos Anuais e também para avaliação e monitoramento do programa, e a promoção de algumas ações emergênciais, como a interdição de algumas áreas para criação de reservas extrativistas, desintrusão de áreas indígenas. Até agora, apesar da insistência do Forum e de terem sido renovados os prazos de vigência do decreto de interdição das áreas indígenas, nada foi feito.

Com relação as políticas públicas, o problema se encontra no âmbito do Governo Estadual. Os projetos não são discutidos globalmente, por exemplo, na Secretaria de Saúde e na Secretaria de Agricultura, mas são compartimentados por especialização, o que gera muito confronto entre as ONGs e os técnicos do Governo. O ideal seria analisar o projeto como um todo, o que permitiria uma visão global do programa.

A participação das ONGs, esta sendo dificultada por vários fatores. Em primeiro lugar, porque o Planaforo, dentro do contexto de Rondônia, é um macroprograma, que seria desenvolvido através de toda a máquina do Governo, com o envolvimento de todas as Secretarias de Estado, prejudicando a interferência de algumas poucas ONGs no programa, já que estas possuem deficiente infra-estrutura de recursos humanos, de estrutura física e assim por diante.

Tudo isto preocupa os dirigentes, quanto ao processo de participação, não obstante as entidades já tenham conseguido, de forma institucional, garantir paridade no Conselho Deliberativo (13 Secretarias de Estado e 13 entidades não governamentais), bem como nas comissões normativas de programas, responsáveis pela elaboração dos projetos executivos anuais. O questionamento hoje existente nas áreas das ONGs, quanto à sua capacidade técnica, para que possam discutir com os técnicos do Governo, apesar de toda a deficiência técnica do Estado, este consegue arregimentar pessoal qualificado.

Outro fator a dificultar a ação das ONGs é sua localização, na grande maioria dos casos, no interior do Estado, além dos poucos recursos financeiros de que dispõem, é também um modo de o Estado inviabilizar a ação das organizações nesse contexto. O Banco retrair-se sempre que as ONGs lhes apresentam as incoerências do Governo, sob o argumento de tratar-se de questão interna a ser resolvida diretamente com o Governo Estadual.

No que diz respeito ao desejo do Banco de injetar recursos verdes nessas regiões, ficou patente para as ONGs, no caso do Planaforo, que o comportamento contraditório do Governo do Estado, ou seja, este nada poderia fazer por não ter recursos, sendo necessário que os recursos cheguem para que o Governo possa atuar.

Existe uma forte tendência do Banco no sentido de uma cooptação das entidades, já que por várias vezes foram oferecidos recursos para projetos que as organizações poderiam apresentar, os quais seriam integralmente aprovados pelo Banco. Afirma que neste sentido as ONGs conseguiram um grande avanço, pois conseguiram decidir, em conjunto, que não iriam fazer uso de recursos do Planaforo para desenvolver suas atividades, mas apenas para garantir despesas com deslocamentos e alimentação, a fim de que seu pessoal possa participar das discussões. Além disso, concordaram em não elaborar nenhum projeto que comprometesse as organizações com o programa em si.

A participação das ONGs é também dificultada pela questão dos prazos estabelecidos pelo Governo a partir de seus próprios interesses, constituindo este um ponto que também vem sendo questionado pelas organizações no Estado, as quais têm sugerido que para o próximo ano seja fixada uma agenda mínima de trabalho, a fim de que não se comprometam as atividades que as ONGs já vêm desenvolvendo e estas possam continuar seu trabalho independentemente da questão do Planaforo, ou seja, para que o Planaforo seja mais uma atividade das ONGs e não a atividade das ONGs.

Luiz Rodrigues de Oliveira.

A desintrusão das áreas indígenas foi incluída no protocolo de entendimento, mencionado antes, como uma das condições para efetivação do Planaforo, tendo o Governo do Estado cumprido muito pouco do

Acervo ISA

que havia sido fixado naquele protocolo, tendo, na verdade, cabido às ONGs o cumprimento da parte referente à aprovação do Planaforo. As áreas indígenas continuam sendo invadidas, principalmente por madeireiras e garimpeiros, sendo que um relatório publicado no ano passado e elaborado pelo próprio Secretário de Meio Ambiente de Rondônia em conjunto com algumas ONGs, informa que 90% de toda a madeira de lei do Estado saem de áreas indígenas, o que por si só é inconstitucional. A invasão é, portanto, uma realidade, acrescida dos muitos conflitos que ocorrem entre madeireiros e índios. Em algumas áreas esse trabalho é feito de comum acordo entre madeireiros e índios, mas em outras a madeira é roubada, redundando até em mortes em ambos os lados. Garimpeiros também têm invadido as áreas indígenas, extraindo ouro e outras riquezas de que o Estado, por omissão, não toma conhecimento.

No Planaforo, o Estado entrou em um círculo vicioso, ou seja, se o Estado não cumprir sua parte, o Planaforo não poderá ser implementado e, se o Planaforo não for implementado, o Governo Estadual não terá como promover as ações emergenciais. Daí as enormes dificuldades decorrentes da inoperância do Estado: 26% das áreas estão demarcadas, cerca de 32% estão em processo de demarcação e o restante permanece sem qualquer providência por parte do Estado. Nos Planos Operativos Anuais do Planaforo para 1993 está incluída a demarcação dessas áreas e que a perspectiva é, portanto, de que isto realmente se concretize, sendo, entretanto, muito difícil que o Governo tenha condições de fazer o desembolso desses recursos ao longo deste ano.

Na avaliação do Forum, as maiores falhas do Plano, principalmente quanto à questão das áreas indígenas, resultam do fato de não ter sido prevista, em particular nas com potencial para a extração de madeira e outros recursos naturais, uma alternativa econômica para os povos indígenas, já que nenhum recurso está previsto para implementar qualquer projeto de auto-sustentação daquelas áreas, com base na capacitação das próprias comunidades, para que elas próprias levem avante seus projetos de autonomia. Nada existe também no que se refere à educação. O Forum vem discutindo com as próprias comunidades a possibilidade de nos próximos Planos Operativos Anuais serem incluídos tais recursos.

Existe uma forte tendência do Governo de mostrar-se vulnerável à influência de certos grupos econômicos organizados no Estado e infiltrados no próprio Governo, com Secretarias ocupadas por representantes desses grupos - madeireiras e mineradoras, principalmente - constituindo um exemplo o fato de o próprio Vice-Governador estar ligado a uma série de grupos madeireiros. Tais grupos tentam convencer o Governo de que seria até prejudicial ao Estado aceitar as exigências do Banco Mundial em relação ao Planaforo. Quanto à questão do garimpo e à extração de madeira, esses grupos propõem ao Governo Estadual, ao invés da implementação do Planaforo, a liberação dos garimpos e da extração de madeira, o que a seu ver poderia render muito mais ao Estado, através de uma política fiscal mais adequada, e em prazo menor do que o fixado para o Planaforo. Tais episódios representam uma grande preocupação para as ONGs, no sentido de que tais interferências não continuem a fazer-se sentir no âmbito do Governo Estadual.

Brent Millikan

Os espaços de participação, é experiência bastante complexa, sendo que a participação das ONGs tem sido frustrada, sobretudo na parte de planejamento das ações executivas, por falta de orientação técnica dos órgãos governamentais quanto ao entendimento de seu papel no Planaforo, em particular no que diz respeito à articulação de cada órgão no programa. Esta falta de capacitação técnica, tem dificultado a participação das ONGs, em especial nas discussões sobre a problemática a ser enfrentada, por inexistir um processo de reflexão para construção de uma base de planejamento e de uma estratégia de atuação e para compreensão dos papéis de cada órgão. Não há planejamento, na realidade, mas apenas ações estanques, isoladas, sem uma estratégia global.

Este problema está vinculado à questão da capacidade institucional do Estado e que não tem sido levada a sério nem pelo Banco Mundial nem pelo Governo Federal. A inexistência, no Banco Mundial, de uma análise séria sobre a problemática de cargos e salários e dos recursos humanos necessários à execução de um programa como o Planaforo - isto, apesar de não ser segredo, embora não reconhecido

Acervo ISA

publicamente, o fato de o Estado de Rondônia não ter condições de executar um programa desse tipo, dada a enorme evasão de técnicos que ali tem ocorrido, sobretudo os mais qualificados, em função dos baixos salários e, ainda, muitas vezes, em face da ingerência política nos trabalhos (algumas pessoas que procuram fazer um trabalho mais sério sofrem, às vezes, perseguições políticas), o que, sem dúvida, representa uma tendência histórica naquela região.

O aspecto político é implícito em um programa como o Planaforo, quando se consideram os interesses de grupos que apóiam o Governo e que lucram com a depredação do meio ambiente, como no caso dos madeireiros, e o tipo de sustentação política, na medida em que tal programa começa a limitar o poder de ação desses atores econômicos, e levando-se em conta o fato de que tais grupos têm grande influência sobre o Estado.

Estas questões são importantes, tendo em vista a discussão do problema do desenvolvimento sustentável, no sentido de ser definido o tipo de sustentação política que tem esse modelo que se deseja implantar e que se constitui em algo novo. Trata-se de refletir sobre o uso de recursos naturais a longo prazo, com uma preocupação social, algo bastante diferente da forma de "desenvolvimento" que acontece numa região fronteiriça como Rondônia. Lamenta que o Banco Mundial não estar atentando para esta questão.

Há poucas semanas os Secretários do Estado de Rondônia pediram demissão coletiva, numa espécie de manobra para conseguir o apoio da Assembléia Legislativa para o Governador do Estado, tendo assumido a Secretaria de Planejamento o Sr. William Cury, Presidente da CODERON, Companhia de Desenvolvimento Agrícola de Rondônia, que executou boa parte Polonoroeste, sendo bastante conhecidas as irregularidades ocorridas durante sua gestão. Tendo em vista estar o Planaforo subordinado à SEPLAN, é preocupante. Essa instabilidade política tem reflexos diretos na administração estadual e na implementação do programa.

A questão das políticas públicas, é extremamente importante, na medida em que muitas vezes poder-se-a argumentar que os grandes problemas sociais e ambientais, num Estado como Rondônia, tem suas raízes em políticas públicas contraditórias, equivocadas, e que a vinda desse dinheiro verde para um projeto como o Planaforo não vai reverter automaticamente este quadro. No caso do Planaforo, porém, o interessante é que pressupõe a reformulação e a compatibilização de uma série de políticas governamentais, inclusive a institucionalização do zoneamento sócio-econômico e ecológico de Rondônia, a eliminação do desmatamento como forma de obter titulação de terras, bem como a adoção de políticas e práticas adequadas de regularização fundiária, a eliminação de incentivos econômicos e fiscais, que estimulam a utilização ineficiente de recursos naturais, e assim por diante.

O empréstimo prevê um acordo sobre a política fundiária do INCRA, que deve obedecer ao zoneamento e ser consistente com a idéia de ocupação racional da terra e outros pontos. Como exemplo de questão ligada a políticas públicas, a política fundiária do INCRA não se alterou praticamente em nenhum aspecto com o Planaforo e até com a assinatura de acordos entre o INCRA e o Governo de Rondônia, já que muitas vezes tais acordos implicam que o INCRA pode continuar agindo da forma como sempre agiu. Considerando-se o histórico da ocupação de Rondônia, constata-se que muitos dos problemas de ocupação desordenada e que criaram problemas sociais e ambientais, ocorridos nas décadas de 70 e 80 em Rondônia, foram incentivados pelo fluxo migratório da época e tiveram a ver com a atuação do INCRA. E isto até agora não se alterou.

O INCRA é exemplo concreto de casos que as ONGs têm questionado o estado. Apesar de formalmente estar de acordo com o zoneamento de Rondônia, com base em lei complementar estadual, este não tem reconhecido o zoneamento. No ano passado, as ONGs questionaram o fato de o INCRA ter criado três projetos de assentamento numa área de mais de 200 mil hectares, destinada a reservas extrativistas, nos quais estava previsto o assentamento de cerca de 2.800 famílias, completamente à revelia da legislação que dispõe sobre o zoneamento. As ONGs questionaram o fato de nenhum desses projetos ter contado com a elaboração prévia de RIMAs, por parte do INCRA, ao arrepio da legislação do CONAMA (Resolução no.001/86) segundo a qual qualquer projeto agropecuário de grande porte deve basear-se previamente no RIMA.

Acervo ISA

Os problemas derivados do fato de os projetos de assentamento, além de se encontrarem em áreas previstas para o extrativismo, ou seja, com presença de seringueiros e solos de baixo potencial agrícola, terem sido planejados para serem encostados em áreas indígenas, o que também facilita a invasão destas áreas, principalmente a ação de madeireiros. Os critérios de seleção das áreas, mal elaborados, partiam de preços supervalorizados (em mais ou menos cem por cento) como forma de corrupção, já que o pessoal do INCRA levava sua parte. A política de alienação de terras, em que o INCRA tem titulado terras está completamente à revelia do zoneamento, principalmente no Vale do Guaporé, em áreas ocupadas por seringueiros, já que os acordos do INCRA com o Governo de Rondônia, relativamente ao Planaforo, deixaram esta brecha, e só trataram de aquisição de terras para projetos de assentamento.

Outro aspecto que as ONGs têm questionado é a continuação do reconhecimento do desmatamento e da implantação de pastagens como forma de mostrar a ocupação da terra para fins de regularização fundiária. Formalmente o INCRA deveria repassar a gestão das terras ou boa parte de suas atribuições para o ITERON mas tal não ocorreu de forma jurídica e boa parte do patrimônio fundiário do Estado não foi repassado para o Governo Estadual. Além disso, o órgão estadual de terras não tem capacidade institucional (plano de cargos e salários) para administrar o uso dessas terras em Rondônia. Outros exemplo de participação das ONGs, para influenciar na solução desses problemas fundiários é a participação na Comissão da Terra e a Comissão de Zoneamento, as quais, porém, não têm funcionado.

Conclusão. Existe certa incompatibilidade entre a política fundiária e a política ambiental em Rondônia. Portanto, é fundamental a participação das ONGs na realização de levantamentos ou análises das políticas públicas. No caso de Rondônia, é importante uma abordagem desse tipo de problema, sob o risco das ONGs se tornarem parceiras de algo equivocado.

Interpelações

José Benatti. Tendo em vista o boicote do Governo, o movimento pensou em romper ou sair do processo?

Gadelha. A decisão havia sido no sentido de que a participação se daria até o final do primeiro ano de implantação do programa, para depois ser avaliado todo o processo. Até agora, porém, o programa sequer começou a ser executado.

Rubens Born. Dado o retraimento do Banco Mundial, quando a ele são levadas as incoerências constatadas na condução de um projeto,e o fato de que a atuação das ONGs teria sido fundamental para a aprovação do crédito, qual é a reação do movimento ao Banco Mundial e se já pensaram em exigir uma comissão de sindicância do Banco. Qual a função da mudança de Governo nos Estados Unidos haverá alterações na Diretoria do Banco, em termos de pessoa física, ou na política norte-americana, no âmbito do Banco Mundial.

Gadelha. A princípio foram tentados outros canais de contato, até com outras entidades, os quais, entretanto, não se mostraram muito eficientes, já que as questões que chegam ao Banco permanecem sem resposta.

Millikan. Não seria o caso de se afirmar que o Governo tem boicotado a participação das ONGs, embora no início tenha sido complicado, até em termos de argumentar com o Banco Mundial e o Governo do Estado em relação a quais organizações foram consultadas e que tipo de participação se deseja no projeto. No que diz respeito ao processo de reivindicação de negociação, assinala que as ONGs têm conquistado alguns espaços, embora essa participação esteja sendo frustrada por outros problemas. Em primeiro lugar, pela incompetência técnica e pela incapacidade institucional dos órgãos governamentais, não levadas a sério pelo Banco Mundial,e, em segundo,a adoção de políticas equivocadas e outros interesses que influenciam o processo, à revelia das instâncias oficiais de participação - as comissões. Seria importante refletir sobre até que ponto essa questão das reformas internas do Banco, para torná-lo mais ambientalista, mais verde, irá funcionar. Apesar de todos esses problemas, as ONGs têm tido um papel relevante, em termos de reivindicação, continuando a

Acervo ISA

denunciar. Este é o papel das ONGs, estejam ou não participando oficialmente dos programas. Se torna importante também, trabalho conjunto com os parceiros do Norte, para o fortalecimento das ONGs locais, que são uma fonte de informação para essas campanhas internacionais, mas cuja capacidade, em termos de recursos humanos e de infra-estrutura, é muito pequena, se comparada à das outras do resto do mundo.

Schwartzman. No que se refere à Diretoria do Banco Mundial, a pessoa física muda, por tratar-se de indicação política, quando muda o Governo. Não se sabe ainda quem será o novo titular. Quando ao BID, se sabe que há um candidato mais definido. O Tesouro americano começa agora a preparar seu programa, tanto no que se refere à área internacional quanto às demais, e que há sinais de que haverá significativas reformas no Banco, sendo possível que o nível de negociação diplomática entre Estados Unidos e os maiores países doadores seja ampliado. Acrescenta que nos últimos cinco ou sete anos os Estados Unidos têm avançado neste campo, em cumprimento a uma legislação sobre acesso às informações, embora não negocie em termos diplomáticos com os outros países doadores no sentido de impô-la ao Banco. Este quadro poderá alterar-se e estabelecer-se um outro nível de negociação diplomática. Daí a importância da reunião de cúpula do G-7.

Capobianco. Diversos programas de financiamento na área ambiental, com recursos do Banco Mundial, têm mostrado, na verdade, uma prática, por parte do Banco, que muitas vezes inviabiliza o cumprimento do programa. Eles têm - ou tinham - uma tendência de responsabilizar integralmente o Governo brasileiro pela incapacidade operacional dos programas, mas que recentemente vários programas têm mostrado que sua inviabilidade encontra-se em sua própria concepção e no relacionamento do Banco com o Governo. Na atuação junto ao Governo Federal e ao Governo Estadual de Rondônia foi identificado esse tipo de postura do Banco Mundial? Qual seria a quota de responsabilidade do Banco na inviabilização do Planaforo?

Millikan. Trata-se de problema de política econômica interna e que a maior culpa do Banco Mundial é não levar em conta a seriedade desses problemas. A lógica interna do Banco Mundial é que, na verdade, coordena o projeto.

Gadelha. O Banco costuma transferir responsabilidades, o que parece muito claro no processo em questão. Esclarece que, quanto às missões de avaliação enviadas pelo Banco - e o exemplo do Polonoroeste é típico - contatam apenas o executor, o que privilegia os grupos de influência. O Banco deveria verificar in loco o que realmente acontece e que as ONGs deveriam pressioná-lo para que de fato sejam cumpridos os objetivos fixados no programa.

Amazonino de Oliveira. É fundamental a fase de identificação dos projetos e sugere sejam transmitidos mais detalhes sobre o assunto, especialmente no que diz respeito aos mecanismos de aprovação adotados pelo Banco Mundial. Quais projetos em São Paulo, financiados pelo Banco Mundial, que apresentam algumas exigências deste no sentido da criação de foros institucionais com participação da sociedade civil para acompanhamento de sua atuação. Qual a perspectiva do Banco Mundial nesses casos e se realmente há algum interesse do Banco na criação de tais foros ou se ele cumpre apenas mera formalidade, para dar uma resposta política.

Virginia Valadão. A participação das ONGs na execução do Prodeagro e do Planaforo, por se tratar de projetos muito antigos, a inserção das ONGs nessa luta foi uma conquista de espaços e que, por estar claro não terem as ONGs participado do seu planejamento, não têm que carregar o ônus dos equívocos neles cometidos. Isto porque seu nível de ação é muito limitado, restringindo-se mais ao controle da política pública, embora nela não interferindo ao longo de todo o processo. Quanto ao Prodeagro, tanto o componente indígena quanto o componente ambiental são financiados em 100%, enquanto outros projetos têm contrapartida governamental. Este tema deve ser incluído na pauta dos debates finais, para uma discussão mais ampla. Pelo fato de o processo ser integralmente desconectado, a inserção das ONGs é que permitiu a análise que está sendo levada a efeito neste Seminário.

Dia 1, Mesa 3

Acervo ISA

Tema: PRODEAGRO.

Participantes: Sérgio Guimarães e João Dal Poz (FORMAD, Forum de ONGs de Mato Grosso), Virgínia Valadão (CTI) e Márcio Santilli (NDI).

Sérgio Guimarães

Existe grande semelhança entre os problemas de Rondônia e Cuiabá, já que o formato do Prodreagro é praticamente o mesmo do Planaforo, os quais representam desdobramentos de um programa único, o Polonoroeste. E importante enfatizar algumas questões referidas pelos representantes de Rondônia, com vistas à compreensão do processo e a uma possível tentativa de interferência. A incapacidade do Governo do Estado de implementar o programa e a omissão do Banco Mundial em reconhecer o fato de que suas exigências para que as propostas sejam implementadas são irrealistas, em função da incapacidade técnica e institucional do Governo do Estado. O problema dos recursos humanos e dos salários dos técnicos, que de tão baixos provocam a evasão do pessoal capacitado do Estado. A participação efetiva das ONGs no processo é reduzida, em face de sua baixa capacidade operacional, especialmente no que diz respeito àquelas localizadas no interior.

Proposta: É importante a sugestão do Brent Millikan, sobre a definição de parcerias concretas com as ONGs do Hemisfério Norte, para que possam ser obtidos resultados positivos, além de um melhor entrosamento entre as organizações locais e aquelas que atuam mais diretamente no programa.

A diferenciação entre Rondônia e Mato Grosso, do ponto de vista da localização geográfica: Mato Grosso é meio Amazônia e meio Cerrado, dividido entre os planaltos e o Pantanal, com uma posição estratégica, em termos geopolíticos e geoeconômicos, com um alguns projetos estruturantes que tentam definir um novo patamar e consolidar os modelos fixados nas décadas de 70 e 80. Com o Prodeagro, a hidrovia e a ZPE, dentro do contexto do Mercosul, a Ferrovia da Soja, o processo de industrialização do Estado, a participação de capital paulista, e etc. No Mato Grosso, existe uma sociedade totalmente afastada do processo, dado seu baixíssimo nível de informação a respeito dos projetos a serem implantados, enquanto os grupos que poderiam atuar como catalisadores da sociedade, universidade, as ONGs e os próprios partidos políticos, encontram-se totalmente desarticulados, o que dificulta qualquer ação da sociedade no sentido de contrapor-se a esses projetos ou até de reorientá-los de alguma forma.

O Forum MT o embrião de uma tentativa de articulação dos vários setores, que, se fortalecidos, poderão transformar-se nos principais atores a interferirem no processo e alterarem as políticas públicas, definindo novos parâmetros e novos caminhos de desenvolvimento.

O meio ambiente em Mato Grosso tem problemas idênticos aos dos demais Estados, no que diz respeito a desmatamento, queimadas, desagregação social, questão rural, processo de contaminação de solos e de água, inchamento das cidades e outros.

No Prodeagro, existem diversas inconsistências em termos da formulação do projeto, da qual o Forum não participou. As exigências feitas pelo Banco Mundial, que não foram cumpridas, com pequenas exceções, como na questão do zoneamento, e a omissão do Banco são fatores relevantes a serem considerados na análise do problema.

Conclusão. O Forum encontra dificuldade para relacionar-se com o Banco e tentar rediscutir o programa como um todo, bem como as pressões exercidas pelo Governo do Estado junto às prefeituras, para fortalecer politicamente o projeto.

João dal Poz

Quanto à participação da sociedade civil em algumas instâncias, exemplifica-se o caso da montagem do componente indígena. Em 1987, quando foram convocadas entidades indigenistas para levantamento de dados, avaliação do quadro etc., as quais deixaram, no entanto, de participar do

Acervo ISA

processo, assim que foi elaborado o pré-projeto, o mesmo devendo ter ocorrido nas outras áreas. O Governo não propicia uma participação de cunho mais institucional da sociedade civil, deixando de incorporá-la participação na dinâmica dos projetos.

Todo o cabeçalho do projeto se baseia no modelo de desenvolvimento sustentável, ou seja, parte de uma crítica ao modelo predatório vigente, acirrado pelo Polonoroeste, e pretende ser o reordenador do modelo, gestando o modelo de desenvolvimento sustentável. Este objetivo, que introduz o projeto, como se todos os demais componentes nada tivessem a ver com isso e ficando cada órgão responsável por sua área, a partir de suas respectivas demandas. Projetos levados a cabo pelo Governo de Mato Grosso mostram que, na perspectiva do Governo, os recursos do Prodeagro têm um caráter complementar e não reordenador. De igual modo, contesta esse objetivo de reordenação pelo fato de a base política ser a mesma que sustenta a predação dos recursos naturais do Estado. Isto porque a participação prevista no projeto não se dará em termos globais, nem em um nível mais alto, eximindo-se o Governo em reconhecer a importância dos atores sociais inseridos no processo e mantendo-se o processo de dominação por parte das forças políticas, sociais e econômicas locais.

Quanto à atuação das ONGs, a importância do Prodeagro na sua organização, não se dá através da utilização de recursos, mas contrapondo-se ao programa. Em um seminário, em outubro do ano passado, quando que se constituiu o primeiro momento de discussão pública do programa no Estado, o Governo foi convidado a discuti-lo com a sociedade, tendo sido comprovado que as demandas dos vários segmentos municipais não vêm sendo atendidas pelo projeto, dadas as dificuldades nele contidas em termos de distribuição e formas de aplicação dos recursos existentes.

Conclusão. O Forum MT recusou-se a participar do Projeto, pelo fato de as regras não estarem definidas e de não haver nenhum interesse, por parte do Estado, de repartir o comando ou o gerenciamento do projeto, além de comprovar-se também a omissão do Banco Mundial.

Virginia Valadão

A interligação dos componentes do Prodeagro não pode ser vista, já que todos os componentes foram pensados de forma estanque, tendo sido o projeto dividido, em seu zoneamento, em Norte e Sul, com vistas a reforçar a preservação, no Norte, e a intensificar a ocupação e o desenvolvimento, no Sul do Estado de Mato Grosso. O ônus que recai sobre o Banco Mundial, no que diz respeito ao Polonoroeste, e, ainda, a total incapacidade da FUNAI de trabalhar projetos desse tipo e a capacitação das ONGs, em casos específicos, de atuar em questões desse tipo.

Quanto ao formato, o projeto foi elaborado da forma a mais clássica possível, no que se refere a projetos governamentais, contendo apenas um tema (vigilância e fiscalização) e um orçamento envolvendo equipamento e pessoal, sem qualquer concepção ou proposta neste sentido, gerando todas as dificuldades enfrentadas pelas ONGs, no que tange ao inter-relacionamento IBAMA/FUNAI/Polícia Federal/Polícia Militar.

Se reveste um controle territorial exercido pelas próprias comunidades, no que se relaciona com a vigilância e a fiscalização das áreas indígenas, o que o projeto não contempla em nenhum momento, já que prevê sempre operações policiais e ações militares de grande porte, as quais, dada a precariedade de recursos, nem sempre são realizadas.

A omissão do Governo do Estado nos episódios das reservas de Sararé e Joró, nos quais ficou igualmente constatada a omissão do Banco Mundial, bem como a incapacidade técnica das partes envolvidas.

Conclusão. O Prodeagro não apresenta qualquer concepção de atuação da política indígena e menospreza totalmente a questão fundiária.

Márcio Santilli

Acervo ISA

O NDI não tem o Prodeagro nem outros projetos financiados pelos bancos multilaterais como ponto de referência para sua agenda de trabalho, sua estratégia de ação baseia-se muito mais na interligação de uma agenda política de âmbito nacional, que envolve a questão indígena, e as demandas selecionadas pela área de relações institucionais ou pelas relações acumuladas com lideranças e grupos indígenas específicos. Neste sentido, eventualmente algum problema de sua jurisdição pode ocorrer com grupos que ocupam área dentro da área de influência desses projetos. Com a desintrusão da área indígena Sararé, ocupada por um subgrupo Nambiquara, com tradição de resistência às invasões, e que sofreu uma invasão de garimpo, de consequências muito sérias. O NDI atuou, no caso, em colaboração com outras organizações, particularmente o CTI e o AUARU, a nível local, sendo que a estratégia aplicada foi a mesma formulada antes, juntamente com o Ministério Público Federal, em relação à questão Ianomami: fundamentalmente, responsabilizar a União e outros órgãos públicos pela situação de fato e pela desintrusão da área em questão. Tratar-se de uma estratégia indireta, com aspectos de eficácia, já que através foi e é possível desintrusar determinadas áreas, embora apresente muitas limitações, quanto a evitar-se a reincidência dessa prática, por não atingir os invasores causadores desses danos, os quais permanecem impunes.

A ação, colocava como réus a União, o IBAMA e a FUNAI, apesar da morosidade do processo judicial que pode prejudicar a eficácia da ação. Teve importância de a demanda ter lugar aqui, no Distrito Federal, e não no Estado onde ocorre o dano, e o fato de tal esforço, naquele período, ter possibilitado uma estratégia de pressão sobre o Banco Mundial, a partir da essência do Prodeagro como um fator que poderia ajudar a potencializar a correlação de forças - extremamente desfavorável aos índios. Tal intervenção deu-se através de uma carta enviada ao Banco, subscrita por algumas entidades que atuavam em conjunto no caso, e através de um recurso à EDF, no sentido de que colaborasse nessa pressão sobre o Banco Mundial. Posteriormente, foi-lhes transmitido um relato positivo do Steve, de que o Banco tratou com seriedade a questão, exercendo pressões diretas sobre o Governo de Mato Grosso, de tal forma que foi conseguida a desintrusão da área, apesar do descaso com que o problema foi considerado pelas autoridades condenadas.

Em função das particularidades do caso, o NDI ainda vem demandando em Juízo, no sentido de que o IBAMA promova e custeie a recomposição ambiental da área degradada, não obstante esteja sendo difícil o enfrentamento desta tese no plano judicial, apesar de a legislação determinar que a responsabilidade pelo dano é de quem o causou.

O caráter relativamente eficaz da iniciativa, na medida em que ainda não está assegurada a recomposição ambiental da área nem há a garantia de que a área não será novamente invadida por garimpos, eis que vem sendo sistematicamente envolvida por roubos de madeiras e assim por diante.

Conclusão. A relevância deste caso, que demonstra como uma decisão judicial não respeitada internamente pode, como um bumerangue, transformar-se em fator positivo na solução de um problema e de melhoria na correlação das forças envolvidas numa disputa desse tipo.

Dia 1, Mesa 4

Tema: PAPP - Plano de Apoio ao Pequeno Produtor.

Participantes: Vandervando Nogueira (Centro Luiz Freire), Maria das Graças Paiva (Centro Josué de Castro)

Vandervando Nogueira

O Centro Luiz Freire atua juntamente com o PAPP (Plano de Apoio ao Pequeno Produtor) em algumas ações, como o acompanhamento da atuação do Banco Mundial, a partir da implementação de um banco de dados sobre a relação do Banco com as ONGs, destas com o Banco, e deste com o processo de desenvolvimento, bem como sobre os projetos que o Banco desenvolve no Brasil, na América Latina, África e Ásia, com vistas a, juntamente com as outras ONGs, exorcizar a questão do Banco Mundial.

Acervo ISA

Conclusão. No que se refere ao PAPP, o tema será abordado de forma conjunta pelos representantes das outras duas entidades, ou seja, Maria das Graças Paiva, do Centro Josué de Castro, e Renato Athias, do Zarabatana.

Maria das Graças Paiva

O Centro não tem atuação direta sobre o PAPP, embora conte com um setor de tecnologia alternativa preocupado com as políticas públicas, mas, na qualidade de ONG, procura somar esforços, em articulações das federações de trabalhadores e das cooperativas, com vistas a um movimento mais amplo sobre o programa.

O PAPP foi criado, em 1985, para propiciar o aumento dos índices de produtividade, da produção e da renda dos pequenos produtores rurais e suas famílias, a partir de uma série de componentes: ação fundiária, crédito rural, recursos hídricos, comercialização, geração e difusão controlada de tecnologia, assistência técnica e extensão rural, capacitação e apoio a pequenas comunidades rurais. Pelo fato de os recursos do programa serem muito mais usados na burocracia estatal, praticamente tais componentes não têm sido obedecidos, com algumas exceções (recursos hídricos e o APCR - Apoio a Pequenas Comunidades Rurais).

Do programa fazem parte dez Estados (Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, Bahia e área de Minas Gerais que faz parte do Polígono das Secas), sendo que na reformulação do programa esse orçamento foi reduzido, o mesmo ocorrendo com os recursos originários do empréstimo do Banco Mundial.

As dificuldades iniciaram na execução do programa, a partir de um diagnóstico regional e de um planejamento a nível global de ações, embora, na realidade, deva ser executado pelos Governos Estaduais, o que resulta em problemas de contrapartida, no âmbito do Governo Federal, incapacidade operacional dos Governos Estaduais e conflita com os interesses políticos que afetam o programa e seus beneficiários.

As comissões regionais, no âmbito da SUDENE, em particular da Comissão Regional do Movimento Rural, com participação paritária de representantes do Governo Federal, do Governo Estadual e do movimento sindical, se constituiu em um forum de reflexão e de decisão sobre o programa, bem como, no nível estadual, da comissão paritária de que participavam Governos Estaduais e a CETAG, e no nível municipal, das comissões municipais, integradas por representantes dos produtores rurais, Poder Público e lideranças locais.

Toda essa participação representa um momento muito rico, já que todo o movimento sindical pôde atuar, na qualidade de representante dos produtores rurais, mas terminou no início do Governo Collor, que proibiu terminantemente qualquer participação de beneficiários ou seus representantes no programa.

Em 1988 ocorreu a primeira reformulação do programa, visando concentrar ações - os chamados Planos de Ações Concentradas - onde ele tivesse mais impacto e tentando inverter o uso dos recursos, de atividades-meio para atividades-fim. Tudo isso acabou ficado apenas no papel e nada tenha sido concretizado, a não ser no que se refere à contratação de consultorias privadas, a custos elevados, para elaboração de projetos que, em sua maioria, não foram aprovados nem executados.

Em 1991 o Banco Mundial e a SUDENE iniciaram nova proposta de reformulação e, no ano passado, 1992, as ONGs foram chamadas pelo Banco a participarem do processo, tendo sido realizado um seminário, na Paraíba, reunindo as ONGs, as cooperativas rurais e as federações de trabalhadores, a fim de decidirem sobre uma eventual participação no processo. Dado o total desconhecimento do programa, foi imposta uma condição para a participação no programa, ou seja, que ele fosse transparente para a sociedade civil, tendo sido então iniciado um movimento de articulação neste sentido, que constituiu a primeira articulação de ONGs, trabalhadores rurais e associações de cooperativas na região.

Acervo ISA

Nenhum representante das ONGs ou das federações de trabalhadores rurais foi convidado a participar de reunião realizada no início deste ano, no México - as ONGs tiveram conhecimento pela imprensa - para fins de implantação, no Nordeste, de programa semelhante ao Solidariedad, executado com êxito naquele país. Apenas representantes dos Governos Estaduais e do Governo Federal, bem como o Superintendente da SUDENE, foram chamados, o que fez com que as ONGs locais se articulassem com entidades estrangeiras, como a OXFAM, a CRS e outras, no sentido de uma reflexão sobre esse processo. Dessa articulação resultou, na semana passada, em reunião na própria SUDENE, um acordo assinado com a SUDENE, um aide-mémoire, reformulando o programa, o qual, no entanto, praticamente fica extinto como programa de apoio ao pequeno produtor, já que deixa de ter investimentos produtivos.

Os principais problemas enfrentados pelos trabalhadores: desativação de todas as comissões, falta de participação, mudança nas dimensões dos projetos, excesso de burocracia na liberação dos recursos e a idéia da extinção do APCR.

Foi realizado um forum paralelo à reunião da SUDENE, do qual resultou um dossie sobre o PAPP, com um histórico sobre o programa, não só para maior divulgação do processo entre as ONGs, mas também para tentar influir na área internacional. Na oportunidade, foram igualmente apresentadas propostas consolidando aquelas feitas pelos trabalhadores, cada vez mais reivindicando recursos para investimentos produtivos.

A participação, mesmo incipiente, permanece sendo uma reivindicação dos trabalhadores rurais, especialmente para que voltem a funcionar as comissões, por se constituírem nos canais através dos quais eles poderão influir no Programa. A reunião realizada pela SUDENE, de 8 -12 de março, o Banco Mundial de fato não convidou as ONGs, mas chamou-as, juntamente com outras entidades ligadas à questão rural, para informar-lhes de seu desejo de que as ONGs participassem como consultores do Banco, para evitar a possibilidade de influência de qualquer questão política no processo. Todas as entidades recusaram o convite, eis que sua intenção era influir no programa e não atuar como consultores do Banco.

O Centro está realizando para o Banco e também para os trabalhadores, uma pesquisa de avaliação do APCR e do Programa São Vicente - este, voltado para as comunidades rurais do Nordeste.

Conclusão. Existe grande preocupação com a extinção do programa e a importância de que se reveste o processo de articulação para uma maior conscientização sobre o movimento rural, e existe a necessidade não de um programa, mas de uma política de desenvolvimento rural para o Nordeste. Com menos subserviência dos Governos ao Banco Mundial.

Renato Athias

Alguns aspectos não observados em outras áreas com projetos semelhantes:

- a questão da participação ou de como o PAPP incorporou segmentos da sociedade civil na sua implementação, a existência da Comissão Regional de Desenvolvimento Rural,órgão deliberativo e que integra as dez federações de trabalhadores na agricultura do Nordeste, o que não ocorreu em nenhum dos projetos executados pelo Banco.

- as próprias federações de agricultura, as FETAGs, no Nordeste, passaram a executar os projetos nas áreas rurais,o que significa, de certa forma, uma transferência de burocracia, já que as federações e os sindicatos assumem ônus da administração de alguns projetos, transformando-se em órgãos burocráticos ou em máquinas da administração do PAPP, dividindo, inclusive, alguns pólos sindicais em determinada região, como em Juazeiro, cujos sindicatos têm encontrado enormes dificuldades não só de acompanhar, mas de implementar os projetos. Esta a fórmula de participação é vendida como modelo nos relatórios do próprio Banco Mundial.

Acervo ISA

- Em 1988, foi enviada uma missão do Banco Mundial ao Nordeste, para entrevistas individuais com cada uma das ONGs, em cujo relatório foi analisado o segmento APCR (Apoio à Pequena Comunidade Rural), nele constando a proposta de que tal modelo de participação deveria prosseguir e ser ampliado, sem que as críticas e as sugestões feitas ao longo das entrevistas fossem levadas em consideração.

O fator de grande complexidade no caso do PAPP: o projeto, que tem a SUDENE como coordenadora e gestora principal e os Estados como executores, cada um deles com estruturas diferenciadas, sofre os efeitos de uma enorme burocracia, ficando, portanto, prejudicado em seu andamento. Como esses recursos foram, em certo momento, aproveitados por algumas federações e mal utilizados por outras. Exemplifica com o caso da FETRAEC, Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Ceará, cuja participação no recebimento dos recursos foi mínima, ao contrário da FETAB e da FETAG, da Bahia, que receberam grande quantidade de recursos e souberam implementar suas bases, estrutura que foi importante naquele momento em que se articulava o movimento sindical, mas que de certa forma desarticulou, depois, um processo de democratização que estava ocorrendo, justamente no período de 1986 a 1988.

Quanto à participação das ONGs em todo o processo do PAPP, afirma ocorrer de forma muito fragmentada e local, já que a área de abrangência do projeto envolve todos os Estados do Nordeste, o que dificulta uma articulação mais específica. Outras razões: falta de informação, por parte da SUDENE e do Banco Mundial, quanto ao que acontece; falta de estruturas reais nas próprias ONGs que lhes permitam um acompanhamento e uma monitoria dos projetos implantados.

A importância do PAPP está nos termos de gestão do programa, na história da sua implementação envolvendo a participação, em alguns casos, direta dos trabalhadores e sugere o aprofundamento da reflexão sobre que tipo de participação seria a ideal nesses casos. Nenhum Governador reagiu contra a falta de participação da sociedade civil.

A pesquisa feita pelo Centro Josué de Castro, por encomenda do próprio Banco, a qual permitiria a formação de uma massa crítica para a reformulação do projeto, sequer foi apreciada, embora aponte aspectos bastante interessantes e fatos até aberrantes.

Interpelações

Antonio Carlos Oliveira. A questão da eficiência e controle dos projetos de saneamento e desenvolvimento, por estarem se avolumando os aportes dos financiamentos dos organismos multilaterais. Tal volume de recursos gera uma questão muito séria, quando levada em consideração a participação das ONGs: como buscar a maior eficiência na aplicação desses recursos, já que se trata de empréstimos e o dinheiro é necessário ao desenvolvimento das regiões e à melhoria da qualidade de vida das populações? Enfatiza a necessidade da busca de um arco de ações que force o Banco a não ter condições de alegar que se trata de problema interno e que as ONGs têm que resolvê-lo, portanto, internamente. Como exemplo temos o caso da negociação do programa de saneamento do rio Tietê. Proposta. Que seja discutida a questão de como estabelecer uma rede de apoio, em nível nacional, de forma a tornar eficiente a utilização desses recursos e dar um fim à postura de omissão do Banco.

Gustavo Ribeiro. A análise da atuação dos organismos multilaterais deve levar em conta a complexidade do campo político e econômico, dada a escala de recursos com que operam, e o fato de a tendência ser sempre de focalizar os atores públicos, em geral o Governo Federal e o Governo Estadual. a importância de uma atuação desde o nível municipal até o nível transnacional, o que realmente aumenta a dificuldade operacional numa escala muito grande, tornando maior a necessidade de se cobrar de maneira mais completa a responsabilidade dos diversos atores envolvidos. Em particular, chamo à atenção para o fato de ser desconsiderada a responsabilidade do grande capital privado transnacional e do grande capital privado brasileiro - neste caso, as empreiteiras, que detêm enorme poder no País.

Acervo ISA

Proposta. Que seja incorporada essa variável na discussão final, por suas implicações políticas. No que diz respeito à participação das ONGs, trata-se de antiga retórica no âmbito das agências internacionais e tem a ver com o estabelecimento de interlocutores.

Proposta. A criação de um segmento de interlocutores e uma análise em profundidade do tema, para que se saiba qual o perfil dessa participação, como ela se dá, já que se trata de algo extremamente diferenciado de região para região e em termos de contexto operacional. Que se tenha sempre presente o fato de que o Banco Mundial, em si mesmo, é também uma agência política, com várias contradições internas, as quais é preciso conhecer para melhor trabalhar, e não uma instituição monolítica.

Marcos Arruda. Dois comentários sobre o PAPP.

- a reformulação desse programa tem por modelo o Programa Solidariedad, do México. A origem desse projeto deve ser considerada, dada a importância do contexto macroeconômico e social, ainda não discutido neste Seminário, mas, a seu ver, fundamental, por estar na raiz de todo processo. A conversão do PAPP em programa de emergência social certamente desvirtua o programa, dele retirando todo o potencial que nele poderia estar contido, de colaborar para uma crescente auto-sustentação e autodeterminação dos pequenos atores da economia brasileira. Quanto à questão da participação popular é muito complexo constituir uma das prioridades anunciadas pelo Banco Mundial, havendo espaço para forçar uma efetiva participação das ONGs no processo, cabendo às ONGs dar-lhe um novo conteúdo. Com certeza de que em todas as propostas relativas ao programa está implícita a questão de como transformar as organizações da sociedade civil em organismos reconhecidos autonomamente em relação a seus próprios Estados, como parceiros, interlocutores, participantes ativos em todos os projetos que envolvem financiamento internacional.

Gadelha. Apoia a proposta do primeiro interpelante, Antônio Carlos, quanto à necessidade de um aprofundamento da discussão dos vários temas abordados neste Seminário. Enfatiza a necessidade de ser definida a questão da participação. Pede esclarecimento em alguns aspectos relacionados com a participação das entidades no que diz respeito à execução do programa. Como é vista a questão da participação na execução destes?

Yara Pietricowsky

Resumo dos pontos apresentados para a fase final de debates da parte da tarde:

1) não participação das ONGs nos estudos de caso aqui apresentados;

2) idem, quanto à implementação dos projetos;

3) ausência total de controle e fiscalização financeira desses projetos;

4) participação das ONGs via cooptação ou através de denúncias, reivindicações ou atos meramente administrativos;

5) subserviência dos Governos aos bancos multilaterais.

Questões essenciais ao debate:

- Comissão de sindicância do Banco Mundial.

- Participação e articulação nas áreas locais e internacional.

- Fases de aprovação de um projeto, capacidade dos Governos em termos de políticas públicas, reais intenções do Banco Mundial e a questão da privatização.

Acervo ISA

- Complexidade da questão referente ao relacionamento das ONGs e os projetos do Governo e Banco Mundial.

- Desarticulação dos Governos Estaduais, Municipais e Federal, ausência de agência própria - como intervir? Aplicação dos recursos - quem recebe efetivamente o dinheiro?

- Articulação da sociedade civil - o que é necessário: programas ou políticas?

- Circulação de informação por parte dos Governos e do Banco Mundial para a sociedade civil organizada.

- Estabelecimento de rede de apoio mútuo, de nível nacional.

- Transformação das ONGs em entidade autênticas e reconhecidas nos Estados, com vistas ao diálogo com os bancos multilaterais.

Dia 1, Mesa 5

Tema: "A Barragem e o Reassentamento de Itaparica"

Participantes: Steve Schwartzman (EDF) moderador, Vicente da Costa Coelho (Pólo Sindical do Sub-Médio São Francisco), Luiz Dalla Costa (CRAB).

Vicente da Costa Coelho

A atuação do movimento dos trabalhadores na área abrangida pelo Pólo Sindical teve início em 1975, assim que começou a construção dos acampamentos da barragem de Itaparica, porém, só foi assumido pelo Sindicato a partir de 1978, criando-se definitivamente, em 1980/81, o chamado Pólo Sindical do Sub-Médio São Francisco, integrado por municípios de Pernambuco e da Bahia que apresentam a mesma problemática. O Pólo inicialmente abrangia os sindicatos de sete municípios que seriam afetados pela barragem de Itaparica, mas logo depois agregou outros sindicatos da área seca, mais distante, que, embora não afetados pela barragem, naturalmente se juntaram em função dos problemas resultantes das inundações e da luta pelo reassentamento.

Só em 1986, quando ocorreu a paralisação da obra, firmou-se um acordo que gerou o projeto de reassentamento, através do qual a CHESF e o Governo brasileiro conseguiram o financiamento para o projeto pelo Banco Mundial (32 milhões de dólares). Na época só foram construídas as casas das chamadas agrovilas, embora os canais de aproximação, importantes na estrutura de bombeamento do projeto de irrigação, tivessem que ter sido construídos antes da inundação, isto é, antes do enchimento do lago. Este só ocorreu em fins de 1987, início de 1988, quando começou o deslocamento das populações rural e urbana, sem que houvesse realmente um projeto para o reassentamento da população rural.

A partir de maio de 1988 começou a construção dessas casas, sendo que em outubro de 1986 havia sido iniciada a transferência das famílias, concluída em fevereiro/março de 1988. O cronograma previa a implantação do projeto de irrigação em julho de 1988, mas a CHESF gastou quase toda a verba prevista (232 milhões de dólares) e só construiu as casas e os chamados canais de aproximação onde era necessário montar as bombas e a estrutura para puxar a água para o projeto. Sem recursos para o prosseguimento do projeto de reassentamento e sem que o Governo Federal liberasse a respectiva contrapartida e o Banco o restante do financiamento, decorreu certo período de indefinição. Por conseguinte, a própria CHESF decidiu solicitar mais 170 milhões de dólares ao Banco Mundial, tendo, inclusive, pedindo ao Pólo Sindical que fizesse gestões junto ao Banco, para que mais recursos fossem liberados. Dado o risco de o financiamento ser cancelado e o projeto não ser concluído, a OXFAM articulou a ida de representantes do Pólo a Washington, para contactos com a Diretoria do Banco Mundial, na tentativa de que o financiamento fosse liberado sem a contrapartida.

Acervo ISA

O Banco acabou concordando e no ano passado foram liberados cerca de 93 milhões de dólares, o que permitiu o prosseguimento da obra do projeto de reassentamento, que progrediu bastante a partir de então, apesar de continuar a incerteza quanto à conclusão da obra, dadas as dúvidas quanto à liberação da contrapartida pelo Governo brasileiro.

O projeto é enorme, quase 20 mil hectares e tem alto significado, tendo em vista abranger a área do semi-árido do Nordeste e pelo fato de que o Projeto iria beneficiar as populações afetadas pela inundação de Itaparica, não só permitindo-lhes retomar suas atividades econômicas, como também minimizando os efeitos da seca naquela área, através da produção de três ou quatro safras por ano, em benefício da região e até da economia nacional como um todo. Preocupa a indefinição existente sobre a conclusão do projeto, pois as populações sobrevivem apenas com uma ajuda de manutenção temporária fornecida pela CHESF, com base no acordo firmado em 1987, a qual, no entanto, além de não ser suficiente, representa um risco, pelo fato de as pessoas estarem sendo pagas sem a obrigação de trabalhar. Como dizia Luís Gonzaga, "Esmola, ou vicia ou mata de vergonha".

Conclusão. Muito importante o trabalho que vem sendo realizado pelo Movimento dos Atingidos pelas Barragens, de modo mais organizado e integrado, inclusive preocupado com os problemas causados pela construção das barragens ao homem e ao meio ambiente.

Dia 1, Mesa 6

Tema: "O Movimento dos Atingidos pelas Barragens e os Bancos Multilaterais".

Participantes: Steve Schwartzman (EDF) moderador, Vicente da Costa Coelho (Pólo Sindical do Sub-Médio São Francisco), Luiz Dalla Costa (CRAB).

Luiz Dalla Costa

Dois aspectos a serem considerados para que o Seminário avance na análise de qualquer questão, inclusive das que envolvem a necessidade de traçar algumas estratégias em comum, relativamente à política adotada pelos bancos multilaterais e pelo Governo.

Que se adote tem como pressuposto básico uma opção de classe social, de caráter político, de visão de mundo e de construção de um projeto sólido, seja para manter o que está aí, no caso do Brasil, seja para buscar um projeto alternativo de sociedade, que beneficie a maioria da população não só brasileira, mas de outros países também. Qualquer tipo de estratégia ou de política que de fato tenha um efeito duradouro e seja colocada em prática ou viabilizada, tem que estar vinculada à organização da população, à organização de massa. Nenhum bom acordo, nenhuma boa estratégia vai ter efeitos práticos sem que a população esteja organizada para cobrar as políticas do Banco Mundial, do Governo Federal, da Prefeitura ou do próprio sindicato, já que este assume o papel de intermediário junto a essas instituições.

Proposta. Que o Seminário proceda a uma reflexão sobre estas duas questões quando tratar da problemática da intervenção.

O movimento que representa e que é fruto de uma oposição ao setor elétrico brasileiro, hoje responsável por 25% da dívida externa do País, ou cerca de 30 bilhões de dólares, constituindo uma estrutura estatal gigantesca, permeada por interesses de grandes grupos econômicos, desde prefeituras e Governos estaduais a importantes empresas concessionárias, canalizadoras de vultosas somas de recursos para as regiões onde se implantam as hidrelétricas. Este setor é responsável por absurdos que se verificam no Brasil, como a hidrelétrica de Balbina, criticada por vários governos, e até Itaipu, que de início custaria cerca de 3,5 bilhões de dólares, mas que agora, no seu final, já chega a mais de 18 bilhões de dólares. Em Tucuruí, além dos erros de mensuração da quota d'água, que afetaram a população que já havia sido relocalizada, gerou catástrofes ambientais, e também por Sobradinho, cuja população não recebeu a devida atenção.

Acervo ISA

Apesar de todas essas ocorrências, esse mesmo setor elétrico elabora hoje um plano, o chamado Plano 2015, que prevê a construção de aproximadamente 500 usinas hidrelétricas em todo o Brasil. O movimento confronta este setor a partir de estratégias de negociação para viabilização política dos projetos, já que para o setor a obra é o sujeito principal do projeto, menosprezando as populações nele envolvidas, as diversidades existentes na região, ou a correlação de forças, sob o argumento de que o Banco Mundial não leva em consideração tais aspectos. Em última análise, o que o setor e o Banco visam é unicamente o lucro.

O movimento e o atendimento das populações atingidas pelas diversas obras, como, por exemplo, no caso da barragem do Itaparica, pois primeira vez em que se conseguiu fazer o reassentamento antes do início da obra, com a construção de casas para cerca de 50 famílias, com uma área bem superior (108 metros quadrados) à prevista pela Eletrosul (72 metros quadrados) e a custos bem menores (40% a menos do previsto).

Proposta. Gerenciamento e projetos (Importante do ponto de vista da participação da sociedade civil e de uma visão de classes)

- Possibilidade de esses recursos, ao invés de repassados às empreiteiras, serem utilizados em benefício das populações, já que as empreiteiras chegam a lucrar 60% nessas operações. O significado desse trabalho, é que é organizado sob a forma de mutirão, iniciado pelo Movimento, já que as pessoas começam a ter melhor noção sobre o significado de um trabalho coletivo. A importância se dá pelo fato de que parte desses recursos é realmente revertida em benefício da organização dos atingidos pela barragem, que luta contra a implementação de outros projetos.

Como o Movimento se articulou para chegar aos resultados mencionados:

- mobilização da população, ações radicalizadas no âmbito da Eletrosul, formas de negociação e assim por diante.

- importância do componente de organização de massa que precisa ser retomado.

Tudo que foi conseguido pelo Movimento antes de iniciado o projeto, ao contrário do que ocorreu em Itaparica, onde somente após o início da obra foi feito o respectivo reassentamento, com as pessoas vivendo ainda às custas de minguada ajuda do Estado.

Proposta: que seja analisado o relacionamento com o Banco Mundial, para uma definição sobre quem de fato é o sujeito de um projeto. Reafirma que, na visão do Banco, o sujeito é a própria obra, já que sem esta não há assentamento, nem indenização justa. Isto é verdadeiro de um determinado ponto de vista, mas crê necessária uma mudança de enfoque, para que se saiba exatamente como a obra irá beneficiar as populações envolvidas pelo projeto. Sendo o Estado o executor da obra, é lógico que a participação do Movimento seja por eles considerada, em geral, simplesmente figurativa.

Discordo da afirmação feita ao longo deste Seminário, quanto à "inocência" do Banco Mundial em certos casos, eis que, a seu ver, o Banco está a serviço de seus próprios interesses e de grupos muito bem definidos. Quanto à alegada incapacidade do Estado, tal incapacidade só se manifesta quando se trata de beneficiar as populações atingidas, mas não para repassar recursos às empreiteiras. O fato de que a estratégia do capital já está bem definida.

Proposta. Que se debata a estratégia a ser adotada pelas ONGs para reverter este quadro e viabilizar sua participação nos vários projetos.

A matéria publicada pela revista "Veja" a respeito do volume de energia sobrando no Brasil e da falsidade implícita em notícias sobre um eventual colapso energético no País, atribuindo-as a um lobby das empreiteiras.

Interpelações

Acervo ISA

Trisha Feeney. A atuação do Banco Mundial no que se refere à agilização das obras da barragem de Itaparica. A situação é bastante critica, já que os recursos do Banco estão por se esgotar, sendo possível que o Banco transfira então ao Governo a responsabilidade pelo final da obra.

Propostas. considerar a abertura de processo contra a União, CHESF e Eletrobrás, para que a Procuradoria, aqui, em Brasília, determine a liberação dos fundos, completando a contrapartida,por se tratar de medida prioritária; fazer uma grande mobilização, com o apoio de outras entidades nacionais, para exercer pressão sobre o Banco Mundial, no sentido de obter outro acordo. Em virtude dos grandes escândalos envolvendo outros projetos,a Diretoria do Banco Mundial solicitou um relatório completo sobre a situação de todos os projetos com componentes de reassentamento e que haverá uma importante reunião entre os diretores e a alta administração do Banco no próximo mês de outubro, ocasião que considera propícia para apresentação de reclamações diretamente ao Banco. Sugere que também seja aproveitada a mobilização do dia 14 para endereçar um apelo ao Banco, com o apoio das entidades do Norte.

Proposta. Tendo em vista a omissão e o retraimento do Banco Mundial, que o Governo brasileiro seja instado a fixar diretrizes e normas sobre a questão do reassentamento em todos os projetos nacionais.

Gustavo Ribeiro- Em termos de reassentamento forçado por barragens, o documento normativo mais avançado ainda é o do Banco Mundial, com diretrizes bem definidas sobre o que deve ser feito nesses casos. Quanto à experiência brasileira,duvida-se que, se em áreas em que não há a presença do Banco Mundial o tratamento dado a esta questão é melhor do que naquelas em que há participação financeira do Banco. Exemplifica com um caso que está para acontecer em Goiás, na Serra da Mesa, onde não há financiamento do Banco Mundial e que considera um desastre talvez pior do que o de Itaparica, dada a perspectiva de os atingidos virem a tornar-se proletários nas periferias das cidades, numa reedição da política dos anos 50. Dada a contradição existente na atuação das concessionárias, que, quando deixadas por si mesmas, nem política de assentamento têm.

Luiz Dalla Costa. O caso da barragem de Porto Primavera, na divisa de São Paulo com Mato Grosso do Sul, onde a barragem já está praticamente pela metade e não existe nenhuma atividade de reassentamento. O setor elétrico se comporta conforme as pressões, ou seja, onde existe a pressão de um movimento social organizado existe um tratamento adequado, a exemplo do que ocorre no caso já citado, da barragem de Itá, lá no Sul, que não conta com financiamento do Banco Mundial, não existindo sequer obras, mas onde 70% do pessoal que deveria ser indenizado já o foi e o assentamento já está sendo implementado, sem qualquer ajuda do Banco Mundial, só com recursos do Governo brasileiro. É relativa essa questão de afirmar-se que onde o Banco Mundial financia o tratamento é melhor, pois nem sempre isto acontece, como no caso de Itaparica, financiado pelo Banco, mas onde a situação é pior que no Sul. Reafirma que o componente básico, no caso, é a pressão de um movimento social organizado, já que o Banco Mundial só age de acordo com seus próprios interesses, ignorando muitas vezes o que se passa.

Sérgio Sauer. A construção da hidrelétrica de Balbina é uma insanidade, pois, época das chuvas e com o parque industrial desativado, a usina só funciona durante a semana, eis que o lago baixa muito e é fechado, então, nos finais de semana, para encher de novo, sendo enviada a energia das termelétricas de Manaus para a região de Balbina. Tucuruí é o melhor exemplo para que se possa entender as intenções dos bancos multilaterais em relação às políticas nacionais. A atuação das empreiteiras especialmente ligadas à infra-estrutura ali criada, hoje em grande parte obsoleta, e que contribuiu para o surgimento de um verdadeiro apartheid social na área. A importância de ser analisado o interesse das empreiteiras, de um lado e, de outro, a questão de para onde vai a energia. Estes dois fatores permitiriam, a seu ver, traçar, de forma aberta e um pouco mais clara, a rota dos interesses dos bancos multilaterais.

Dalla Costa - No caso de Tucuruí, algo em torno de 50% da energia é utilizado pelas grandes fábricas da indústria de alumínio, as quais exportam o alumínio e recebem energia subsidiada - em alguns casos, chega a 1/3 do custo - redundando em um prejuízo de milhões de dólares por ano para o Governo brasileiro. Para isto é utilizada Tucuruí.

Acervo ISA

Aurélio Vianna. No que diz respeito à questão da participação, esta, para o setor elétrico, já representa uma política deles mesmos e, desta forma, hoje os atingidos de todo o País já iniciam qualquer tipo de diálogo com o setor com documentos oficiais do setor elétrico que oferecem a participação até sob diferentes formas e metodologias. O setor elétrico, em nosso País, é o segmento mais avançado, no âmbito do Estado, no que se refere à questão da participação, fruto, em parte, sem dúvida, das próprias lutas da sociedade civil. Porém, o setor elétrico, apesar de contar com essa política única, não é unitário em suas formas de ação e não tem uma memória que passe para todas as empresas, tanto as que diretamente fazem parte dele quanto as indiretamente a ele ligadas. Destaca o fato de que, por isso, a vitória obtida pela CRAB não necessariamente se repetirá em outra hidrelétrica que tenha sido ou venha a ser criada em outra região.

Dia 1, Mesa 7

Tema: "Os Povos Indígenas e os Bancos Multilaterais"

Participantes: Orlando Baré (Coordenação das Nações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB)

Orlando Baré

A COIAB nasceu a partir do momento em que os indígenas começaram a sofrer na própria carne as consequências dos grandes projetos. Na verdade, os índios não conhecem o Banco Mundial, nem os autores dos grandes projetos, nem os donos dos grandes projetos, mas apenas as consequências danosas desses grandes projetos, que têm resultado num movimento de recuo de grande parte das nações indígenas, em direção às fronteiras do País.

Será que as últimas fronteiras do País são regiões onde se concentra a maior reserva mineral do País? Será que a última fronteira econômica - entre aspas - concentra as grandes riquezas, como, por exemplo, a água, para construção de usinas hidrelétricas? Serão os índios as últimas fronteiras a suportar o peso do Estado de uma forma indiscriminada e desenfreada? Existe uma política séria para os povos indígenas neste País? Quem é que formula os grandes projetos? Onde são discutidos estes projetos? Quem participa de sua elaboração?

A questão é muito mais séria do que se imagina, já que a política de genocídio continua em pleno vigor, com os índios, no Brasil - e isto, apesar de se estar em pleno Ano Internacional dos Povos Indígenas, conforme declarado pela Organização das Nações Unidas em Nova Iorque - ainda submetidos a uma política de extermínio.

Centenas de entidades surgem da noite para o dia, com Toyotas, com documentos, com pessoas que sabem ler e escrever, enquanto os índios têm que caminhar a pé, têm que sofrer o calor do sol, que cada vez esquenta mais, como dizem os nossos velhos, segundo os quais os tempos estão mudando. Indaga: por que cabe aos índios sofrer tais consequências?

Em virtude de tudo isso, haverá, nesta semana, em Rondônia, um encontro de várias lideranças indígenas de todo o País, para discutirem as perspectivas do futuro. Quem tem que dizer como deverá ser o futuro dos índios não é o Banco Mundial, nem as entidades que o assessoram, nem o Governo, nem a FUNAI. Pela Constituição em vigor a tutela já deveria ter sido abolida há muito tempo, mas o desrespeito aos índios impede que isto se torne realidade. Mais de 38 madeireiras estarem explorando a área indígena do Uruê-uau-uau, que dali retiram milhares de metros cúbicos de mogno por ano, enquanto os indígenas sofrem com problemas de lideranças divididas, doenças contagiosas e outros problemas.

E este o futuro fixado pelo Banco Mundial para os povos indígenas? É este o futuro previsto para os índios nos grandes projetos?

Acervo ISA

O atraso na demarcação das áreas indígenas, as leis não funcionam no País e o descaso das autoridades ou de toda a sociedade em relação aos povos indígenas, eis que o Governo alega não ter recursos para completar o processo de demarcação dessas áreas, resultando na situação crítica que se verifica especialmente em Rondônia, no sul do Pará e no Amazonas, que não atinge apenas os índios, mas toda uma sociedade de pobres, miseráveis, famintos e desempregados, a qual nunca é consultada, nunca é chamada a se sentar à mesa das decisões.

Grave o problema da demarcação das terras, já que, segundo o Governo Federal, não há recursos para tanto e, além disso, o prazo previsto na Constituição vencerá no próximo dia 5 de outubro. 58 organizações indígenas vêm trabalhando e pensando em conjunto sobre esta problemática, a partir da atuação da COIAB. Até problemas de falta de caça vêm sendo enfrentados pelos povos indígenas em muitas áreas, como é o caso dos Paracanãs, dos Atroaris e de outras tribos cujas áreas se encontram hoje inundadas.

Contra a submissão dos índios a um sistema montado para destruí-los e a suas terras e assinala que a afirmação de que o Estado não tem capacidade para gerenciar esses projetos não é verdadeira. Os brancos estudam durante anos nas universidades para fazerem isso, sem trocarem experiências com os índios, sem respeitarem os conhecimentos, a ciência, a mitologia dos povos indígenas.

Existe necessidade de que a questão indígena, no âmbito dos grandes projetos, ser discutida com profundidade, já que a própria FUNAI deixa de levá-la em consideração e os índios só recebem informações quando os projetos já estão sendo implantados. A questão indígena não é muito diferente da problemática dos atingidos pelas barragens ou das outras consequências advindas desses grandes projetos.

Importante que os índios se armem com sua consciência crítica, a partir da união de todos os movimentos, para enfrentar esta realidade, cujas consequências são imprevisíveis. O fato de os indios negociarem madeira decorre da falta de alternativa econômica e da necessidade de sobrevivência, mas que explorar madeira não representa uma alternativa para os povos indígenas.

Quanto a questão da exploração irracional de madeiras e de minérios, por parte de invasores, afirma que os interesses do Estado e do grande capital nessa exploração é que não permitem seja efetivada a demarcação das áreas indígenas. Manifesta grande preocupação com a questão dos povos indígenas e considera criminosa a atuação do Governo, especialmente no que se refere à demarcação de áreas e à preservação dos recursos naturais.

O fato da cultura indígena não estar sendo levada em consideração e a necessidade de fortalecer-se a unidade dos povos indígenas.

Interpelações

Sérgio Guimarães. Pede-sa comentários do expositor sobre o Projeto Calha Norte.

Baré. Trata-se da militarização das áreas indígenas e que os militares, hoje, não falam mais em "Projeto" mas em "Programa Calha Norte". Criaram ilhas de atuação,com exceção da área Ianomami - hoje os militares outra vez questionam a extensão desta área - e foi interrompido o processo de demarcação, o mesmo tendo ocorrido em regiões semelhantes, como a do Rio Negro, por exemplo. Os índios jovens que hoje estão nos quartéis vêm sendo submetidos a um forte processo de doutrinação. A afirmação do ex-Presidente Ernesto Geisel, de que no final de seu Governo não mais existiriam índios no País. O Projeto Calha Norte se encontra em pleno andamento, tendo sido utilizados índios como cobaias para pesquisas, treinamentos e experiências. Considero a presença militar naquela região um dos grandes obstáculos para que se efetive a demarcação das áreas indígenas e afirma que somente esta presença não garantirá a sobrevivência dos povos indígenas, eis que ali se concentram grandes grupos, dada a existência de enorme província mineral.

Acervo ISA

Arruda. A luta dos povos indígenas sensibiliza também muitas pessoas no exterior. Dá o testemunho dessa preocupação pelo fato de estar atualmente residindo em Genebra e ressalta estar sendo realizado um trabalho relacionado com os efeitos dos projetos do Banco Mundial sobre as populações indígenas em diferentes partes do mundo. Pretendo colaborar em termos de articulação com movimentos do exterior e de pressão sobre Governos e Banco Mundial em favor das reivindicações dos povos indígenas.

Jean Pierre. No que diz respeito à unidade dos movimentos indígenas e tendo em vista a declaração do expositor de que os índios não conhecem o Banco, pede esclarecimentos sobre noticiário da imprensa referente a uma visita de liderenças indígenas ao Banco Mundial. Neste sentido, gostaria de saber como os indígenas consideram essa diversidade e essa complexidade, e se tais aspectos fazem parte de sua política.

Baré. Certos grupos na Europa estão elaborando um abaixo-assinado a ser entregue ao Presidente Itamar Franco e ao Ministro da Justiça, Maurício Corrêa, exigindo a demarcação dos territórios indígenas. Quanto ao Banco Mundial, os índios conhecem o Banco Mundial, mas não sabem exatamente o que significa.

Vianna. Vai ser votado ainda no corrente ano um projeto de lei, sobre questões hídricas, a ele tendo sido anexado um outro que trata da regulamentação dos royalties compensatórios para produção de energia elétrica. É curioso o fato de o projeto prever um percentual a ser repassado ao Ministério do Exército, para proteção dessas obras, principalmente em áreas onde não há muito contato com grandes centros populacionais e assim por diante.

Raimundo Nonato. É de seu conhecimento que vários grupos indígenas têm afinado relacionamento não só com o Banco Mundial, mas também com bancos nacionais e outras instituições. No que se refere à necessidade de maior integração entre os movimentos indígenas e outros segmentos da sociedade brasileira, em particular na Amazônia, informa que a CUT estará promovendo, em maio deste ano, o movimento intitulado "Grito dos Povos da Amazônia por Cidadania e Desenvolvimento", com vistas a uma completa articulação dos atores sociais na Amazônia e no resto do País. Qual a posição do expositor, na condição de coordenador da COIAB, em relação a esta proposta?

Baré: No próximo dia 15 de março uma equipe de Manaus estará se deslocando para o sul do Pará, com apoio dos sindicatos dos trabalhadores, seringueiros e outras entidades, para iniciar uma discussão sobre a questão da aliança dos povos indígenas com outros segmentos da sociedade civil, por sua relevância na luta contra o inimigo comum, como prova a discussão que está sendo levada a cabo neste Seminário. No que se refere ao problema do Banco Mundial, não pretendi generalizar quanto ao desconhecimento do papel do Banco, mas, sim, ressaltar que a maioria dos índios não sabe do que se trata, não obstante haja líderes com ele afinados. Existe a necessidade de ser estabelecida uma política consentânea com as tradições culturais dos índios, confrontando-a, por exemplo, com os grandes projetos econômicos. Considera este um problema de difícil equacionamento, já que implica, primeiro, todo um trabalho de conscientização, sob o risco de os povos indígenas serem enganados pelos demais setores, que se encontram muito bem articulados. Daí, a seu ver, a importância de a questão ser exaustivamente discutida.

Eduardo Oliveira. Quanto à política e o sistema nacional de recursos hídricos, houve uma proposta do Executivo, durante o Governo Collor, no sentido de que o assunto fosse discutido no Congresso Nacional e votado em regime de urgência urgentíssima, por pressão do setor elétrico e do setor agrícola, o qual, porém, com a articulação dos partidos, não foi avante. Tratar-se de projeto de lei bastante ruim, bastante centralista, atribuindo ainda grande poder ao setor elétrico na questão da gestão das águas, e cujo relator foi o Deputado Fábio Feldman, que promoveu uma discussão sobre o assunto em São Paulo, no FUNDAPE, no ano passado. Esclarece ter havido nova reunião, em janeiro deste ano, no Instituto Latino-Americano - ILAM, que recomendou uma ampla discussão nacional do problema, quando foi proposto,inclusive, um substitutivo ao projeto, mais interessante, com a participação dos vários setores direta ou indiretamente ligados a essa questão, eis que até aquele momento participavam apenas setores ligados à tecnocracia do campo hídrico, com apenas alguns integrantes de outros setores, como o ambientalista, por exemplo.

Acervo ISA

Analzita Miller. É interessante o aspecto levantado pelo expositor a respeito da falta de informações, por parte dos índios, sobre a atuação do Banco.

Proposta. Uma das recomendações deste Seminário a de que essas discussões sobre os bancos multilaterais sejam promovidas especialmente onde se prevê a implantação de grandes projetos e em outras regiões do País, dado o desconhecimento que em geral se verifica na maioria dos segmentos da sociedade brasileira quanto à atuação dos bancos multilaterais.

João dal Poz. Duas comparações: primeiro, quanto à lógica de financiamento de projetos das agências multilaterais que se tenta aplicar num país tropical e subdesenvolvido como o Brasil; segundo, quanto ao fato de que os resultados são bastante parecidos com os de todas as experiências governamentais e não governamentais na implantação de projetos de desenvolvimento em comunidades indígenas. A propósito, numa análise geral dos projetos da década de 70, feitos pela FUNAI, da década de 80, feitos por não governamentais e até, no caso de alguns, pelas próprias comunidades, constata-se tratar-se de projetos econômicos para comunidades fadados ao fracasso, não por incompetência ou por incapacidade dos povos indígenas, mas, simplesmente, porque a lógica dessas sociedades não é a lógica da reprodução do capital. O caso do Projeto Xavante, em que o desgaste do equipamento, por exemplo, era, em certos momentos, maior do que a produção de arroz. A lógica do Banco Mundial não é a mesma dos que aqui vivem e menciona também o exemplo do Estado de Mato Grosso, onde quase toda a verba do Prodeagro já está toda loteada pelos caciques políticos da região.

Final do Dia 1, Debate Aberto

Rubens Born- Proposta: sobre a sugestão que ofereceu antes, de instauração, pelos bancos multilaterais, de comissões de sindicância. A idéia é pressioná-los ou mesmo ameaçá-los, quando eventualmente assumirem uma postura de omissão em projetos cujo planejamento apresentem incoerências e prejudiquem as comunidades envolvidas. O programa de canalização de vales e córregos, no Estado de São Paulo, durante a gestão do Prefeito Jânio Quadros, envolveu a participação de empreiteiras e recursos do BID e o não cumprimento da legislação, tanto no que se referia ao problema ambiental quanto ao que dizia respeito à questão do financiamento. No caso, representantes de algumas entidades foram a Washington e, através de denúncias e ameaças junto ao BID - com o apoio, inclusive, da EDF - conseguiram que uma comissão de sindicância do Banco fosse enviada a São Paulo para analisar a questão in loco e solucionar o problema.

Schwartzman - A importância do movimentos nesse processo, já que, a força da pressão do Banco é diretamente proporcional à crise de identidade que o Banco vem passando. Naquele momento o Banco Interamericano já estava sofrendo transtornos por causa da polêmica em torno da questão da reposição de capital, com uma grande briga entre o Banco e o conselho diretor dos países membros sobre o aumento de capital - os Estados Unidos procuravam ampliar seu poder no Banco, o que os países do Sul tentavam evitar. Houve também na época uma forte discussão interna no Banco sobre a eficácia e a qualidade dos projetos, dada a acusação, por parte dos Estados Unidos, de postura clientelista da parte do grupo de países que havia aprovado os projetos sem a preocupação com um controle de qualidade. Com isso, pretende demonstrar que, no caso há pouco referido,o momento foi propício e o Banco se sentiu obrigado a agir. No momento se encontra em curso novamente um processo de negociação de aumento de capital e que, embora o clima não esteja tão polemizado quanto naquela época, o momento é potencialmente interessante para sobre ele exercer uma pressão mais eficaz.

Yara Pietricowsky. Sintetiza os principais pontos levantados. Existe a necessidade não só de articular alianças com os aliados do Norte, mas também tentar estabelecer ações que tragam, através de comitês de sindicância, pessoas do Banco Mundial para analisar os projetos no Brasil.

Millikan. Extremamente importante para a eficácia dessas campanhas junto aos bancos multilaterais e organismos de desenvolvimento a disponibilidade de informações de campo, de nível local, sobre a realidade do que estava acontecendo e que contrastava com os objetivos dos projetos, fato muitas vezes não detectado pelos técnicos do Banco. No caso do Polonoroeste, quando foi possível mostrar ao Banco os desvios que haviam ocorrido no projeto, na parte ambiental, no componente indígena, na parte

Acervo ISA

referente à colonização e assim por diante, e que o Banco não pôde contestar. Importante a presença a nível local, para acompanhamento dos projetos, mas que tem sido marcada pela improvisação e pela falta de infra-estrutura, por parte das ONGs que têm atuado nessa área, quando se considera o tipo de levantamento exigido por esse tipo de ação. As estratégias têm que ser diversificadas, conforme as exigências de cada região, existe a necessidade de refletir-se sobre o que é preciso realmente fazer em termos de monitoramento, acompanhamento e análise, no âmbito desses projetos, e o que isto significa em termos de recursos humanos para o trabalho local de pesquisa e levantamento. A política fundiária da Rondônia é grave, á que nem a legislação nem os acordos do Governo brasileiro com o Banco Mundial são obedecidos, constituindo um caso perfeito para uma ação civil pública contra o INCRA, algo que jamais ocorreu antes, por sua atuação na condução da política fundiária na Amazônia. Esclarece que, por incrível que pareça, não há em Rondônia um advogado especializado em política ambiental, o que dificulta a atuação das entidades, que não contam, assim, com uma assessoria jurídica para tratar desses casos.

Proposta. Que seja considerada a questão da estruturação das ONGs, em termos de um assessoramento jurídico, técnico e, inclusive, de estratégia de comunicações, para que possam atuar da melhor maneira possível.

Bennatti. A morosidade que em geral caracteriza uma ação civil pública e exemplifica com o caso relacionado a uma ação desse tipo de que participaram entidades sindicais e ONGs, articuladas com organismos nacionais, contra o Projeto Grande Carajás, para barrar a produção de carvão vegetal, estando o processo até hoje paralisado na Procuradoria. A ação jurídica não está desvinculada de uma pressão política ou de uma articulação por parte das entidades, tanto locais quanto nacionais, havendo necessidade de ser pensada globalmente e não de forma isolada, do contrário podem ser cometidos erros que esvaziarão o movimento, já que significaria afastar o conflito da área e jogá-lo para longe do movimento, equívoco que não pode ser cometido.

Schwartzman. Considerando-se que o Banco sempre alega não poder liberar documentos sobre os projetos, sob o pretexto de que são de propriedade do Governo, esse tipo de ação talvez seja uma estratégia interessante para possibilitar o acesso às informações relacionadas com o projeto.

Dalla Costa. Importante essa discussão sobre como articular a atuação das entidades no nível local ou em nível nacional e internacional, porém, as ações ocorrem nas bases locais. Como evitar o esvaziamento da luta? Como potencializar ainda mais o movimento de resistência da população local a esses projetos?

Analzita Miller. Quem sempre nos exemplos citados, de Mato Grosso e Rondônia, a partir de determinado momento, é sempre a pessoa que representa o Banco Mundial - no caso, o Luiz Coirolo. O processo é um tanto desconectado, já que normalmente apenas o Coirolo fala em nome do Banco Mundial, sem que a entidade saiba o que se passa lá em cima ou o que está acontecendo em baixo.

Proposta. Buscar canais específicos, a fim de que não haja comunicação apenas com uma pessoa, o representante do Banco Mundial.

Sérgio Guimarães. Fundamental a parceria entre as ONGs locais e aquelas que atuam junto aos bancos multilaterais, notadamente em Washington. A partir de sua experiência no Forum de Mato Grosso, acredita que a falta de estrutura cria dificuldades até primárias, inviabilizando estratégias de ação das ONGs.

Proposta. Parceria internacional para estruturação das entidades locais.

Antonio Carlos Oliveira. Houve uma ação pública, em que um dos réus era o Banco e na qual se exigia a apresentação de toda a documentação, o que surpreendeu até a imprensa, pela possibilidade de colocá-los frente à Justiça e de obrigá-los a apresentar a documentação. Para tanto, é preciso ter staff e conhecimentos técnicos, além de um mínimo de domínio de legislação nacional, tanto na área de concorrências quanto na de política ambiental, e ter certa compreensão quanto à questão das relações

Acervo ISA

internacionais, em termos da representação do Banco no País e assim por diante. Um canal a ser explorado e que vale a pena tentar formar um grupo que reflita sobre o assunto, é o de transformar essas experiências em experiência coletiva, a fim de prestar assessoria às entidades nessa área.

Jean Pierre. Existe um caráter elitista implícito até recentemente no acesso à informação, já que poucas entidades ou poucas pessoas a ela tinham acesso real, o que fazia com que essas pessoas obtivessem pouca informação e nunca uma informação direta. Acrescenta que, no movimento que representa, poucos possuíam conhecimentos internacionais sólidos e, além disso, poucos tinham conhecimento do idioma inglês. A informação, portanto, era privilégio de uma certa camada intelectualizada, que a repassava quando podia e quando queria, mas nunca a informação direta. Até há dois anos não se sabia sequer o que era Banco Mundial. De um lado existe o elitismo e, de outro, a forma de repassar a informação. Neste Seminário estamos no caminho certo, já que a questão internacional não era importante para o morador de bairro, para o camponês, embora o fosse para certos segmentos que abriram este caminho (indígenas, extrativistas etc.). Portanto, a seu ver, é preciso, primeiro, mostrar que a problemática internacional é, no caso, uma questão brasileira- e neste sentido a ECO-92 foi uma grande oportunidade para as ONGs, já que de fato interiorizou várias coisas.

Em segundo lugar, é preciso mostrar que tudo isso tem a ver com as realidades locais, havendo, portanto, todo um trabalho pedagógico a fazer, de como construir uma ponte entre os dois lados. Terceiro, há o problema de como repassar a informação sobre o Banco Mundial, sobre os bancos multilaterais e assim por diante. Se torna necessário um esforço no sentido de serem produzidos alguns textos na lingua indígena, vernacular, para que a informação seja transmitida imediatamente, responsabilidade que não pode ser só das organizações. Em conclusão, destaca a importância de ser analisada toda essa problemática incorporando a dimensão internacional.

Proposta. Convoca todos os companheiros a tentarem construir algo juntos, com a participação das entidades do Norte e, inclusive, com a ida ao exterior das várias lideranças.

Marcos Arruda. Existe outra dimensão de questionamento dos bancos e, em particular, do Banco Mundial, que é importante considerar e que por vezes é deixada de lado: a lógica que inspira os projetos, o conceito de desenvolvimento que embasa esses projetos e as políticas que decorrem dessa lógica - tudo isto significando uma outra área de discussão com o Banco Mundial e que, de modo geral, nele não tem espaço. O grupo de trabalho que está coordenando representa esse espaço, no qual pode ser feita a conexão entre as questões de campo e aquelas grandes questões globais, ou seja, a da lógica, a dos conceitos e a das políticas.

No início dos anos 90, após o colapso das economias da Europa Central e da Europa Oriental, de todas as experiências com um socialismo estatizado, enfrenta-se o desafio de repensar caminhos, sendo importante uma redefinição da democracia e do papel desses atores. Igualmente fundamental repensar um um modelo de socialismo, talvez até de socialismo latino-americano, brasileiro, que não seja copiado de qualquer experiência histórica e dando ênfase a um novo ser social, a sociedade, varrida da maioria das experiências concretas de socialismo, embora tenha estado na origem da proposta socialista, e que é preciso ser considerada como o verdadeiro sujeito do desenvolvimento, sujeito da sua própria história, não estando mais restrita unicamente ao setor privado, conforme a lógica capitalista, para quem o trabalhador é apenas número, salário, não é ser humano, não é sujeito, não é criador - força produtiva, para o capitalista, é o capital, não o trabalhador.

Se torna fundamental redefinir-se a democracia colocando-se como sujeito principal a sociedade, concebida como a totalidade da população de cada país e, em termos globais, a totalidade da população mundial, cada vez mais dividida entre os que contam e as crescentes maiorias que não contam e que, na verdade, deveriam até desaparecer. Neste sentido, no campo da relação com os bancos multilaterais cabe às ONGs uma luta difícil, a de mostrar ONGs e organizações populares como a crista de um sujeito novo que se está propondo para atuar no campo do desenvolvimento internacional, o qual não é mais só o Estado, mas a sociedade civil organizada. Conclui enfatizando a necessidade de que eles a reconheçam como um sujeito de interlocução e que passa a fazer parte das definições e da implementação das políticas de desenvolvimento.

Acervo ISA

Rubens Born. Quanto à questão da transmissão da informação básica, referida pelo companheiro Jean-Pierre, assinala o fato de muitas pessoas, ainda hoje, não conhecerem a diferença entre BID e BIRD e, além disso, não estar claro, para a maioria das entidades, o processo de encaminhamento dos projetos, com suas várias etapas, no âmbito dos bancos multilaterais, e em que ponto se pode interferir nesse processo.

Proposta. Que seja dada a conhecer essa tramitação, para que as entidades possam saber em que momento interferir e seja feita uma reflexão sobre as instâncias oficiais envolvidas e do papel das ONGs e sobre qual seria o referencial utópico para mudar esse processo - eliminar pura e simplesmente essas instituições ou democratizar esses aparelhos financiadores, democratizar os aparelhos de Estado em nível nacional e em nível internacional, no âmbito da ONU e assim por diante. No que diz respeito ao conceito de desenvolvimento, observa-se a necessidade de levar em conta a questão do mérito dos financiamentos, para saber o que está errado.

Steve Schwartzman. Retomando a questão levantada pelo companheiro Jean-Pierre, considera extremamente importante sua sugestão relacionada com a circulação das informações referentes aos bancos multilaterais. Existe um texto em português que, embora um pouco desatualizado, representa uma tentativa de explicação sobre o significado do Banco Mundial e do BID, o qual coloca à disposição do Plenário.

Eduardo Oliveira. No bojo dessa discussão sobre os mecanismos de ação e da forma de funcionamento das agências. Talvez fosse interessante, além de conhecer as etapas de tramitação dos projetos, ter uma idéia sobre a dinâmica de funcionamento do Congresso norte-americano, no que se relaciona com a aprovação das verbas do Banco Mundial e do BID.

Proposta. Dada a experiência das ONGs na questão institucional em nível nacional e em nível internacional - os promotores do Seminário forneçam às entidades material relativo à legislação norte-americana e internacional mais importante, que se insere no arcabouço de questões interessantes e que podem tornar mais eficiente uma eventual interferência dessas organizações no processo. Informa sobre a realização, em maio ou junho, do 3o. Encontro Nacional de Trabalhadores em Saneamento, com a participação de sindicatos e federações da área de saneamento e meio ambiente e recursos hídricos, congregando cerca de 80 mil trabalhadores de todo o Brasil, para o qual foram articulados seminários regionais para discutir, por exemplo, a questão institucional. Em virtude disso, seria importante o fornecimento de informações sobre os bancos multilaterais, para serem utilizadas naquele evento, dado o interesse que despertam junto aos participantes, em face dos vários projetos que estão sendo implementados na área e cuja análise precisa ser aprofundada pelas populações envolvidas.

Conclusão. Quanto à questão da privatização, sobre a qual o noticiário da imprensa informa ter o Banco Mundial contratado o estudo da privatização do sistema de águas e esgoto. Estranha tal fato e solicita maiores detalhes sobre o assunto.

Carlos Miller. Proposta: pressionar o Congresso norte-americano, no sentido de serem criadas comissões de caráter permanente do país interessado, nos dez maiores países em que o Banco atua - a propósito, lembra a figura do ombudsman, existente em alguns jornais - para procederem a avaliações técnicas e ao acompanhamento dos projetos de interesse do País, além de divulgarem informações sobre o significado do Banco e sua atuação na área desses projetos.

Maria das Graças Paiva. Proposta: Publicação periódica, por alguma entidade, de um informativo para transmissão não apenas desses dados, mas também de informes sobre os bancos multilaterais, sobre a experiência daqueles que por visitarem outros países possuem outro tipo de visão e também sobre a luta daqueles que obtendo sucesso podem ajudar outros a também serem bem sucedidos.

Analzita Muller. Proposta: uma reflexão sobre esse "esverdeamento" e que não se continue a falar em "componente".

Acervo ISA

Rubens Born. Concorda com o companheiro Carlos, por sua sugestão referente à criação de uma espécie de ouvidoria. Sugere que na sessão de amanhã o Seminário discuta com mais detalhes o assunto.

Antonio Carlos Oliveira. A deficiência do movimento como um todo e a necessidade de serem criadas condições operacionais e de transmissão de informações objetivas.

Marcos Arruda. As entidades do exterior deveriam trabalhar em um repertório de casos típicos, característicos, bem como de formas de encaminhamento, de modo a ajudar as entidades nacionais a repensarem sua atuação em cada área, o que poderia constituir importante contribuição para o movimento no Brasil.

Proposta. Que as ONGs, juntamente com os movimentos populares, comecem a elaborar, elas próprias, projetos alternativos, com a participação integral das populações a serem atendidas e com base em uma lógica totalmente diferente da habitualmente adotada pelo sistema, buscando os recursos daquelas instituições de forma direta. A idéia é "puxar" e não ser só reativo, começando a testar projetos alternativos, a partir de uma lógica de democracia participativa.

Eduardo Oliveira. Pede esclarecimentos do representante da EDF e sobre estudos que estariam sendo feitos, no âmbito do Banco Mundial, relativamente à questão da privatização.

Schwartzman- A única informação que possui, no momento, é a que consta da pauta dos projetos do Banco Mundial, mas que o assunto poderá ser pesquisado.

Dia 2, Mesa 8

Tema: "O PMACI e a Rodovia BR-364 (Porto Velho-Rio Branco)".

Participantes: Henri Acselrad (IBASE), moderador, Luiz Augusto Azevedo e Marco Antônio Mendes, do Forum de ONGs do Estado do Acre.

Marco Antonio Mendes

Esta participando não só na qualidade de consultor do Banco Interamericano, mas também na de ex-Secretário de Meio Ambiente do Estado do Acre, tendo acompanhado o PMACI (Projeto de Proteção ao Meio Ambiente e das Comunidades Indígenas) desde a sua concepção, em 1984/85. Assinala que em sua exposição vai tratar do primeiro momento do projeto, quando de sua negociação entre o Governo brasileiro e o BID, ficando os esclarecimentos do projeto a cargo do outro expositor, Luiz Augusto Azevedo.

O PMACI é um componente ambiental do projeto rodoviário de asfaltamento da rodovia BR-364, trecho Porto Velho/Rio Branco, asfaltamento este que por sua vez tinha dois componentes ambientais. Um, direto, envolvendo as obras propriamente ditas de pavimentação da estrada e o indireto, que previa ações em relação às comunidades indígenas, à educação ambiental e extensão florestal, ao zoneamento do território, à criação de áreas de proteção e unidades de conservação de um modo geral e um componente, de fiscalização e controle.

O projeto foi concebido para uma área de 252 mil quilômetros quadrados, envolvendo parte dos Estados do Acre, de Rondônia e do Amazonas, tendo constituído uma exigência do Banco Interamericano junto ao Governo brasileiro para que concedesse o empréstimo para o asfaltamento da rodovia BR 364. Foi inicialmente todo concebido por órgãos federais, apesar de no primeiro momento ter ocorrido um processo de discussão relativamente amplo, envolvendo a sociedade, os órgãos estaduais, ficando, porém, a decisão final sobre a concepção do projeto centralizada no âmbito do Governo Federal, já que era coordenado pelo IPEA e executado pela SEMA, pelo IBDF, pela EMBRAPA, pelo INCRA e pela FUNAI, com apoio do IBGE na questão do zoneamento.

Acervo ISA

Nos primeiros anos quando da implementação de algumas ações emergenciais e da elaboração de um plano de ação definitivo, no período de 85/89, o projeto praticamente não contou com a participação da sociedade na sua implementação, eis que sua execução ficou exclusivamente a cargo de instituições federais.

Houve na realidade uma discussão no início do projeto, mas a decisão final sobre a execução do projeto ficou a cargo das instituições federais. Muito pouco foi feito no período de 85 a 89. Estenderam o contrato inicialmente previsto para quatro anos. A partir que as ações foram executadas, começaram a surgir os problemas, porque muitas daquelas ações não eram as mais adequadas para a região, sendo que muitas delas foram concebidas somente para dar satisfação ao Banco. Exemplo foram as três florestas nacionais criadas no Acre, Macauã, em região de difícil acesso, onde nenhuma ação acontece ou aconteceu até hoje. Esta era um área que estava disponível na época pelo INCRA e era fácil criar uma floresta nacional ali. Então criou-se esta floresta para inglês ver.

Em termos deste Seminário, afirma que valeria a pena ressaltar o momento em que houve grande articulação entre as instituições locais, principalmente do Acre, Estado mais afetado, e organizações internacionais, basicamente o momento em que o próprio Chico Mendes começou a participar dessa discussão, coincidindo com a época da realização da sétima reposição de capital do BIRD, quando iria ser aumentado o capital do Banco. Através dessa articulação de instituições nacionais e internacionais e da pressão que então se exerceu sobre o Congresso norte-americano, quando este pressionava o Governo americano no sentido da reposição do capital do Banco, o projeto foi paralisado, em 1988, já que, na verdade, as obras da rodovia andavam mais rapidamente do que as de proteção ambiental e de apoio às comunidades indígenas. A nível de Brasil este momento coincide com uma certa militarização do projeto, eis que, apesar de então coordenado pelo IPEA, a SADEN, órgão que substituiu o Conselho de Segurança Nacional, passa a ter uma interferência direta e a ter efetivamente o comando do projeto, criando, inclusive, uma série de problemas em relação à questão indígena, tendo sido um período de negociação bastante complicado, embora produtivo em termos do que viria depois.

Somente a partir de 1990, com a criação da Secretaria de Meio Ambiente dentro da Presidência da República, começa um momento novo em termos de execução do projeto,com uma abertura para maior participação das comunidades locais na formulação das ações que iriam e estão sendo implementadas.

Este momento traz algumas contribuições importantes do projeto. Em primeiro lugar, dentro do próprio Banco Interamericano, apesar de muito pequeno o contato entre o governo e o BID, todo o contrato do projeto rodoviário envolve 58,7 milhões de dólares, um recurso relativamente pequeno, com apenas 10 milhões de dólares para o componente ambiental indireto - no entanto, pela questão política, pela forma de encaminhamento, pelas articulações que dele decorreram, ele assustou efetivamente o Banco, obrigando-o a considerar mais seriamente a questão ambiental, causando o mesmo efeito no Governo brasileiro. Ou seja, foi uma oportunidade em que a pressão internacional se materializou de maneira muito concreta e objetiva.

Quanto à participação das ONGs, na última fase, a partir do momento em que o projeto se abre e se democratiza a informação, ocorre o acesso à discussão e as ações passam a ser planejadas em conjunto e executadas principalmente por órgãos estaduais e organizações não governamentais, de tal forma que, em 1991, quarenta por cento alocados pelo PMACI foram gastos através de ONGs e, em 1992, cinquenta e oito por cento. O projeto tem, hoje, um peso essencialmente na atuação das ONGs e a atuação relativamente bem sucedida destes últimos anos, chegou-se, em determinado momento, a pensar em utilizar o modelo de execução do PMACI atual para implementar as ações no G-7 - isto, na época em que o José Lutzenberger era o Secretário Nacional de Meio Ambiente - dada a agilidade e leveza com que poderia ser conduzido.

Em maio de 1988, uma missão do BID estava no Acre, simultaneamente quando estavam lá representantes dos orgãos federais. Neste momento a SADEN passa a ter grande influência no Projeto. A inviabilização do PMACI iria ocorrer em função do problema das comunidades indígenas, já que a SADEN naquele momento havia criado a categoria de colônias indígenas - havia um programa do Governo brasileiro de demarcação de algumas áreas indígenase algumas colônias indígenas - onde

Acervo ISA

viveriam índios que, teoricamente, segundo eles, teriam um domínio total da nossa cultura e que, portanto, seriam diferenciados daqueles que viveriam nas áreas indígenas, sendo que estas seriam melhor assistidas do que as colônias. Havia a proposta do governo brasileiro em demarcar 25 áreas indígenas no Acre e Amazônas, sendo 9 colônias indígenas, como parte do projeto. (Estas colônias foram posteriormente extintas). Obviamente, os índios não concordaram com a situação, não só pela diferença que se pretendia fazer entre o índio civilizado e o índio puro, mas também pelas ações que se pretendiam a fazer nas áreas indígenas que seriam colônias, com uma interferência maior da nossa economia.

Realmente se havia chegado a um impasse nesta discussão, os indios e organizações de defesa dos índios como o (CIMI, Comissão Pró-Índio e outras) não abrirem mão de suas exigências e o Governo Federal, na época, ter passado a comandar a negociação, principalmente através da SADEN, embora formalmente a coordenação do projeto coubesse ao IPEA. O BID já estava pronto para encerrar a questão e sair do projeto. Houve, então, uma interferência das ONGs locais e do próprio Governo do Acre para se chegar a um acordo e solucionar o impasse.

Esta negociação em si foi um processo interessante, embora bastante penoso, mas dela resultou a continuidade do projeto pelo menos por mais algum tempo, até que eventualmente houvesse um novo impasse. O acordo previa a execução das ações de saúde e de educação em áreas indígenas, de apoio à produção das áreas indígenas, durante certo período, sendo que nenhuma demarcação de área indígena seria feita antes disso. Posteriormente o Governo proporia para cada comunidade um tipo de demarcação, ou como área ou como colônia indígena, o que aquelas comunidades teriam direito de aceitar ou não. Caso ela não aceitasse a proposta do governo brasileiro, a área não seria demarcada de acordo com o que estava sendo proposto. Com a extinção dessa categoria de colônias indígenas alguns anos depois, essa questão deixou de ser pertinente na negociação. De qualquer forma, o Governo brasileiro também retirou do programa a demarcação das áreas indígenas, tanto que o PMACI não mais repassou recursos para demarcação dessas áreas, assumindo o compromisso de depois realizá-la com recursos próprios ou de outras fontes.

Concretamente, essa negociação foi um indicativo, para o Governo brasileiro, dois anos depois, a partir da transferência do projeto para a Secretaria de Meio Ambiente, quando saiu da esfera do IPEA, de uma base que iria permitir a democratização de todo o processo. Ou seja, todo o procedimento utilizado naquele momento foi importante por haver possibilitado a execução do projeto, demonstrando, inclusive a relevância da participação da comunidade local.

Um detalhe, que considera curioso, mas bem representativo dessa fase: houve momentos em que discutir a questão de saúde indígena era algo bastante complicado, já que o Governo Federal não abria mão de sua ingerência, por tratar-se de atribuição exclusiva da FUNAI. Como a FUNAI tem uma presença muito pequena na região - o CIMI e a Comissão Pró-Índio têm ali uma tradição muito grande, em termos de atuação junto a diversas comunidades da área do PMACI - de repente o PMACI discutia, por exemplo, um problema de vacinação para as áreas indígenas, mas as ONGs já estavam fazendo um trabalho de vacinação e utilizando, naquelas áreas indígenas, o mesmo tipo de vacina que a FUNAI estava propondo. Isto demonstra uma duplicidade de esforços realmente desnecessária.

A importância daquele momento de negociação, em termos da presença das ONGs na região e da união, foi realmente grande entre as não governamentais e o Governo do Acre, que tinha interesse em que o projeto tivesse prosseguimento, com vistas a uma possível intermediação entre o BID e o Governo Federal para que o programa se concretizasse.

No momento em que se deu a paralisação do projeto, quando o próprio BID já tinha mais claro a importância da questão ambiental e da participação da comunidade local, o que aconteceu talvez tenha sido um grande teatro, já que teoricamente estavam sendo ouvidas e aceitas todas as ponderações tanto das ONGs quanto dos órgãos estaduais, mas, na verdade, tudo isto sob o controle da SADEN, que endossava o que era proposto pelo Governo Federal. O exemplo do Projeto de Monitoramento da Cobertura Vegetal, em que o Governo Federal deixou de fortalecer os órgãos estaduais, não permitindo sequer um trabalho conjunto destes com as entidades federais ligadas ao projeto. No momento

Acervo ISA

presente, no entanto, o procedimento adotado pela coordenação do projeto é ir à região e discutir com as lideranças locais e demais entidades um plano de trabalho adequado, a partir das propostas mais genéricas do Plano de Ação Definitivo - PAD, documento que formalmente rege o programa. O PMACI já sofreu cinco prorrogações por parte do BID, sendo que, em termos formais, seu prazo vence agora, no dia 14 de março, estando sob análise do BID a possibilidade de prorrogá-lo por mais um ano.

Luis Augusto Azevedo

Quanto ao PMACI, destaca duas fases: primeiro, uma ação única e exclusivamente dos órgãos federais, desconsiderando totalmente a experiência dos trabalhos desenvolvidos por órgãos locais, com aspectos negativos, na maioria dos casos,e alguns positivos.

Quanto aos aspectos negativos, refere que, por desconhecimento dos técnicos do Governo Federal, a área de influência que eles definiram no programa foi meio absurda, eis que abrangeu áreas que não sofreriam muita influência da BR-364. Da mesma forma, consumiram grande parte dos recursos alocados para o programa na produção de um diagnóstico, pelo IBGE, de pouca utilidade como subsídio para algum levantamento prático no programa.

Como aspecto positivo refere algumas demarcações de áreas indígenas, propostas pelo programa e que de fato aconteceram.

A segunda fase foi a do reconhecimento das experiências locais, principalmente a partir das suas organizações não governamentais, e também da experiência de algumas instituições governamentais, o que fez com que o PMACI realmente começasse a deslanchar (refere-se especificamente ao Estado do Acre e às organizações que lá se encontram).

No que se refere aos aspectos positivos, assinala que essa atuação proporcionou a execução direta, pelas ONGs, do aporte previsto no programa, refletindo o fortalecimento das organizações não governamentais no Estado, inclusive com um projeto de apoio institucional que nem estava previsto no PMACI. O projeto, portanto, possibilitou o fortalecimento de várias entidades, como sindicatos, associações, cooperativas e também de ONGs de assessoria. Possibilitou, ainda, a união de várias dessas entidades na execução conjunta de alguns projetos.

Outro aspecto positivo foi a incorporação da sociedade civil, com significativo aumento na demarcação de áreas pelo programa, inclusive da Reserva Extrativista Chico Mendes, no Acre, o que se constituía em reivindicação antiga do movimento e que foi possibilitada com a implementação do PMACI.

Como pontos negativos da segunda fase, cita a obrigatoriedade de os recursos tramitarem na esfera federal, através dos convênios estabelecidos com o IBAMA, tornando o processo extremamente moroso e difícil para as ONGs. Esse aspecto burocrático foi negativo para o andamento dos projetos propostos pelas organizações não governamentais do Acre. Da mesma forma, o estabelecimento de normas, pelo IBAMA, referentes à prestação de contas e à execução dos projetos, inerentes a órgãos governamentais e para as quais as ONGs ainda não estão preparadas, do ponto de vista de sua infra-estrutura, o que de certa forma dificultou também o andamento do programa.

Nessa perspectiva, a incoerência representada pelo fato de fixar um prazo diminuto, de 30 dias, para a utilização dos recursos por parte das ONGs, embora demorassem um ano para aprovar os projetos, o que muitas vezes impossibilitava sua aplicação para fins de valorização, dada a demora na sua liberação.

Em conclusão, as organizações não governamentais estão conscientes de que é necessário dar continuidade ao PMACI na área, com uma discussão mais aprofundada dos aspectos negativos aqui citados, como mecanismo de fortalecimento da atuação das entidades locais. Igualmente existe a necessidade de o PMACI ser mais abrangente, incluindo o trecho de Rio Branco a Cruzeiro do Sul, onde se localiza a maioria das áreas indígenas do Estado, bem como a experiência relativa a outro projeto em execução no Acre - o Projeto de Manejo das Reservas Extrativistas - que está sendo uma

Acervo ISA

experiência positiva, já que a execução está sendo repassada para as organizações locais, tanto não governamentais quanto estaduais do Acre, ao contrário do que ocorre com muitos outros projetos, como da CIDA, uma agência canadense que está trazendo técnicos do Canadá para trabalhar no Acre, o que é considerado um absurdo e que está sendo discutido lá agora. Enfatiza a importância de uma ação conjunta das ONGs com os órgãos estaduais e municipais.

Interpelações

Henri Acselrad. Solicita esclarecimentos ao expositor sobre a questão da relação Forum Acre/CTA.

Azevedo. No Estado do Acre não existe o Forum, mas a regional do GTA, havendo, inclusive, entidades do Acre que não fazem parte do GTA.

Acselrad. Solicita maiores detalhes sobre a história da formação desse movimento, articulado ao programa piloto.

Azevedo. O aparecimento do GTA e do programa piloto possibilitou maior união entre essas entidades, foi criado apenas o GTA regional, que não só discute o programa piloto como outras questões políticas maiores, relacionadas a programas, bancos multilaterais e outras.

Schwartzman. O momento de negociação entre o BID, entidades locais e Governo Federal, em 1988, foi de grande importância para o projeto, um verdadeiro divisor de águas. O projeto estava parado, o dinheiro não estava sendo desembolsado e o BID fez uma negociação com todas as entidades locais e órgãos estaduais envolvidos no projeto, a partir de uma proposta sobre como iria ser feita a alteração no projeto ambiental, do contrário o BID se afastaria e cancelaria o projeto. Fato que, possibilitou a reformulação do projeto e levou-o àquela segunda fase.

Millikan. Solicita esclarecimentos sobre os aspectos relacionados a pontos temáticos e áreas de abrangência do programa, em termos, por exemplo, de como foi analisada a questão fundiária, já que 70% da rodovia se encontram no Estado de Rondônia. Da mesma forma, pede esclarecimentos quanto à definição das áreas de abrangência do PMACI, levando-se em conta a questão dos garimpos de ouro do Rio Madeira, onde na faixa da BR na direção de Rio Branco, ocorrem problemas seríssimos (destruição do meio ambiente, em face do uso de mercúrio e jatos dágua de forma ilegal e desordenada). Quanto ao aspecto administrativo, indaga se os atrasos verificados foram um reflexo do momento político de 1992, da instabilidade decorrente da troca de dirigentes no IBAMA e na Secretaria de Meio Ambiente, ou uma decorrência da cronicidade dos entraves burocráticos, de difícil solução. Terceira indagação: quando há defasagem no valor real dos convênios, tendo em vista o período que decorre entre a aprovação e a utilização dos recursos, como o BID faz a contabilidade, já que, não havendo correção, isto corresponde a um incentivo para atrasar a liberação dos recursos? Que está sendo feito para equacionar esse problema?

Mendes. Exibe um mapa para esclarecer a questão das áreas de abrangência do PMACI, definidas na época em que a participação foi exclusivamente de órgãos federais, tendo o PMACI ficado restrito à extensão geográfica definida originalmente por esses órgãos, sem influência das entidades locais.

Quanto às áreas temáticas, o processo ocorreu praticamente da mesma forma, sendo cinco os programas contidos no PMACI: ordenamento do território (a partir de dados levantados pelo IBGE, que até hoje retém as informações, às quais a própria coordenação geral do PMACI tem dificuldade de acesso); fiscalização e controle: educação ambiental e extensão florestal; comunidades indígenas e áreas de proteção.

No que diz respeito à contabilidade, o contrato prevê que o Governo brasileiro primeiro gasta e depois cobra do Banco, sendo 60% de contrapartida nacional e 40% provêm do BID.

Arruda. Indaga se o texto lido pelo expositor encontra-se disponível para fornecimento aos participantes. Em segundo lugar, solicita maiores detalhes sobre o grau de participação da sociedade

Acervo ISA

civil (ONGs e organizações populares de setores afetados pelo projetos) nas diferentes etapas, as dificuldades verificadas ao longo do processo de entendimento, qual a abertura proporcionada pelo BID para essa participação, quais os obstáculos a ela opostos pelo Governo Federal e qual a atitude da SABEM em relação a essa participação.

Luiz Augusto Azevedo. Sua experiência com o PMACI deu-se a partir já da segunda fase, quando houve realmente a participação da sociedade civil, através das ONGs, sindicatos etc. A oportunidade foi propiciada pelo momento em que se deu a abertura e à presença do Marco Antônio na condição de consultor do Banco na região, o que facilitou a atuação dessas entidades. Tais fatos possibilitaram o fortalecimento dessas entidades e que, embora não tenha havido uma avaliação conjunta do programa, ficou demonstrado que a participação da sociedade civil é a forma ideal de executar programas dessa natureza.

Ricardo Arnt. Existe um valor simbólico, político, muito importante, do PMACI, para todos aqueles que se preocupam com a Amazônia, especialmente para os participantes do Seminário: o programa significa a consecução de várias vitórias, em termos de um modelo de atuação que se está tentando desenvolver até hoje.

Primeiro, é a primeira grande vitória sobre os bancos multilaterais, fato de grande significado internacional, já que o Banco teve que rever sua política de financiamento, o que representa uma grande perspectiva para as entidades. Em segundo lugar, por incidir em uma área do tamanho da Alemanha Ocidental, o oeste da Amazônia, o PMACI constitui a primeira tentativa de um plano de ocupação racional da Amazônia. Da mesma forma, o PMACI representa o fim de certa prática de cisma ideológico que existia entre as ONGs que se debateram convulsivamente durante seis ou sete anos sobre se deveriam ou não atuar e colaborar com o Governo, se deveriam ser reformistas ou não e assim por diante. O PMACI, portanto, a seu ver, fez com que se superasse o que considera uma querela ideológica que há muito vem minando a atuação política das entidades, obrigando-as a abandonar a fase das lamúrias e entrar realmente na realidade do primeiro plano da política.

Tudo isto importa conquistar uma legitimidade, um reconhecimento, em termos de política na Amazônia e de política brasileira, o que representa algo inédito, além de o modelo conseguido através do PMACI hoje servir, por exemplo, para o Planaforo, para o Prodeagro, para o Plano Piloto de Conservação da Amazônia, que, defeituosos, podem ser melhorados.

Dia 2, Mesa 9

Tema: Trabalhadores Agro Extrativistas e os Bancos

Participantes: Pedro Ramos (CNS/AP)

A atuação dos seringueiros e trabalhadores agro-extrativistas, a Amazônia,e sobre a inadequação do modelo de desenvolvimento que técnicos do Sul vêm tentando implantar na região. A construção das grandes estradas (Transamazônica, Perimetral Norte), é um dos mecanismos utilizados pelo Estado para fazer com que esse modelo de desenvolvimento chegasse até a Amazônia, a partir, inclusive, de financiamentos dos bancos multilaterais.

As consequências da construção dessas rodovias, da ida de grandes indústrias para a região, da construção de barragens e da utilização da experiência de empresas que já estavam na Amazônia, principalmente no Amapá (Ex.: o Projeto Carajás teria sido baseado na experiência da ICOMI, que ali se instalou na década de 70). Existe um menosprezo implícito nesse modelo em relação à economia local tradicional, extrativista, baseada não só na borracha ou na castanha, mas também na produção do azeite de andiroba,na coleta da fruta da ucuuba, no pracaxi etc., tendo ocorrido, em sua opinião, uma ação deliberada para esfacelar essa economia e impor um outro modelo de desenvolvimento econômico para a Região Amazônica.

Acervo ISA

No início da ação do Conselho Nacional dos Seringueiros, através dos sindicatos, em face dos grandes desmatamentos e deslocamentos causados especialmente pela construção das barragens. É importante o movimento de resistência ("empates") para a descoberta das próprias limitações do movimento e a atuação de Chico Mendes como o grande porta-voz das denúncias sobre essa situação. De nada adianta toda essa luta contra o modelo de desenvolvimento imposto à região sem uma reflexão sobre uma nova política de atuação que se contraponha a tudo isso. Gestões junto aos bancos não são suficientes e que é preciso pensar em criar novos mecanismos de atuação, eis que os atualmente utilizados contribuem para esse modelo de destruição existente na região.

Está preocupado com o fato de se pensar só no relacionamento com os bancos e não com os centros de excelência,em termos do que teriam a oferecer com vistas a esse novo modelo. Indaga, por exemplo, qual o envolvimento do Museu Goeldi,do INPA e de centros de pesquisa de algumas universidades, que aportaram tecnologias para o desenvolvimento desse modelo. Refere que o Museu Goeldi, ou a EMBRAPA, pesquisou um processo de inseminação de bubalinos que, no entanto, vem sendo dominado pelos dirigentes da fazenda da Volkswagen, no sul do Estado do Pará, com total desconhecimento por parte dos pequenos produtores.

O Conselho Nacional dos Seringueiros, tinha expectativa no novo modelo representante de um modelo de reforma agrária baseado no respeito aos costumes e tradições das populações da área e em contraposição ao loteamento indiscriminado que, entre outros absurdos, foi adotado para a construção daquelas rodovias. Tal não aconteceu e a dúvida permanece quanto a se o modelo contribuiu para a preservação do meio ambiente, dos ecossistemas da região.

Os órgãos federais só considerarem trabalhadores os que fazem derrubadas, menosprezando os extrativistas. Pede a reformulação da política dos bancos multilaterais, que financiaram a devastação da Amazônia, defende a criação de novos mecanismos para atuação das entidades na região, para o combate às ações que forem danosas às comunidades e que, em geral, visam apenas interesses de grupos econômicos privados. Embora o extrativismo seja por eles considerado coisa do passado, essas comunidades têm consciência do que desejam, de qual modelo de desenvolvimento querem para si mesmas, para deixarem de ser eternas fornecedoras de matéria-prima barata. Importante a transferência de tecnologia, pelos centros de excelência, às comunidades locais para que estas tenham condições de aperfeiçoar-se e desenvolver o modelo extrativista, de tal forma que esse modelo seja potencializado em nível de projetos. A alegada disponibilidade de recursos do Banco Mundial, da Comunidade Econômica Européia, que visava beneficiar esses centros, não encontra propostas adequadas neste sentido. Relata, a propósito, a falta de recursos humanos e de conhecimentos técnicos de que se ressente o movimento e que poderiam ajudá-lo a avançar e colocar no papel aquilo que desejam para seu desenvolvimento. Importante a apresentação de propostas pelas comunidades envolvidas e assinala as dificuldades que têm sofrido a extração e comercialização da borracha - há mais de um ano sem mercado - em virtude da ação das multinacionais e dos próprios mecanismos criados pelo Governo para desestabilizar essa atividade. A morosidade existente por parte do Governo brasileiro e dos bancos financiadores na implantação do programa piloto na Amazônia e que vem prejudicando sobremaneira as comunidades, contribuindo para o aumento do êxodo daquelas populações para as grandes cidades, sem que o movimento tenha tido forças para alterar este quadro. Existe a necessidade de ser definido urgentemente um modelo realista para o desenvolvimento do agro-extrativismo na Amazônia.

Interpelações

Sérgio Sauer - Quanto à crise da borracha, considera a questão muito significativa, especialmente em face de sua relação com as multinacionais e a borracha subsidiada. Se a borracha brasileira das reservas extrativistas fosse paga a 2 dólares ou 2,50 dólares, preço real de custo, tais reservas seriam economicamente viáveis ou, além da luta pelo preço, deveriam ser desenvolvidos estudos e pesquisas para busca de alternativas de produção de outros alimentos e produtos para tornar mais fácil a vida do seringueiro naquela área?

Acervo ISA

Pedro Ramos. Jamais os seringueiros condicionaram sua sobrevivência à produção unicamente de borracha, castanha, madeira ou outro produto. Daí ter ressaltado a necessidade de transmissão de tecnologia especial para desenvolver e dar sustentação de maneira global ao conjunto da riqueza que se contém nas reservas extrativistas. Existe a necessidade de se lutar pelo preço da borracha, por ser inaceitável a influência das multinacionais do mercado, especialmente nas áreas de produção, apenas porque elas consideram o produto brasileiro de qualidade inferior e de preço muito alto. Considera a atuação dos bancos multilaterais, a serviço do grande capital, da lógica capitalista, que não se aplica, porém, à Amazônia.

Luiz Dalla Costa. No que se refere à questão do processo de negociação, ainda hoje vive-se um momento de resistência, tendo em vista a necessidade de construção de um projeto comum. Neste sentido, o processo de negociação pode significar o fortalecimento das instâncias populares e também mudanças na política. Porém que isto passa por um processo de radicalização das propostas, a partir da contraposição, para cada vez mais levar o BIRD a mudar sua posição.

Se torna necessário discutir com mais ênfase as formas de obter-se a maior democratização dos instrumentos multilaterais, com vistas a um maior acesso às informações. Sugere a apresentação direta de propostas, pelas ONGs e outras entidades locais, aos bancos multilaterais, para financiamento de pesquisas e outras atividades.

Jean Pierre. Refere o exemplo do Japão, que sustenta no GATT sua agricultura de arroz para não destruir sua economia rural e seu tecido social, enquanto o Brasil sequer sustenta sua produção de borracha, que teria duplo resultado (sobrevivência dos seringueiros e preservação ambiental da região). Daí considerar insuficiente pensar unicamente no Banco Mundial, sendo, em sua opinião, mais interessante discutir como articular isso com a questão do comércio internacional e utilizar uma ação integrada das entidades para também atacar esse aspecto. Sugere, portanto, uma reflexão sobre como combinar a ação sobre o Banco Mundial com ações sobre o GATT, o FMI e outras instituições.

Capobianco. Duas perguntas: 1) como os seringueiros pretendem resolver o problema da comercialização da borracha? 2) O atual Governo tem-se mostrado sensível à questão extrativista? Caso afirmativo, que tipo de encaminhamento tem sido adotado no caso?

Ricardo Arnt. Os seringais de cultivo do Estado de São Paulo, que entrarão em produção dentro de cinco a seis anos e cujo produto, ao que parece, será melhor do que a borracha da Amazônia, o que resultará em enorme oferta de borracha cultivada. Indaga como os seringueiros estão vendo isso.

Ramos. O movimento dos seringueiros compareceu à câmara setorial da borracha para tentar resolver o problema, já que, apesar da lei que dispõe sobre o contingenciamento da borracha, a ação do Governo, especialmente na época do Governo Collor, fez com que as empresas fossem desobrigadas de comprar a borracha nacional,sob a alegação de que sua qualidade era inferior. Quanto aos seringais de São Paulo, informa serem subsidiados, tornando, portanto, a competição muito desigual. O fato de haver muitos interesses por trás da questão da borracha. Ressalta a necessidade de pressionar o Governo, a fim de que seja fixado um preço para o produto, bem como a importância de serem evitados esforços para a manutenção da borracha natural, com vistas à preservação da Amazônia. O movimento pensando em promover ações nos Estados, especialmente em Brasília, ocupando o IBAMA, indo para a frente do Congresso Nacional etc., para tentar reverter esse quadro. É necessário levar em conta não só a questão ambiental, mas também o aspecto social, a partir de um conjunto de parâmetros, quando se trata da elaboração de um modelo diferente de desenvolvimento para a Amazônia.

No que se refere ao novo Governo, nada tem feito, em termos de ação concreta, apesar de muitas promessas feitas pelo novo Ministro do Meio Ambiente. A propósito, o Governo alega falta de recursos, mas, em contrapartida, teve 1 milhão de dólares para ajudar os usineiros da cana-de-açúcar.

Julio Barbosa. Esclarece a questão relacionada com a produção de borracha. No que se refere à política do Governo para o setor, informa que tanto em termos de borracha nativa quanto de borracha cultivada as dificuldades são as mesmas. Dados do IBAMA sobre produção e consumo de borracha no

Acervo ISA

Brasil e protesta contra a política do Governo relativamente à questão do contingenciamento aplicado à produção da borracha no País. A ação das multinacionais (Michelin, Firestone, Pirelli, GoodYear) no controle total do mercado mundial desse produto. Com relação às reuniões da Câmara Setorial, sentam-se à mesma mesa com os seringueiros os representantes dos vários grupos econômicos ligados à área, o que inviabiliza qualquer discussão por parte dos seringueiros. Conclama todos os segmentos da sociedade brasileira a juntarem-se à luta dos seringueiros, em prol da melhoria das condições de vida das populações da Região Amazônica.

Carlos Miller. Sugere a realização de uma pesquisa sobre o número de pessoas que pagariam até o dobro pela borracha proveniente dos seringais do Acre.

Acselrad. Quanto a questão da votação da Lei de Patentes pela Câmara dos Deputados, sob regime de urgência urgentíssima, e ao fato de as ONGs terem conseguido uma audiência com o Sr. Presidente da República para entrega de moção deste Seminário. Lê a moção e informa a respeito do recebimento de subscrições.

Dia 2, Mesa 10

Tema: "O Programa Piloto para as Florestas Tropicais Brasileiras".

Expositores: Júlio Barbosa e Jorg Zimmerman (GTA).

Julio Barbosa de Aquino

Quando era presidente do CNS em 1989, receberam um a missão do PMACI. Perguntamos quanto que se havia gasto do Programa e onde. Fomos informados que foram gastos feitos em diárias de hotel, diárias de técnicos e passagens aéreas para Washington e dentro do Brasil. Será que somente o PMACI funciona desta forma?

A dois anos atrás, eu estive m Rondônia em reunião com o Secretário do Meio Ambiente. Este mencionou que 80% dos recursos do Planafloro foram desviados e não utilizado no Programa.

É importante explicar por que estamos envolvidos neste programa. O Programa Piloto nasceu desta onda verde, a partir de uma consulta que o governo brasileiro fez ao Grupo dos 7 em 1990. Em fevereiro de 1990, quando o Eduardo Martins era Secretário Adjunto da SEMAM, nos recebemos um calhamaço de papel que era uma proposta inicial do Programa Piloto para o desenvolvimento da Amazônia. Verificamos que o projeto tinha coisas absurdas, que não tinha relação com a realidade da Amazônia e seu objetivo inicial, proteção das florestas tropicais brasileiras. Foi a partir daí que começamos a nos preocupar, pois o programa previa a execução em três anos, com um montante de US$ 1 bilhão e 500 milhões, em atividades completamente dispersas. Achamos então momento de se discutir a proposta e propor algo diferente. Foi assim que se abriu a discussão com várias entidades que começaram a reconhecer a necessidade de apresentar um documento com alternativas, um plano, um projeto, para ao mesmo tempo desenvolver um programa de produção, um projeto de desenvolvimento para algumas áreas da Amazônia, que ao mesmo tempo garanta a qualidade de vida das populações e a proteção das florestas, como o programa se propõe.

Quanto à atuação do BIRD e do BID nesses programas e ao desconhecimento quase generalizado sobre estas instituições, por parte dos movimentos, especialmente quanto ao fato de a política por eles adotada ser definida por governos ou países que dominam o capital em todo o mundo, em especial pelo Comitê do Grupo dos 7 e pelo FMI. Os Bancos são então executores e não são mentores do programas e que deveríamos ter um entendimento do que pensa países como o Japão, França, Alemanha, sobre a América Latina ou o Brasil. Descobrimos que o Programa Piloto não era exatamente como o Governo brasileiro estava elaborando, eis que os países doadores, que aceitaram financiar um projeto de meio ambiente, começaram a impor o que em sua opinião deveria ser feito no Brasil e onde deveria ser feito. A vinda de várias missões desses países (Alemanha e França, principalmente) ao Brasil e as inúmeras

Acervo ISA

discussões ocorridas na época entre representantes destas missões e órgãos do Governo Federal. Cada país doador tem a sua preferência, Alemanha, o zoneamento e França os centros de excelência. No caso, a omissão do Banco Mundial, que fica observando tudo e no final vai repassar os recursos para o Brasil. A renegociação do Programa, com redefinição do valor dos financiamentos e dos acordos bilaterais, e protesta contra a ingerência dos países doadores na sua execução, principalmente quanto à redução dos valores prometidos, que chegou a US$ 250 milhões, definida em Genebra, no final de 1991, incluindo aí os acordos bilaterais com o Brasil. Por exemplo, temos um projeto a mais de três anos, com o BID e quando fomos verificar que este projeto estava incluído nos projetos bilaterais, proveniente de recursos do Governo japonês, e não é recurso próprio do BID.

Portanto, este fato de a participação do GTA no Programa Piloto ter contribuído para que os integrantes do GTA tivessem uma visão mais clara da política adotada pelo Banco em nível internacional, principalmente em termos de com ocorrem esses financiamentos.

Neste quadro que surge a importância do surgimento do GTA, Grupo de Trabalhos Amazônicos, nessa ocasião, para abertura do debate com as entidades locais e com as ONGs. A grande preocupação do movimento era estar diante de um programa que contém inúmeras incoerências e que, ao mesmo tempo, gerava muitas expectativas junto às comunidades a serem por ele atingidas. Daí a realização de várias reuniões e seminários, promovidas pelo GTA, para ampliar, na medida do possível, o conhecimento em torno do Programa. Não obstante estar sendo discutido há alguns anos o Programa, segundo informações do Banco Mundial e da Comunidade Econômica Européia, pode levar ainda uns dois anos para ser iniciado, já passado dois do início da negociação.

Para concluir, o objetivo principal do GTA, qual seja, o de constituir-se em uma rede de articulação e transmissão de informações junto às diversas entidades amazônicas, que, ao mesmo tempo que avance nas negociações internacionais, informe as comunidades. Chegamos hoje em uma aglutinação não muito grande de ONGs, mas não conseguimos que estas ONGs utilizem seu poder de articulação e força, para uma luta mais forte com o PP e outros programas. O GTA cresceu como um aglutinador das forças das organizações na Amazônia, mas ao mesmo tempo não temos uma estratégia para aglutinar estas forças. Portanto, acho que este seminário é fundamental para melhorar o entendimento.

Fatos, como o da pobreza que se transformou em miséria absoluta na Amazônia, apesar dos vários programas voltados para a região e financiados pelas instituições multilaterais. Existe, portanto para solucionar estes problemas a necessidade de uma intervenção política, em termos de mobilização de um movimento organizado. Por esta razão achamos que o GTA vai além do PP.

Jorg Zimmerman

O conteudo do Programa Piloto e a situação dos projetos em andamento, manifesta preocupação com o atraso em que se encontram, apesar de toda a discussão já levada a cabo pelas várias instâncias envolvidas ao longo de alguns anos. Tem dúvidas sobre as reais intenções do Governo brasileiro e do Banco Mundial em relação Programa. Os cinco projetos já aprovados pela comissão de órgãos governamentais (da qual fazem parte 3 ONGs) e pelo Banco: reserva extrativista; florestas nacionais; reservas indígenas (sem o componente ambiental, que está sendo discutido agora, estando previsto um seminário para detalhamento específico da questão); ciência e tecnologia, com dois componentes, ou seja, um, de apoio aos centros de excelência e, outro, de pesquisa dirigida, ainda não suficientemente detalhados; finalmente, um projeto demonstrativo tipo A, isto é, voltado para as organizações não governamentais (apoio a iniciativas inovadoras destas organizações), também ainda não detalhado.

Mais quatro projetos foram aprovados sob a forma de pré-projetos, há cerca de uma semana, pela mesma comissão: monitoramento e vigilância ambiental; controle e fiscalização ambiental; zoneamento ecológico-econômico; fortalecimento institucional (voltado para as organizações estaduais de meio ambiente).

Acervo ISA

Com referência aos quatro últimos, não há participação das organizações não governamentais na sua discussão e de não refletem, o desejo do Estado de uma do Governo ou da sociedade civil no processo - aspecto contestado pelas ONGs na reunião da comissão. O fato de ser desconhecido o valor total dos recursos disponíveis para o Programa Piloto, embora seja conhecida uma parte deles, proveniente da Alemanha (cerca de 132 milhões de dólares), havendo recursos indefinidos de aproximadamente 118 milhões de dólares, quantias sobre as quais, porém, há muitas dúvidas. Igualmente estranha a reunião do TWC - Technical Working Committee, previsto no programa, a qual foi realizada em Brasília, no mês de fevereiro passado, para discutir a inclusão de projetos bilaterais no Programa Piloto - desde os que serão finalizados no próximo ano até alguns que estão ainda sob intenção, totalizando cerca de 160 milhões de dólares. Daí a incerteza do orador quanto à disponibilidade dos fundos para o programa e, consequentemente, quanto às suas verdadeiras intenções. Ao mesmo tempo, a variedade de projetos bilaterais nele incluídos, transformando-o em verdadeiro "balcão" de projetos, de acordo com a conveniência de cada país interessado e dos respectivos governos estaduais da região. Outro complicador é a constante mudança de negociadores,por parte do Governo brasileiro, o que se transforma em pretexto para o Banco Mundial protelar a execução do programa.

A participação das ONGs no programa é tênue. Embora já participem da comissão, seria necessário estarem presentes na discussão de todos os projetos, a fim de propiciar a participação da sociedade organizada da Amazônia. Em relação à questão do PDA, discorre sobre os recursos alocados, ou seja, 25 milhões de dólares para a Amazônia e 5 milhões de dólares para a Mata Atlântica, estando bastante avançado o processo de elaboração do projeto (praticamente finalizado), dependendo apenas de alguns pré-investimentos cruciais, em termos de como esses recursos entrarão no Brasil (via Fundo Nacional do Meio Ambiente ou outro mecanismo) e como serão gastos no País. Manifesta preocupação quanto a este último aspecto e sugere gestões junto ao Congresso Nacional, para que seja especificado claramente como serão viabilizados tais recursos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Quanto à participação da sociedade civil organizada no PDA, em diversos momentos, através de uma comissão executiva, paritária, integrada por 5 membros governamentais e 5 não governamentais, indicados pelas organizações da região, à qual caberá decidir sobre a destinação dos projetos, sobre os mecanismos de funcionamento e assim por diante. Da mesma forma, a Mata Atlântica possui um mecanismo de participação no programa através de uma comissão específica, paritária, e, ainda, um outro organismo especialmente indicado pela Mata Atlântica e que participará também do processo.

O caráter gerencial do projeto demonstrativo, cujo secretário técnico é indicado também pelas ONGs através de uma lista tríplice e escolhido pelo
Ministro, e colocando-se à disposição do Plenário para esclarecimento de dúvidas.

Interpelações

Capobianco. O fato de os organizadores deste Seminário terem deixado de convidar representantes da Mata Atlântica que poderiam esclarecer a participação deste segmento no Programa. A atuação da SOS-Mata Atlântica relativamente ao Programa Piloto. O caráter pragmático da visão do movimento em relação ao programa e o fato de nele não haver oportunidade de articulação das ONGs, não obstante já existir um processo de articulação independentemente do Programa Piloto. As ONGS que atuam na Mata Atlântica tem uma visão bastante critica do projeto, que hoje de certa forma integram a comissão coordenadora, em relação ao programa piloto, dada a falta de transparência e a impossibilidade de conhecimento prévio do programa, e a postura do Forum das ONGs Brasileiras, bastante radical, no sentido de exigir uma discussão ampla com as ONGs do País.

Importante este processo de articulação das ONGs da Amazônia, mas critica o caráter contraditório dessa atuação em algumas oportunidades, de contraposição, algumas vezes, até mesmo à posição assumida pelo Forum das ONGs (ex.:reunião do 3o. Prepcom, em Genebra), relativamente ao Programa Piloto, mas acredita que tal fato teve um saldo positivo, já que serviu para fortalecer a participação das ONGs e culminou na criação de um conselho gestor do programa, com a inclusão de três ONGs. No que tange à participação da Mata Atlântica no programa, foi decidida muito rapidamente durante a ECO-92, tendo sido feito quase aleatoriamente um acordo sobre a divisão dos recursos. Em termos

Acervo ISA

de concepção, existentes entre os dois segmentos, em relação às quais seriam sentidos os efeitos do Programa Piloto em cada uma das regiões, Amazônia e Mata Atlântica. Para as organizações da Mata Atlântica trata-se de uma questão pragmática, no sentido de que tais recursos podem alvançar uma série de projetos. Refere, a propósito, workshop por elas realizado no mês de janeiro, em Brasília, quando foi elaborada, com base, inclusive, em muitos dados do GTA, proposta preliminar para o zoneamento da Mata Atlântica, a qual circulará entre as ONGs, para discussão no encontro nacional do Forum a ser em breve realizado, e em que estará anexada uma sugestão de estrutura, para que as próprias ONGs apresentem projetos para o Programa Piloto.

As diferenças existentes entre as duas regiões pergunta como o GTA vê essa participação das ONGs da Mata Atlântica e se essa atuação de cunho pragmático poderá gerar algum complicador para as ONGs da Amazônia, ou se essa composição está bem acertada no âmbito da comissão. Foi criada uma estrutura na Mata Atlântica, em termos de ONGs, para acompanhamento do programa.

Julio Barbosa. É o maior defensor das alianças entre as diversas organizações das várias regiões do País e destaca a importância da participação da Mata Atlântica no processo de discussão do Programa Piloto, não vislumbrando nenhum complicador em decorrência dos diferentes tipos de visão na condução desse processo. É relevante contribuição dos integrantes da Mata Atlântica no assessoramento técnico ao GTA, especialmente no que se refere a problemas ligados a projetos que envolvem a área de ciência e tecnologia. Extremamente importante a estrutura montada pelo pessoal da Mata Atlântica, mais avançada, em alguns aspectos, do que a do GTA, particularmente no que se refere ao grupo de apoio, ainda não criado pelo GTA.

Jean Pierre. Importante a participação da sociedade na apreciação do conjunto dos projetos do Programa Piloto, bem como da preocupação do GTA relativamente aos recursos a serem nele aplicados. Existe total desconhecimento das entidades em relação aos subprojetos ou programas estruturais e lamenta que, por falta de material informativo, não tenha sido possível produzir-se até agora uma reflexão ou uma análise para discussão do assunto com as diversas entidades. Tal fato é um ponto de estrangulamento e neste sentido acha difícil qualquer atuação agora, dada a total ausência de um conjunto de dados substanciais que possam constituir uma massa crítica para reflexão, o que inclusive não permite uma ação de confronto com os bancos. As diferenças existentes entre os diversos setores, tendo em vista as distintas tradições (questões culturais, históricas, econômicas, políticas etc.) e as formas de abordagem dos problemas da Amazônia. Daí a importância de uma confluência que, a seu ver, é preciso construir, para a discussão do programa. Tudo isso tem a ver com a questão internacional, na medida em que até há bem pouco inexistiam na Amazônia pesquisadores ou sociedades ambientalistas do exterior por ela interessados. Por conseguinte, considera importante, no diálogo com a área internacional, fazer com que seja reconhecido o fato de que a Amazônia, além de sua economia extrativista e de possuir índios que abriram caminhos, apresenta uma enorme complexidade social, rural e urbana.

O GTA e outras entidades devem se articular, para avançar neste sentido e na ligação com a área internacional, já que todos, na Amazônia, afora os índios, encontram-se num processo de construção de uma identidade amazônica, além das identidades particulares (extrativistas, populações ribeirinhas etc.). Existe necessidade desse trabalho, em relação aos países do G-7 e outros, de conscientização sobre a complexidade da Amazônia, mostrando igualmente que a questão urbana, a questão dos grandes projetos, a questão industrial, a questão dos garimpos têm, evidentemente, muto a ver com a problemática do meio ambiente na Amazônia.

Thomas Fatheuer. Indaga sobre a vantagem do Programa Piloto em relação aos projetos bilaterais, tendo em vista a preocupação com as florestas tropicais brasileiras, e solicita esclarecimentos sobre a participação, no GTA, da sociedade civil, em termos práticos, no que diz respeito à discussão do Programa.

Luiz Carlos Ross. A lógica inversa adotada no processo de criação do Programa, com a alocação dos recursos precedendo a apresentação dos projetos e, de certa forma, com a oferta determinando a demanda, bem como a ausência de um modelo de desenvolvimento sustentável para a região, com

Acervo ISA

diretrizes que garantissem a sustentabilidade do Programa, acaba explicando, em grande parte, as principais críticas ao Programa Piloto, em seus vários aspectos. Considera que tudo isso impede que o Programa Piloto seja considerado um projeto efetivamente capaz de proteger as florestas tropicais do Brasil.

Millikan. Solicita esclarecimentos sobre o espaço existente nas ONGs, de efetiva participação no planejamento do Programa, no acompanhamento dos projetos estruturais e na monitoria e avaliação destes projetos quando de sua implementação. Manifesta preocupação com o fato de esses projetos terem sido aprovados preliminarmente sem a participação das ONGs. Considera importante a participação das ONGs na discussão do Programa Piloto, já que serviria de "gancho" para as ONGs levantarem a discussão, por exemplo, sobre a questão do zoneamento, ou seja, o Programa seria utilizado para que se começasse a debater uma série de políticas públicas equivocadas.

Arnt. Relativamente ao que foi mencionado pelo expositor sobre os obstáculos ligados à questão da transferência de recursos de fora para as ONGs, indaga se isto se deve a uma política do Governo, que talvez não queira fazer acordos internacionais que incluam transferência de dinheiro captado lá fora para ONGs do País, ou talvez isto decorra dos cuidados com a questão de soberania.

Eugenio Scanavino. Programa Piloto tem um papel estratégico no contexto da Amazônia, uma vez que deverá contemplar não todas as áreas, não sendo, portanto, capaz de transformar a realidade amazônica, mas irá incidir sobre setores estratégicos conjugados. Desta forma, apesar de ser um programa pequeno, dentro do montante geral de investimentos na Amazônia, seu valor estratégico é substancial já que estará incidindo em setores importantes,com a possibilidade de participação das não governamentais. Preocupado quanto à incapacidade das entidades de efetivamente intervirem na concepção dos programas estruturais e acredita necessário um trabalho político de articulação das entidades amazônicas, tendo em vista a diversidade e o isolamento de grande parte delas, a fim de que as pessoas passem a pensar de forma global, em termos do contexto global amazônico. Sugere a apresentação de uma carteira de projetos integrados, com a participação das organizações não governamentais e outras entidades.

Pedro Ramos. Complexa a realidade do Programa Piloto e a necessidade da conquista de espaços para participação da sociedade civil nos vários programas voltados para a Região, através da apresentação de propostas, dados os distintos interesses políticos e econômicos que permeiam esses projetos. A atuação das várias organizações anteriores à criação do GTA e que foram conquistando seus espaços por esforço próprio. Entidades de outras áreas têm muito a contribuir, quando da implementação do Programa, e não precisam esperar o convite do GTA e de outros organismos da Região para fazê-lo, tendo em vista a importância nacional do Programa, cujo objetivo primordial é a proteção de todas as florestas tropicais brasileiras. Daí a importância da participação de cada uma das ONGs representadas no Seminário, na análise e até numa eventual mudança de rumos do Programa.

Carlos Miller. Quanto aos comentários feitos pelo companheiro Ricardo Arnt, manifesta preocupação quanto ao Programa Piloto, especificamente no que diz respeito aos projetos estruturais e aos projetos demonstrativos, e assinala a necessidade de participação das várias entidades no seu acompanhamento, para que o Programa realmente funcione em termos de Amazônia. Neste sentido, a atuação da entidade que representa, Fundação Vitória Amazônica e a recente criação, no âmbito das várias entidades, de secretarias técnicas, exatamente para discussão das várias áreas temáticas nele contidas, com vistas a uma consonância entre os dois tipos de projeto e a implementação de um trabalho global. No que se refere especificamente ao GTA-Amazonas, assinala a criação de uma comissão de técnicos também vinculados a cada uma das áreas temáticas, para um efetivo acompanhamento do projeto.

Henri Acselrad. Vários pontos já levantados com relação ao tema "O Programa Piloto para as Florestas Tropicais Brasileiras" e que servirão para a fase de debates finais do Seminário: Concepção do Programa (linha muito tênue entre programas de conservação e de desenvolvimento): fortalecimento das entidades (perspectiva de sua organização política; possibilidade de a enorme expectativa criada

Acervo ISA

e a ampla legitimidade adquirida pelo GTA gerarem grande frustração ao final do processo e o enfraquecimento dessas entidades, não seu fortalecimento).

Julio Barbosa. O manifesto do Conselho Nacional dos Seringueiros sobre a questão da comercialização da borracha (lançamento em Brasília previsto para o próximo dia 25) e à mobilização nacional da categoria, ao longo do mês de março do corrente ano. Propõe seja o manifesto também subscrito por participantes deste Seminário. Manifesta concordância em relação aos comentários feitos pelo companheiro Jean-Pierre sobre a importância do conhecimento e da transmissão da informação. Esclarece, a seguir, os diferentes papéis representados pelo GTA e pelo CNS, no que se refere ao acompanhamento dos vários projetos na Amazônia, assinalando a importância do GTA, que constitui uma base para a busca de uma socialização da informação, fator importante, a seu ver, para as alianças entre as várias organizações locais, para a aglutinação das forças envolvidas na análise do programa. Explica a estrutura dos GTAs e os objetivos que embasam sua atuação, em particular no que se refere a seu papel no Programa Piloto e na articulação com as demais entidades.

Dia 2, Mesa 11

Tema: "Novos Projetos: A Hidrovia Paraná-Paraguai e o Global Environmental Facility (GEF)".

Participantes: Moderador Tony Gross, Sérgio Guimarães (FORMAD), Luiz Carlos Ross (IEA) e Eduardo Martins (WWF).

Sergio Guimarães

A hidrovia é importante, ao lado de todos os outros grandes projetos, como a redenção de Mato Grosso, embora contestada especialmente pelos ambientalistas, considerados por isso inimigos da redenção do Estado. Isto dificulta a atuação das entidades no sentido de modificar esses projetos e tentar introduzir-lhes algumas melhorias. O projeto da hidrovia, que, juntamente com o Prodeagro (Bacia Amazônica), o projeto da hidrovia (Pantanal/Bacia do Paraguai), o projeto da Ferrovia Leste-Oeste, a Ferrovia da Soja (também Pantanal, abrangendo a região do Cerrado/Chapada dos Parecis), irá definir a economia de Mato Grosso. Assinala que à questão da hidrovia se vincula o contexto do Mercosul, envolvendo cinco países da área. Quanto ao aspecto geo-econômico do projeto da hidrovia, dadas as várias regiões por ele abrangidas, com diversos impactos ambientais e sociais, especialmente a utilização de pesticidas - hoje o maior problema de saúde da população rural do Estado - o processo de erosão do solo e a existência de garimpos nas nascentes do rio. Dos três ecossistemas que compõem o Estado (Amazônia, Cerrado e Pantanal), o Cerrado é onde se localizam as nascentes dos rios, tanto da parte sul, amazônica, quanto da Bacia do Paraguai, sendo, portanto, uma área muito rica, de imensa biodiversidade, importantíssima para o equilíbrio hídrico não só do Brasil mas de todo o Continente, e que se encontra sob um impacto fantástico. Dado o preconceito da própria sociedade em relação ao Cerrado, por ela considerado um ecossistema de segunda categoria, a questão não é discutida. Para uma compreensão espacial da questão relacionada com o projeto, destaca o significado da hidrovia, em termos econômicos; para o Estado e para o País, eis que possibilitará a criação de uma ZPE, em Cáceres, de uma Zona de Livre Comércio e de uma saída para o Pacífico. O fato de o Forum Mato Grosso preocupar-se bastante com a questão, já que dispõe de poucas informações sobre o projeto, o que considera um dos reflexos da incapacidade operacional da entidade. Preocupado com os impactos ambientais diretos do projeto, já que a hidrovia atravessa o Pantanal e fala-se em intervenções profundas na calha do rio, mas não nos tipos de carga que por ela poderão ser transportadas.

Em termos de impactos indiretos, na análise de custo/benefício está previsto, por exemplo, que a produção de madeira poderá aumentar cinco vezes após a hidrovia ser implantada, o que implica um enorme processo de devastação, com terríveis consequências para o meio ambiente, e dá bem uma idéia da pressão sobre os recursos naturais do Estado que um projeto desse tipo pode acarretar. O projeto conta com uma participação bem organizada do setor empresarial, já que sua execução está, basicamente, a cargo da Secretaria de Indústria e Comércio, que nada mais é do que um braço do segmento industrial do Estado (as mesmas pessoas que trabalham na Federação das Indústrias trabalham na Secretaria). Quanto à participação da sociedade, é praticamente nula, excetuando-se

Acervo ISA

apenas os grupos econômicos diretamente interessados, já que a sociedade não se encontra organizada para fazer uma reflexão profunda a respeito do problema, sendo o Forum de Mato Grosso, apesar de suas deficiências, a única instância a preocupar-se de forma global nesse conjunto de projetos e a propor algum tipo de ação. Propõe uma reflexão conjunta, com vistas à formulação de projetos e à alteração das políticas públicas. Enfatiza a necessidade de o Forum ser estruturado e fortalecido, para que possa aglutinar outras forças e levar esse debate à sociedade, rompendo a barreira da falta de comunicação e socializando a informação com outras entidades, ocupando todos os espaços disponíveis.

Luiz Carlos Ross

O IEA foi convidado para dar pareceres sobre os projetos do GEF e também para participar de reuniões do grupo consultivo do programa, o que facilitou a obtenção de alguns textos, embora apenas em nível internacional, já que internamente as dificuldades continuam. Sua exposição se aterá mais aos aspectos técnicos do projeto, a seu ver importantes para serem identificados pontos em que a discussão política pode avançar. A proposta do Global Environmental Facility - GEF, surgida em setembro de 1989, em reunião do comitê do Banco Mundial, sendo originária do Governo francês, apoiado pelo Governo alemão, com vistas à criação um mecanismo internacional para o meio ambiente. Deve-se, em parte, à crescente conscientização quanto à degradação ambiental e também à falta de recursos (identificada pela Comissão Brundtland) para projetos de conservação e estratégias de aumento dessa base de recursos para proteção ambiental. A partir daí o PNUD encomendou um projeto ao World Resources Institute, que acabou por sugerir a criação do International Environment Facility, mecanismo internacional para financiamento de projetos sobre meio ambiente, e que em 1990 o GEF foi aprovado, com uma fase piloto que teria a duração de três anos (1991/1993) e cujos recursos (1,2 bilhões de dólares) pretendem financiar projetos de investimento e assistência em quatro áreas específicas: biodiversidade, aquecimento global, águas internacionais e destruição da camada de ozônio. Desses recursos, existe um core fund, um fundo central - o Global Environment Trust Fund, que possui 861 milhões de dólares, que representam a contribuição de cerca de 25 países, dentre os quais o Brasil, com 5,8 milhões de dólares. Diversos financiamentos concedidos pelo GEF e sobre os acordos formais feitos sob a forma de doações ou empréstimos com juros concessionais. A administração do GEF ter um caráter inovador não só do ponto de vista técnico, mas do ponto de vista gerencial. Tecnicamente, pelo fato de lidar com problemas globais de difícil solução e envolver a comunidade científica mundial; gerencialmente, porque sua gestão é feita por três agências internacionais de financiamento e cooperação: o PNUD, Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, o Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas e o Banco Mundial. A atuação de cada uma destas agências e enfatiza especialmente o Small Grants Programa, do PNUD, cujo principal objetivo é o de demonstrar, através de resultados concretos obtidos com os diversos projetos financiados, o potencial das atividades das comunidades de base e das ONGs para apontar soluções nas áreas de interesse do GEF.

Da forma como foram implantado as primeiras fases do GEF, evidencia-se certa centralização institucional e controle pelo Banco Mundial, sendo que as alterações propostas no documento de reestruturação ampliam os poderes do Banco Mundial, levando-o a assumir um papel determinante na elaboração e implementação dos programas.

Para o sucesso do GEF, é crucial a colaboração com os Governos dos países em desenvolvimento e vários outros parceiros, tais como a comunidade científica, as comunidades de base, as ONGs, os bancos de desenvolvimento regionais, agências bilaterais e o setor privado. Ressalta, a propósito, o fato de o Governo brasileiro vir dificultando o acesso às informações sobre o GEF, por não entender que a transparência na gestão dos recursos é fundamental para o sucesso do GEF.

O debate interno em torno das instituições responsáveis pela Facilities, mecanismo financeiro de repasse, ressalta a importância de se democratizar as informações sobre a gestão do GEF dentro e fora do País.

Eduardo Martins

Acervo ISA

Esta exposição será uma complementação dos dois assuntos anteriormente abordados, a hidrovia e o GEF. Quanto a hidrovia, ressalta que uma das principais justificativas de sua implantação é o potencial de crescimento da produção agrícola por ela abrangida (Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, na perspectiva do Brasil), estando o outro tipo de abordagem relacionado fundamentalmente a interesses geopolíticos, principalmente da Bolívia e do Paraguai. A hidrovia já existe, funcionando com uma frota ultrapassada, ociosa, com vários problemas decorrentes da necessidade de translado de carga dos navios para cada parte do rio.

O projeto prevê a retificação de rios, sobretudo acima de Porto Murtinho, um esforço de dragagem muito grande, sinalização e modernização dos portos, além da integração da hidrovia com as rodovias antigas e com outras a serem criadas. O aspecto mais interessante da hidrovia o fato de sua viabilidade econômica basear-se numa taxa de crescimento da produção, principalmente de grãos, o que deve representar a destruição quase total da região. As grandes inconsistências do projeto, pelo fato de os estudos de viabilidade econômica não considerarem os outros meios de transporte que irão concorrer com a hidrovia, já que, por exemplo, a Ferroeste pretende justificar-se economicamente com base nas mesmas taxas de crescimento anuais. Quanto aos problemas que a hidrovia poderá causar, são de dois níveis: em termos de ação direta, a alteração dos cursos, decorrentes do problema da retificação; ao mesmo tempo, o aprofundamento do leito poderá gerar um problema bastante sério, do ponto de vista do equilíbrio hidrológico. O projeto tem um caráter tecnocrático, com interesses de grupos na venda de equipamento, inclusive na venda da competência que hoje sobra na Europa em termos de utilização de hidrovias.

No que diz respeito às informações sobre o assunto, entidades têm feito no sentido de coletá-las, com relativo sucesso. O projeto, formalmente, hoje se expressa através de uma comissão integrada por representantes dos cinco países já citados anteriormente, a qual já estabeleceu que algumas obras que estão sendo feitas poderão ser debitadas à conta da hidrovia, o que significa que a hidrovia já começou a ser implementada do ponto de vista de sua reestruturação. Não existe licenciamento ambiental para uma parte dessas obras, o que gera um conflito muito grande no tratamento dessa questão, eis que cada país tem uma forma de tratamento do problema ambiental, do ponto de vista normativo. No que se refere à questão dos interesses, a área de política exterior brasileira deseja negociar alguma coisa no nível de países, por ser fundamental, em termos geopolíticos, para o Paraguai e a Bolívia, havendo, ao mesmo tempo, uma pressão muito grande por parte de empresários de Mato Grosso associados a capitais paulistas, a eles somando-se os armadores que operam na região e a ganância dos que vendem equipamentos e dos construtores. No que tange à venda de equipamentos, o projeto está atraindo muito a Comunidade Econômica Européia, que já se dispôs a financiar parte dos estudos prévios necessários ao projeto de detalhamento, havendo, inclusive, certa disputa entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento e a própria Comunidade em relação ao financiamento de certos itens. Quanto à participação das entidades, têm buscado acumular informações e começar a tratar, no âmbito do Forum e das entidades de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul. A melhor forma de tratar do assunto seria através de uma análise crítica do aspecto econômico do projeto, dadas suas incoerências, em termos de manipulações e desvios, e também através de uma avaliação dos ônus ambientais que se verificarão caso a hidrovia venha a cumprir o previsto no projeto.

No que se refere ao ponto de vista do GEF, basicamente este faz parte de uma estratégia de alguns países desenvolvidos, no sentido de concentrar no Banco Mundial todos os mecanismos financeiros destinados à área ambiental - e isto é fruto de entendimento internacionais ocorridos na Rio-92 ou anteriores mesmo a ela. Existem críticas de caráter generalizado ao desempenho do GEF, pelo fato de um volume razoável de recursos ter sido gasto em atividades-meio e um volume pequeno em atividades-fim, o que demonstra que as megaburocracias envolvidas (PNUMA, PNUD e Banco) estão, na realidade, apenas preocupadas em manter suas próprias máquinas.

A forma como o Banco vem atuando é inadequada pelo fato de encontrar estruturas de governo e formas de participação da sociedade extremamente frágeis e interferir de tal forma no desenho dos projetos que acaba tornando impossível sua implementação. Exemplifica com o caso do PMACI. A experiência acumulada com o Programa Piloto mostra que as comissões têm muita dificuldade em funcionar, sobretudo pelo processo de disputa de poder existente no âmbito do próprio Governo. de

Acervo ISA

estabelecer alguma forma de intervenção mais qualitativa no processo. Muitas vezes foi conseguido um espaço, mas que acaba se perdendo, por falta de conteúdo da nossa parte e que devemos ter um crítica ao Governo com relação a estes programas todos. Se analisarmos na área ambiental, são previstos mais de US$ 500 milhões e que estão sendo colocados em projetos que são inviáveis.

Por fim, enfatiza a importância dos recursos existentes, dado o papel fundamental que poderão cumprir na questão relacionada com a preservação do meio ambiente no Brasil, embora considere necessário haver um nível de esclarecimento, de acesso às informações e de intervenção muito maior do que a a expressão política ou as expressões sociais já conseguiram ter.

Interpelações

Sergio Guimarães. Mais alguns elementos à questão da hidrovia. Em primeiro lugar, o fato de constituir uma concepção não muito recente, já que remonta aos governos militares. A região abrangida pela hidrovia é a maior área contínua de terras agricultáveis do Planeta, daí a proposta de ligá-las por hidrovias até a Bacia Amazônica. Segundo, no que diz respeito à barragem de Itaipu, assinala que uma das disputas fundamentais entre Brasil e Argentina estava ligada à idéia de aumentar a altura da barragem e que com 150 e poucos metros de altura é impossível a construção de eclusas, o que torna Itaipu um porto alfandegário, ao invés de Buenos Aires, como era o objetivo da Argentina. Este o motivo principal da saída da Argentina das obras de Itaipu.

Outra questão que considera importante para discussão pelo Seminário: presença das agroindústrias no oeste e sudoeste do Paraná e oeste de Santa Catarina. A importância estratégica da construção da Ferroeste e da hidrovia, já que (especialmente considerando-se a evolução da Sadia nos últimos anos), com Mato Grosso e Mato Grosso do Sul tornando-se grandes produtores de grãos, principalmente de soja, tais indústrias teriam todas as facilidades para suas exportações. Este é o cerne dos interesses do capital na região, que tornam claros os objetivos da hidrovia.

Analzita Muller. A questão da hidrovia apresenta uma engrenagem muito maior do que é possível avaliar. Assinala a maior sensibilidade do Estado de Mato Grosso em relação ao problema, pelo fato de a hidrovia já existir há muito tempo, atravessar o Pantanal, ecossistema extremamente sensível e de enorme importância para o Planeta. Indaga em que nível se encontra a negociação no Banco Interamericano, até agora o mais definido para financiar o projeto.

Antonio Carlos de Oliveira. Além da questão referente à estrada de ferro que compete com a hidrovia, há também a da Tietê-Paraná, em que se tenta explorar o mesmo filão, envolvendo interesses de construtoras, fabricantes de equipamentos etc. No caso, devemos refletir sobre os interesses internos e externos que se aliam para a venda de equipamentos, obras etc., embora não se deva restringir a atuação à análise desses megaprojetos. Reporta-se aos comentários feitos há pouco, quanto à possibilidade de a a hidrovia vir a transformar-se na maior área de produção agrícola de todo o mundo, e manifesta preocupação quanto ao melhor modelo de desenvolvimento. Além disso, devemos discutir os detalhes do financiamento ou os interesses localizados, seja definido um modelo, o que permitirá fazer as críticas e as indagações corretas.

Eduardo Martins. Refere-se à questão da competição entre possibilidades de escoamento, a qual acredita precisa ser amadurecida. Menciona as críticas que no Estado do Paraná têm sido feitas à hidrovia, já que visam beneficiar Paranaguá, não obstante o projeto da Ferroeste ser muito mais avançado. Fundamental seja questionar o modelo e informa que, neste sentido, sua entidade,em certa oportunidade, coletou informações e organizou um grupo de pessoas para discutir o assunto e para tentar entender o que estava acontecendo. Quanto à posição do BID, considera-a estranha e contraditória, no que se refere ao projeto da hidrovia. Dado o envolvimento do PNUD no processo de financiamento, manifesta dúvidas sobre como e quem pressionar.

Capobianco. Quanto à questão do GEF e do financiamento para biodiversidade, manifesta dúvidas sobre até que ponto se consegue identificar, no Banco Mundial, a contribuição para inviabilidade do projeto e até que ponto os projetos são prejudicados no âmbito do Governo brasileiro. Propõe uma

Acervo ISA

reflexão, pelo Seminário, sobre como conseguir modificar a forma de relacionamento com o Banco Mundial e outros organismos internacionais.

Born. Considera a posição do GEF muito importante e acredita necessário colocar na balança também este novo ator, o GEF, do qual faz parte o Banco Mundial e que se constitui em um novo canal que reforça o sistema atual.

Ross. Apesar de o GEF ser um programa tripartite, ou seja, com três instituições internacionais de cooperação e planejamento, o Banco Mundial domina claramente o instrumento, o que demonstra a capacidade dos países ricos de centralizar o controle no Banco Mundial.

Dia 2, Mesa 13

Tema: "As Politicas Internacionais e os Bancos Multilaterais".

Participantes: Michael Bailey e Trisha Feeney (OXFAM), Stephan Schwartzman (EDF) e Helmut Hageman (ARA).

Michael Bailey

A atuação dos organismos internacionais e o papel do Congresso norte-americano no contexto do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento, e a excelente atuação das ONGs dos Estados Unidos, em termos de pressão sobre os dois Bancos, bem como a importância dos demais atores, Japão e Comunidade Econômica Européia, ou, no caso específico do Japão, as dificuldades de influenciar em sua política, em virtude da inexistência de ONGs japonesas ou entidades semelhantes com interesse de fazer campanhas e mobilizar a opinião pública.

No caso do Banco Mundial, somadas as contribuições e poder de votação da Alemanha, França e Reino Unido (Inglaterra), o resultado é a mesma influência formal dos Estados Unidos, convertendo-os em atores não hegemônicos, mas bastante significativos, aspecto que, portanto, deve ser levado em conta por qualquer trabalho de lobby.

A importância do BID, no que se refere a seus investimentos no Brasil, semelhantes ao volume do Banco Mundial, sendo que poderão ser ampliados na medida em que o Banco canalize os recursos "verdes", embora haja pressões no sentido de o Banco reduzir seus investimentos no Brasil, em favor de uma distribuição mais equitativa em toda a América Latina e Caribe. Ressalta os principais investimentos desse Banco no País, especialmente em áreas de saneamento com que o BID demonstra enorme preocupação.

Lança um desafio tanto para as ONGs quanto para as organizações populares, no sentido de refletirem sobre a forma de participarem no desenho, elaboração e implementação desses projetos futuramente. O BID trabalha ainda para atuar na área de turismo, especialmente no Nordeste do Brasil, por ser um setor chave para a vida nordestina e por ter também implicações na questão do meio ambiente e que este banco será muito mais presente na área urbana do que na área rural, nos anos 90.

Quanto ao Banco Mundial este mudou sua pauta em relação ao Brasil, possivelmente investindo em projetos especificamente dirigidos à redução dos índices de pobreza, aí incluídos projetos para as áreas de educação, saúde e infra-estrutura urbana. E que, na medida em que o Brasil entre em acordo com o Fundo Monetário Internacional quanto a programas de estabilização, é possível que o Banco Mundial venha a investir em programas de ajuste estrutural, além de interessar-se por programas de compensação social, com recursos para ajudar as populações mais carentes, especialmente nas áreas urbanas, pelo fato de estas serem por ele consideradas politicamente muito mais importantes que o interior.

Acervo ISA

Tais programas são muito mais difíceis de serem avaliados do que os outros implantados no País e, por conseguinte, representam um desafio para as ONGs e para os movimentos sociais acompanhá-los e negociá-los. Tendo em vista o Banco estar começando agora a elaborar um documento de política para o Brasil, que contém um perfil da situação de pobreza do País que servirá de referência para qualquer projeto, as ONGs procurem saber se aí há espaço para as ONGs e demais entidades participarem desse processo. Sugere que as entidades não se esqueçam da importância da CEE como um dos atores aqui, no Brasil, onde atua através de uma agência intergovernamental, particularmente no que diz respeito ao Programa Piloto e, no passado recente, no Projeto Carajás, estando agora a abrir financiamentos que estão abertos às ONGs do Hemisfério Sul, que podem solicitar fundos diretamente à CEE, bem mais que aos bancos multilaterais. Assinala, ainda, ser a CEE politicamente muito importante na questão das relações comerciais Brasil-Europa.

Finalmente, lança uma provocação às ONGs: além de tentarem resolver os problemas relacionados com a atuação dos bancos multilaterais no Brasil, deveriam prestar atenção à atuação dos bancos nacionais, como o BNDES, o FINOR e uma série de outras entidades cuja capacidade em desperdiçar ou gastar mal os fundos que lhe competem administrar, sem transparência e sem qualquer prestação de contas à população, é muito maior que a do Banco Mundial. Sugere a realização de um seminário sobre tais bancos na próxima oportunidade.

Helmut Hageman

Discorre sobre o significado do ARA, que é um grupo de trabalho para assuntos de florestas tropicais e de preservação de espécies, envolvendo uma rede informal de pequenas ONGs também ligadas à questão das florestas tropicais, especificamente da Amazônia.

Aborda , a seguir, os interesses alemães no contexto do tema de responsabilidade da Mesa 13.

Assinala que, na condição de terceira economia mundial, a Alemanha tem grande interesse nas relações econômicas com o Brasil, havendo um comércio muito intenso entre os dois países, além do endividamento do Brasil com bancos alemães, o que forma o background do relacionamento econômico Brasil-Alemanha.

Acrescenta um outro aspecto igualmente importante, o da segurança ecológica, com a busca de soluções globais para problemas que não podem ser equacionados de forma bilateral ou unilateral.
Discorre, em seguida, sobre os mecanismos utilizados pelo Governo alemão para alcançar seus objetivos, destacamos a atuação do Ministério da Cooperação Econômica, que se encarrega dos assuntos ligados aos bancos e outros organismos multilaterais, apesar dos poucos recursos de que dispõe.

Destaca o fato de a cooperação financeira da Alemanha em relação ao Brasil ser prejudicada pela existência de legislação brasileira que proíbe a participação de empresas alemãs na execução de projetos, embora tenha sido retomada a partir da preocupação ecológica, de proteção ao meio ambiente.

Ressalta o exemplo do Projeto Grande Carajás como outro grande mecanismo de colaboração econômica alemã, num volume de 100 milhões de marcos,

Enfatiza o caráter inovador da atuação da Alemanha junto ao Banco Mundial, recentemente - exemplifica com o caso do GEF e do Programa Piloto - e concorda com as críticas dirigidas ao Governo alemão, por sua co-responsabilidade nos fracassos do Polonoroeste e do Projeto Carajás. Informa que, no caso, o Governo alemão reagiu e mostrou maior sensibilidade, mostrando-se contrário a projetos do Banco Mundial que eventualmente viessem a causar danos às populações envolvidas - esclarece que isto se deveu a campanhas de mobilização da sociedade civil.

Assinala, ainda, que, na busca por novos instrumentos de colaboração financeira, a Alemanha foi também inovadora ao apoiar a criação do GEF, juntamente com a França, e também na implantação do Programa Piloto, iniciativa do Chanceler da Alemanha.

Acervo ISA

Em conclusão, refere-se à importância das reformas estruturais no Banco Mundial, a partir da mudança de diretrizes e alterações, por exemplo, na política relacionada com a proteção das florestas tropicais. A propósito, refere a atuação de grupos que, juntamente com o maior partido de oposição da Alemanha, o Social-Democrata, elaboraram um documento com uma série de críticas, para obrigar a Diretoria Executiva a obedecer a determinados critérios na preparação dos projetos.

Steve Schwartzman

Retoma, de início, a apreciação sobre os mecanismos de pressão da forma como são utilizados nos Estados Unidos. Detalha a estrutura administrativa do Banco Mundial, ressaltando o fato de seu Diretor Executivo ser indicado pelo Departamento do Tesouro, cabendo ao Congresso legislar sobre as ações do Banco e, portanto, determinar a política por ele adotadas. Desta forma, o acesso dos vários movimentos populares, nos Estados Unidos, se faz através do Congresso e respectivas comissões técnicas que controlam a utilização das verbas alocadas ao Banco. Destaca a importância do movimento ambientalista naquele país, o qual é bastante organizado e amplo, já que as entidades ambientalistas congregam mais de 6 milhões de associados. Esclarece que esse mecanismo de pressão pode igualmente ser utilizado pelas entidades brasileiras. Quanto à política norte-americana, isto é, do Tesouro, para o Brasil, informa ser de descrença total, em face da falta de credibilidade do Governo brasileiro, e que, por enquanto, com relação ao atual Governo, a política dos Estados Unidos para o Brasil, nos bancos multilaterais, será de isolamento. Assinala que, de modo global, é interessante levar em conta o fato de haver um novo Governo nos Estados Unidos, com um vice-presidente ecologista, Albert Gore, que poderá ser de grande ajuda para o movimento.

Quanto à atuação do Banco especificamente, considera importante uma reforma de caráter estrutural, na filosofia do Banco e em sua postura relativamente ao acesso às informações pelas populações atingidas e pela opinião pública, de modo geral, dos países tomadores de empréstimos. Declara ser este um tema consensual entre os movimentos, também claramente suscitado ao longo deste Seminário.

Sugere, por fim, a participação de representantes das ONGs locais nesses momentos importantes da agenda internacional.

Trisha Feeney

Aborda a política de seu país, a Inglaterra, frente ao Banco Mundial. Recorda o fato de o Governo inglês seguir uma tradição de não transparência, particularmente no que se refere à política internacional. Daí ser normal para ele que o Banco Mundial atue da forma sigilosa como vem atuando, o que dificulta a ação das entidades junto àquele Governo, que reivindicam espaços e a análise de documentos relacionados com projetos e decisões.

Destaca que a política do Governo inglês tem sido a de aceitar o que o Banco propõe. Acredita, porém, que tal situação tende a mudar pouco a pouco, sobretudo a partir de campanha que a OXFAM e outras entidades vêm fazendo relativamente a uma barragem em construção na Índia (Narmada), a fim de suspender este projeto.

Discorre sobre a atuação do grupo a que pertence, no contexto da OXFAM, o Aid and Environment Group, integrado por ambientalistas, como a WWF, os Amigos da Terra e outras entidades que atuam mais no setor social. Assinala que dada a representatividade desses grupos, o Governo tem pelo menos ouvido suas reivindicações.

Menciona que outro problema encontrado por essas entidades era o pouco interesse que o Parlamento inglês dispensava a essas questões, dado o alto grau de desinformação dos Parlamentares, e a omissão do representante no Banco da Inglaterra, o qual aprovava qualquer projeto que lhe chegasse às mãos.

Critica a posição do Banco em relação a projetos que contenham aspectos negativos, em termos ambientais, e manifesta concordância quanto à necessidade de uma reformulação na postura do Banco, com seus funcionários dedicando mais tempo à fiscalização e ao monitoramento dos projetos.

Acervo ISA

Acredita,porém, na capacidade do Banco em reagir às críticas e transformar-se numa entidade melhor, que realmente vise à proteção do meio ambiente e à redução dos níveis de pobreza.

Discorre, a seguir, sobre as atividades e a estrutura da OXFAM. Destaca os principais setores em que a entidade vem atuando: estudos sobre o comércio internacional, em termos de seu impacto sobre o mundo em desenvolvimento; projetos de ajuste e programas de ajuda à pobreza; formação de um grupo de trabalho, na Inglaterra, para, com outras agências, trabalhar mais de perto a questão dos ajustes; lobby e monitoramento das políticas gerais do Banco Mundial, do BID e da Comunidade Econômica Européia.

Sugere ao Seminário que, no que diz respeito à questão da participação das entidades, seja feita uma versão. em português, do boletim da OXFAM, publicado periodicamente e que apresenta temas importantes sobre a política da CEE em vários setores.

Propõe, ainda, que prossigam as viagens de representantes das entidades, a exemplo do que fizeram os integrantes do Pólo Sindical, e que sejam realizadas oficinas de trabalho sobre a atividade de lobby, convidando as entidades mais populares, para desmistificar um pouco a imagem dos bancos multilaterais e outros organismos internacionais, como a Comunidade Européia, informando a influência destas organizações sobre a vida do cidadão comum.

Assinala o desejo da OXFAM de colaborar na preparação de um tipo de informativo para orientar sobre como obter dessas instituições financeiras fundos ou financiamentos não só com relação a problemas de meio ambiente, mas a outros em que se envolvam pequenos produtores, microempresas etc.

Interpelações

Arruda. Apresenta alguns enfoques sobre o Banco Mundial e, secundariamente,sobre o Fundo Monetário Internacional, como agências de financiamento com poder global, além dos bancos regionais.

Discorre sobre o grupo de trabalho do qual faz parte em Genebra, para oferecer aos participantes do Seminário um instrumento a mais de trabalho na luta que empreendem contra a opressão das populações brasileiras.

Reafirma a oferta de cooperação do grupo com as ONGs brasileiras.

Dia 2, Mesa 12 (Posterior à 13)

Tema: "As Políticas Nacionais e os Projetos Multilaterais").

Participantes: Sérgio Sauer (CPT), Rubens Born (Vitae Civilis), Carlos Alberto Ricardo (CEDI)

Sergio Sauer

Assinala a gravidade do momento político brasileiro, no que se refere à questão agrária, particularmente em função do incidente ocorrido na semana passada no Paraná, com a morte de três PM's num confronto com integrantes do Movimento dos Sem-Terra - todos os envolvidos estão presos e o líder dos sem-terra já foi assassinado pela polícia.

Informa que, dentro desse contexto, a UDR voltou a manifestar-se com certa veemência, através de declarações de seu novo presidente e com a promessa de reabertura de seus 300 escritórios nacionais, especialmente tendo em vista a proximidade da revisão constitucional.

Esclarece, ainda, que estudos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Agrícola - FIDA, órgão da ONU, com sede em Roma, referente à questão agrícola,constataram que o Brasil, Sri Lanka, Mali, Zâmbia e o Quênia são os países em que mais cresceram os níveis de pobreza rural nos últimos vinte anos,

Acervo ISA

ocupando o Brasil o terceiro lugar dentre as nações mais pobres, em termos rurais, de toda a América Latina, só perdendo para a Bolívia e Peru, chegando a 73% o índice da população rural que vive abaixo dos níveis de pobreza.

Menciona a conclusão do FIDA, de a principal causa da pobreza brasileira situa-se no fracasso dos programas internacionais de ajuda, aspecto importante quando se discutem as políticas públicas brasileiras.

Em relação à política agrária, considera importante relembrar que da década de 60 até hoje mais de 30 milhões de pessoas deixaram o campo no Brasil e que a estrutura fundiária apresenta um dos maiores índices de concentração de todo o mundo, eis que quase 68% das propriedades são minifúndios, mas detendo apenas 9,5% das terras agricultáveis do País, enquanto, em compensação, 29% dos latifúndios detêm 85% das terras - os vinte maiores latifundiários brasileiros detêm quase 18 milhões de hectares de terras.

Esclarece que essa política fundiária teve início nos anos 60, em torno da chamada "revolução verde", que mais contribuiu para a concentração de terras no País e também na América Latina.

Menciona, a propósito, dados da CEPAL sobre a situação social do campo, segundo os quais 1,3 milhão de trabalhadores rurais sobrevivem sem qualquer remuneração e que 5,2 milhões recebem até um salário mínimo, sendo que para 50% da população pobre economicamente ativa no campo o nível de participação de renda agrícola caiu, de 22,2%, nos anos 70, para 17,6%, nos anos 80, enquanto os dez mais ricos subiram de 36% para 47%.

Destaca o aspecto da concentração de renda no País e entende impossível falar-se em democracia, em preservação ambiental e em participação da sociedade civil sem uma profunda reforma agrária e sem respeito aos direitos humanos.

Refere-se a estudos da CPT sobre o trabalho escravo no Brasil, envolvendo mais de seis mil pessoas na área rural, incluindo mulheres e crianças, e sobre o assassinato de lavradores e líderes sindicais, o que demonstra que continua a deterioração das relações no campo brasileiro.

Menciona, igualmente, dados obtidos pela CPI da Violência, instaurada pelo Congresso Nacional em 1992, a qual concluiu pela existência de cinco grandes causas para a violência no campo: estrutura fundiária; poder político dos grandes proprietários de terra; omissão do Ministério Público; ineficácia do Poder Judiciário e, finalmente, omissão do Congresso Nacional.

Assinala a regulamentação, em 1992, da Lei Agrária, que resultou em fracasso e frustração para os trabalhadores, eis que, embora a maioria dos vetos do Presidente Itamar Franco tenha amenizado um pouco essa frustração,foi vetado também o único artigo em que a lei era explícita nos casos de confisco de terra e que abria uma porta para a solução do trabalho escravo no campo.

Refere também o fato de grande parte do Orçamento Federal estar comprometida com empreiteiras para obras de reassentamento.

Com relação à política agrícola, informa que o último pacote baixado pelo Governo Collor só continha dois pontos fundamentais, competitividade internacional e modernização tecnológica, ou seja,produção de monocultura para exportação, com opção pela soja, que resultou na redução, em termos reais, de todos os preços mínimos dos produtos da cesta básica, com a consequente redução da safra agrícola e importação de alimentos pelo País.

Manifesta preocupação pelo fato de esses problemas da terra não terem ainda sido equacionados no País e estranha que os bancos multilaterais tenham influência nessas políticas brasileiras.

Acervo ISA

Refere-se, ainda, aos graves problemas gerados, na área rural, pelos grandes projetos de irrigação, especialmente no Vale do São Francisco, com o desalojamento das respectivas populações rurais, os quais contaram com a participação de várias empresas multinacionais.

Assinala a importância,na questão fundiária,da política governamental de subsídios, inclusive para a ocupação da Amazônia, tornando necessário para o Governo o dinheiro dos bancos.

Destaca também a questão dos agrotóxicos, produzidos por empresas multinacionais, bem como o elevado índice de óbitos e acidentes no campo, decorrentes de sua má utilização.

Refere-se à questão do zoneamento previsto em projetos como o Prodeagro, o Prodecer e outros, que, com grandes investimentos de capital japonês, visam basicamente à produção de grãos, em médias propriedades,em particular de soja, para exportação para o Japão. Destaca, no caso, a grande importância do cerrado brasileiro, por sua localização geográfica (Planalto brasileiro), eis que nele se origina a grande maioria dos rios brasileiros, e o fato de nele se concentrar a maior parte dos investimentos agrícolas para produção de monocultura com finalidade de exportação, através do uso intensivo de agrotóxicos.

Conclui afirmando que os interesses dos bancos internacionais não visam beneficiar o Terceiro Mundo, mas, sim, seus investidores, localizados no Primeiro Mundo.

Carlos Alberto Ricardo

Faz uma crítica da atuação das organizações não governamentais e demais entidades da sociedade civil organizada, e a questão nacional, que simbolicamente ficou no lugar que ela merece, ou seja pode-se observar que, nas questões nele discutidas, o chamado plano nacional tem, para os expositores, uma conotação, em geral, bastante negativa, já que o "nacional" aparece sempre como um empecilho, algo que não funciona, um "buraco negro", raríssimas vezes mencionado como possuindo um valor estratégico na relação entre o local e o internacional, esta sim muito mencionada aqui. No atacado, a "ponte aérea" Xapuri-Washington, funcionou antes do Rio de Janeiro, assim como outras "pontes aéreas", Altamira-Washington-Otawa-Berlin, que funcionaram antes da relação Altamira-São Paulo-Brasília, no caso do famoso encontro de 1989, e em via de regra os casos relatados aqui passam pelo local e o internacional, onde o nacional é visto como impecilho. Neste sentido, este encontro poderia resumir-se a um conjunto de recomendações a serem aproveitadas não se sabe como, ou um conjunto de solicitações de informações do plano local para o plano internacional e recomendações genéricas que seriam aproveitadas segundo formas e arranjos de organização, que talvez não fosse o caso de serem discutidas no âmbito desta reunião.

A campanha dos bancos multilaterais é articulada, historicamente, por grandes organizações ambientalistas norte-americanas, com conexões abaixo do Equador, as quais, de modo geral, a partir de uma dinâmica própria nos Estados Unidos, de uma individualização de situações a partir dos quais se aproximaram de determinadas conexões, e parece que pelo que foi discutido aqui, resultou em coletivos de enfrentamento dos efeitos de políticas não discutidas previamente e que em alguns casos deram certo (e o certo quer dizer empate, mudança quase nunca) e em outros, não.

Constata a existência, neste Seminário, de um certo patamar comum de insatisfação ou de avaliações que chegam a um certo limite e que deveríamos fazer uma discussão sobre os caminhos para superar estas limitações. Nesse contexto, o plano nacional fica bastante prejudicado, que poderia ser analisado de vários lados. Acho que este "mundinho" das ONGs brasileiras, uma fração pequena da sociedade civil brasileira, diante das chamadas "King ONGs", que é na realidade uma expressão jocosa para se referir sobre uma meia dúzia de ONGs com orçamento acima de US$ 1 milhão por ano. Estas ONGS, num país deste tamanho e com o tamanho dos problemas que estas enfrentam e comparada com o tamanho das cooperação internacional, ou o termo significa falta de pretensão ou é uma piada. Qualquer empresa multinacional gasta isso para treinar o gerente de duas divisões de produto de segunda categoria por ano. Falando de nós, este exercito de brancaleone brasileiro, acho que poderia fazer uma reflexão sobre qual é o patamar que trabalhamos. A sensação que tenho é que somos uma

Acervo ISA

fração pequena da chamada sociedade civil que encontra-se prensada entre o mar da economia informal no Brasil, o mar de políticas públicas que são privatizadas por interesses de fora do Estado e o mar do sistema produtivo transnacionalizado e o mar da sociedade civil com viés claramente conservador e autoritário. Mesmo que se some os esforços das grandes centrais sindicais com um pequeno grupo ambientalista com uma caixa postal, fazemos parte de um conjunto bastante reduzido, e que é um grupo bastante diferenciado em sí mesmo, em um país que não tem uma imagem de sí mesmo e não tem projeto nacional. Sendo que alguns dos impasses que enfrentamos tem a ver com questões mais gerais de um país que saiu da ditadura e elegeu Collor. Neste contexto, quando ainda na organização deste seminário, perguntei se seria suficiente apenas uma avaliação da campanha dos bancos, ou se deveríamos fazer uma avaliação do que temos para a frente. Neste sentido, haviam alguns critérios básicos no panorama a ser discutido, entre eles a política americana com um novo presidente nos EUA. Entretanto, no Brasil não sabia se poderia dizer a mesma coisa. Portanto no plano nacional, pela história da sociedade civil brasileira nos últimos 25 anos, com o peso relativo das centrais sindical e das ONGs e de uma sociedade civil que se estruturou e reestruturou, pela situação nacional presente, uma discussão das relações tão complicada como a dos Bancos Multilaterais não me parecia muito propícia.

Neste sentido, me parece evidente que nas colocações aqui apresentadas, e limitando-se a isso, sem entramos em profundidade dos aspectos relacionados com a política nacional, vários pontos levantados neste Seminário demonstram que as estratégias de enfrentamento em curso não são suficientes, dado o tamanho dos problema que enfrentamos. No caso da Amazônia, por exemplo, a região é a tal ponto desconhecida e desconectada que a voz de sua diversidade é quase imperceptível, diferentemente do que ocorre com o Nordeste e com o Sul. Daí, a seu ver, as diferenças substantivas, em termos de condições de enfrentamento, entre os vários contextos regionais. Estas diferenças devem ser trabalhadas, no que se refere às estratégias a serem utilizadas.

À vista dos impasses apontados no Seminário, sugere também uma reflexão sobre como poderiam ser eles superados de um modo quase ideal, articulando novas formas de enfrentamento dos bancos multilaterais, que articulassem melhor o plano local, nacional e internacional, com condições de enfrentamento se não equipotentes, pelo menos equivalentes.

Os debates aqui apresentados demonstram ainda vários pontos de estrangulamento que vai desde questões conceituais básicas, problemas de informação, de organização, de quadros de pessoal, de dimensões, de ritmo, de planejamento, decisão, de qualidade de intervenção, relativas à fiscalização e execução e avaliação. Poderíamos fazer outro seminário que discutisse, por exemplo, com construir estratégias de enfrentamento coletivas para a fase de projetos em identificação, esta fase que vai do ponto zero e o ponto em que as agências multilaterais passam a elaborar um projeto ou anteprojeto.

A nível nacional, parece estar claro que no momento não se pode falar de projeto nacional, mas de expectativas futuras, a partir novas eleições em 1995 etc. Mas nós, neste nível de política, passamos por dificuldades nas últimas eleições. Se o Lula ganhasse, qual o acumulo que a sociedade tem a nível de propostas, competência técnica, de quadros para se mudar substancialmente o jogo e não continuar neste patamar político de trabalhar atrás de biombos, em que se dá a relação entre o Brasil e o mundo?

Voltando ao Seminário, deveríamos trabalhar nas relações como os financiamentos internacionais do espaço que vai do ponto zero à fase de identificação dos projetos dos Bancos, contemplando o nível local ao nível internacional em uma outra reunião mais operativa que identifique melhor os projetos. Numa segunda fase, trabalharíamos com os projetos já aprovados ou em fase de execução e por fim, numa última fase, os projetos já concluídos. Todas estas fases já foram identificadas aqui neste seminário.

Entretanto, isto só vai ocorrer se tivermos alguns horizontes comuns e a disposição de trabalharmos para a construção de um modelo de enfrentamento que consideremos melhor que o que temos agora, do ponto de vista das ONGs, entendendo que são instituições que jamais tiveram ilusão de se transformar em alternativa de poder, isto é que podem até participar de projetos demonstrativos, mas que não substituem o Estado, mas que se multiplica através do Parlamento, do Estado, etc. Dentro

Acervo ISA

deste contexto, acredito que poderíamos produzir coletivos para saírmos da minoridade política que vivemos agora que e fruto da conjuntura de resistência.

A partir desta análise, vou fazer uma avaliação da atuação das entidades nacionais da qual o CEDI faz parte. Estas instituições estão com o formato institucional ultrapassado, tudo que falamos aqui, isto é, de como transformar a lógica de resistência da lógica de proposta, estamos ouvindo isto a muito tempo.

Como criar coisas novas, com condições de enfrentamento dos problemas presentes, ou seja, a questão de democracia no Brasil não é mais uma questão de legitimidade, pois fomos as ruas, votamos, etc, mas é uma questão de eficácia, as coisas tem que funcionar e temos que saber qual a nossa parte. Sem nenhum medo de virar juiz do caos, mas de propor uma articulação multiplicadora com interface de políticas públicas, com opinião pública, etc. Neste modelo, podemos pensar em coletivos mais eficazes para a questão da ajuda multilateral. Estamos agora num patamar de minoridade política, do ponto de vista de modelo de enfrentamento, sem desmerecer o que fizemos de bom pontualmente, mas precisamos superar isto. Neste sentido, este Seminário foi muito pouco "paranóico", pois as pessoas vieram aqui e falaram e não houve disputa, mesmo onde a luta mais avançou e conseguiu alguns resultados, os próprios representantes dessa luta acusam a existência de impasses, que prejudicam qualquer tentativa de influência, de correção de rumos, de propostas etc..

Sinto que estamos no final de uma época no Brasil, que estão relacionadas com outras coisas que estão acontecendo no mundo. Uma nova fase, deve surgir a partir do ponto que vai além dos coletivos já criados e perguntar qual o espaço de relação interinstitucional que possa propor novos modelos de desenvolvimento que permitam que saiamos da lógica da resistência e entremos na lógica propositiva com chance de enfrentamento concreto, com a possibilidade de planos alternativos concretos, que planeja, intervêm, avalia e repensa. Pergunta, quem está a fim de trabalhar para isto e com que grau de empenho? Se, por exemplo, na Amazônia não existe respaldo local para propostas e se não existe lá sociedade virtualmente democrática, ela deve ser criada e, para ser criada deve haver disposição para tal das entidades que estão fora para ajudar entidades que estão lá trabalhando. Se não houver este tipo de disposição, corremos o risco de ganharmos pontualmente e não criarmos um novo patamar.

Como sugestão podemos criar um grupo que trabalhe com os resultados deste Seminário para elaborar sugestões etc.. Outro aspecto é o trabalho com os bancos multilaterais, que pelos recursos que dispõem, pelas complexidades das relações etc.. Acho que a globalização dos interesses e dos conflitos a muito tempo já vale para vários setores, só não vale para nós e para a sociedade civil em relação horizontal entre vários países. Acha que o arranjo local-internacional é politicamente frágil e ineficaz, que serve temporariamente, em uma fase de organização primitiva das organizações locais e certamente serve atender o jogo das organizações internacionais, mas é frágil como estratégia de enfrentamento. Como exemplo disso, cita a provocação do Michael que é muito correta, e propõe que seja organizado um seminário, por conta das ONGs brasileiras, para analisar o Orçamento da União.

Rubens Born

Solidarizando-se com os conceitos há pouco expendidos pelo expositor que o antecedeu, destaca a necessidade de uma reflexão para que se possa entender o contexto internacional e o contexto nacional e tentar compreender as políticas nacionais.

Critica o que, em sua opinião, tem sido a atuação um pouco primária das ONGs neste Seminário, por se preocuparem basicamente com empreendimentos e não com o aspecto global das políticas, já que é difícil afirmar se em alguns setores da vida pública brasileira há políticas explicitamente formadas e formalizadas.

Assinala que os empreendimentos dependem da hegemonia e da correlação das forças políticas e econômicas envolvidas e que a característica do mundo contemporâneo é a cooperação, palavra que, na verdade, significa dependência e complementaridade. Destaca que, no entanto, essa dependência e essa complementaridade ocorrem assimetricamente em relação ao poder que cada país detêm, sendo

Acervo ISA

quatro, portanto, as principais características do mundo das ONGs:dependência, complementaridade, assimetria de poder e interesses contraditórios.

Quanto à questão das negociações multilaterais e ao problema do meio ambiente e desenvolvimento, concorda com o que foi levantado por outros expositores, no sentido de que é preciso definir o problema que se deseja resolver, a partir de alguns conceitos.

Como provocação para reflexão, sugere sejam debatidas outras questões e não apenas as relacionadas com o meio ambiente, os índios, as florestas etc. A seu ver, seria importante, por exemplo, pensar na questão ambiental urbana, das grandes cidades, e não apenas sobre o que acontece na Amazônia, por ser insustentável o padrão de cidade atualmente existente, com todos os conflitos dele decorrentes.

Concorda igualmente com o expositor anterior, no que diz respeito à necessidade de começar a fazer com que os parceiros internacionais se voltem para a problemática urbana, levando em conta o público alvo. Enfatiza a importância de alianças das ONGs com tais parceiros.

Para concluir, refere o fato de algumas políticas nacionais não se mostrarem claras, definidas. Enfatiza, a propósito, a necessidade de se pensar exatamente nesse cenário internacional de negociações multilaterais e tentar saber qual o papel das ONGs e quais instrumentos seriam eficazes nesse contexto, ou seja, como dar visibilidade a outras ONGs brasileiras que nem pelos aqui presentes têm sido consideradas.

Interpelações

João Dal Poz. Considera pertinente a provocação lançada pelo expositor Carlos Alberto Ricardo, relativamente à formação de um grupo de trabalho para análise do Orçamento da União. Sugere que o expositor ofereça maiores detalhes sobre o assunto.

Analzita Muller. Sugere maior reflexão dos participantes do Seminário a respeito do "esverdeamento" dos projetos financiados pelos bancos multilaterais, com vistas a uma preocupação maior com a qualidade de vida das áreas envolvidas (exemplifica com o projeto de desassoreamento do rio Cuiabá, Mato Grosso), e sobre as formas de condução do processo no Brasil.

Luiz Dalla Costa. Solicita esclarecimentos sobre a questão do financiamento para as ONGs, referida pela representante da OXFAM. Quanto à importância da pressão sobre os países europeus que detêm poder junto ao Banco Mundial, assinala que desconhece grupos, na Europa, afora a OXFAM, que tenham conseguido exercer esse tipo de pressão sobre os respectivos governos. Indaga, pois, quais seriam esses outros grupos e qual a possibilidade de intercâmbio neste sentido. Sugere ampliar a discussão sobre a aplicação dos financiamentos e a questão da democratização da informação.

Thomas Fatheuer. Aduz comentários sobre os programas de estabilização e reajustes estruturais dos bancos multilaterais, bem como sobre a divisão de trabalho estabelecida entre o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional no que tange à prioridade das chamadas políticas compensatórias, tanto no nível do combate à pobreza quanto no de proteção ao meio ambiente. Chama a atenção para o risco de as entidades brasileiras só se preocuparem com tais políticas e menosprezarem outros aspectos igualmente importantes. Refere-se ao que considera inadequação dos vários projetos internacionais de financiamento, em face dos diversos problemas econômicos regionais de caráter específico, e à importância de uma mudança de postura por parte dos bancos multilaterais.

Michael Bailey. Destaca a necessidade de uma efetiva pressão sobre as autoridades brasileiras e de mudança no comportamento das entidades nacionais. Esclarece que os grandes projetos aqui referidos hoje não são do Governo brasileiro, mas financiados pelos bancos multilaterais. Ressalta também a importância de ser feito um trabalho de lobby, na área internacional, pelas entidades brasileiras. Informa sobre a intenção de seu grupo de publicar um guia a respeito do assunto, bem como sobre as várias fontes de financiamento (CEE, BID, Clube etc.), destacando os riscos e as oportunidades por elas

Acervo ISA

oferecidas. Transmite a intenção de sua entidade de prosseguir em seu trabalho de lobby a favor dos grandes projetos do Brasil e de colaboração com o esforço das organizações brasileiras.
Sugere a realização de workshops a respeito do assunto, em continuação a este Seminário, também para discussão de formas de obtenção de fundos das organizações multilaterais. Assinala a intenção do Banco Mundial em utilizar as ONGs como executoras de programas sociais, bem como no desenvolvimento de projetos econômicos, de ajuda a microempresas etc. Exemplifica com o caso do projeto de compensação da Bolívia, em que boa parte dos recursos foi canalizada através de

ONGs. Esclarece, ainda, que há um debate político sobre se isto é ou não conveniente, havendo, no momento, uma avaliação dessa experiência.

Debates Finais

Tony Gross. Resume os principais pontos levantados ao longo do Seminário e que servirão de tema para a fase de debates finais:

- Necessidade de informação básica a respeito dos projetos e etapas de financiamento: como detectar a formulação de projetos, como acompanhar o equilíbrio de forças, como detectar mudanças de prioridades etc.

- Natureza dos bancos multilaterais, sua influência sobre os governos e em que medida esta se reflete no trabalho de acompanhamento por parte das ONGs; papel e atuação das autoridades da área econômica dos países tomadores de empréstimo.

- Identificação dos projetos (como ocorre sua implementação na ausência de um grande projeto nacional); atuação das ONGs em nível internacional.

- Atuação das ONGs em nível nacional (preocupação com o fato de os bancos multilaterais não serem os únicos atores); ampliação do leque de monitoramento de instâncias.

Yara Pietricovisky. Sugere sejam apontados alguns caminhos sobre o tipo de ação a ser adotado daqui para a frente, tendo em vista a detonação do processo pelo Seminário e a partir da consciência de que as entidades brasileiras têm enorme carência de percepção do que realmente desejam. Informa estar sendo registrada a ata deste encontro, a qual será encaminhada a todos os participantes e servirá de subsídio para futuras ações.

Sergio Guimarães. Assinala terem sido apontados neste Seminário vários indicativos da necessidade de uma reflexão sobre o inter-relacionamento das ONGs, movimentos populares e área internacional. Sugere uma discussão mais clara sobre o tipo de relação desejado em termos de cooperação na questão dos bancos multilaterais, dos projetos e das lutas específicas que se tenta desenvolver nas várias regiões. Enfatiza a necessidade de uma definição sobre os passos a serem seguidos, para evitar dispersão após este encontro.

Carlos Alberto Ricardo. Discorda do ponto de vista expendido pelo debatedor anterior, eis que, em sua opinião, o momento não é oportuno para esse tipo de discussão. Reafirma a importância da elaboração de propostas alternativas e formas de ação paralelas. Sugere uma reflexão sobre a eficácia das entidades de representação (ONGs, movimentos populares etc.) no relacionamento com o mundo dos organismos internacionais de financiamento. Reafirma a necessidade de uma preocupação com o patamar das várias instâncias e dos vários desafios a serem por elas enfrentados. Reafirma sua opinião quanto à fragilidade do modelo institucional brasileiro e do modelo de enfrentamento das entidades brasileiras para fazer face a todo o contexto internacional. Destaca, mais uma vez, a relevância desta questão e de uma discussão sobre o tema a partir de grupos específicos. Quanto à questão do Orçamento da União, insiste na formação de um grupo de trabalho para sua análise.

Yara Pietricovisty. Informa que, com relação ao Orçamento, já existe um grupo de trabalho do IBASE, no INESC, que se prepara exatamente para traduzi-lo e verificar como se dá a alocação dos vários

Acervo ISA

recursos do Governo Federal. Esclarece que este trabalho terá início ainda no corrente ano e se insere no âmbito de um projeto mais amplo.

Steve Schwartzman. Refere-se à fragmentação das questões levantadas pelo Seminário sobre os bancos. Manifesta dúvidas sobre até que ponto haveria suficiente massa crítica para tratar-se da problemática referente às políticas nacionais.

Olimpio Barbante. Considera importante uma aproximação do conjunto das organizações não governamentais que atuam no Parlamento, onde também interagem os Bancos e os Governos na formulação das políticas públicas, considerando-se também o fato de os Bancos estarem cada vez mais contatando o Congresso Nacional. Informa que este trabalho já vem sendo feito pelo INESC, mas, dado o volume e a diversidade de assuntos, esta entidade encontra dificuldades para levar a cabo sua tarefa. Informa sobre a atuação da Comissão que representa junto às ONGs e a distribuição de um boletim informativo mensal de suas atividades. Assinala que solicitação feita pela Comissão às ONGs, sobre contribuições e estudos críticos a respeito de projetos de lei que tramitam naquele órgão técnico da Câmara dos Deputados, até agora não foi respondida, o que, a seu ver, demonstra, até certo ponto, a incapacidade institucional das organizações não governamentais. Informa que, no que diz respeito à próxima revisão constitucional, a Confederação Nacional das Indústrias e a Confederação Nacional da Agricultura já têm pronta sua estratégia de lobby, nos quais, logicamente já está embutido o lobby dos bancos.

Yara Pietricovisky. Esclarece que o INESC tem estado sempre presente no Congresso Nacional, especialmente junto à Comissão integrada pelo debatedor.

Capobianco. Comenta a atuação das ONGs brasileiras e enfatiza a necessidade de estas criarem um espaço de articulação, inclusive para fins de circulação da informação. Propõe a criação de dois grupos de trabalho: um, para avançar a discussão feita ao longo deste Seminário e fixar um programa e, outro, para análise do Orçamento. Assinala que qualquer interferência só se dará através de um trabalho permanente das entidades, de acompanhamento dos vários programas.

Gustavo Ribeiro. Comenta sobre a ação dos organismos multilaterais, a complexidade e heterogeneidade dos projetos com que lidam e o campo de mecanismos e alianças neles envolvidos, com a consorciação de grande número de elites. Neste sentido, é de opinião de que a atuação das ONGs para se contraporem a este quadro, depende da eficácia com que elas operam, embora no caso se trate de enfrentar as maiores corporações transnacionais. Refere-se ao quadro de perplexidade em que se insere a atuação do Banco Mundial e sugere a criação de uma instância diferente, de uma nova comunidade de comunicação, para atuar internamente no Banco Mundial, com real poder de intervenção no sistema político de encaminhamento das decisões dentro do Banco.
Concorda com o ponto de vista expendido pelo Moderador, quanto à necessidade de se reverter o fluxo de informação e de poder político. Propõe, neste sentido, a criação de uma espécie de federação de ONGs brasileiras em Washington para monitorar essas grandes agências internacionais.

Julio Barbosa. Comenta sobre o alto grau de desinformação verificado entre as diversas ONGs, questão que mais se evidenciou ao longo das discussões do Seminário. Manifesta concordância com o ponto de vista expendido pelo representante da Câmara dos Deputados, no sentido de uma presença mais efetiva das entidades no Congresso Nacional e de sua maior articulação.

Renato Athias. Refere-se ao problema da informação e considera fundamental criar-se um sistema para socializar a informação no âmbito das ONGs. Enfatiza a necessidade de uma discussão sobre como promover ações concretas, por parte das organizações não governamentais, nos níveis nacional e internacional. Da mesma forma, considera importante a questão da fiscalização dos recursos aplicados nos vários projetos.

Ricardo Arnt. Faz uma análise crítica da atuação das OGNs brasileiras na área internacional. Em relação à maciça atuação dos bancos multilaterais, considera importante que as ONGs não negligenciem nesta área e participem, juntamente com os parceiros no exterior, especialmente a

Acervo ISA

comunidade ambientalista, dessa campanha dos bancos, sugerindo a esses parceiros, inclusive, a criação, nos países tomadores de empréstimos, de grupos específicos não apenas para monitoramento dos projetos dos bancos multilaterais,como também das atividades dos bancos nacionais de desenvolvimento, da questão dos subsídios, enfim, dos orçamentos internos e outras. Considera extremamente importante que as ONGs mudem sua postura e se voltem para a ação dos organismos nacionais, deixando de depender exclusivamente das iniciativas do Banco Mundial. Sugere que, por exemplo, haja um contato mais estreito com os Parlamentares federais, com vistas às elaboração de projetos de lei que permitissem acesso a informações do setor público referentes a projetos privados financiados por agências estatais.

Jean Pierre. Apela no sentido de que as entidades do exterior se articulem melhor para exercerem pressões mais fortes, mais unitárias sobre os organismos multilaterais, para evitar perda de tempo por parte das entidades nacionais. Sugere a criação de grupos de trabalho comum, para fortalecimento das atividades das ONGs. Assinala a necessidade de se pensar sobre a existência, importante, de um espaço regional, situado entre o local e o internacional, o qual é preciso construir, articulando tais dimensões. Quanto ao trabalho de lobby, concorda com a realização de workshops, mas entende que tais oficinas serão mais eficazes se já se fizer o lobby. Exemplifica com o conjunto dos problemas urbanos, que já poderiam servir para essa atividade. Quanto à rede de ONGs, afirma já existir atualmente e acredita ser preciso apenas dar um pouco mais de conseqüência e consistência a suas atividades. Sugere, finalmente, a criação, no exterior, de um escritório de representação, com um pequeno grupo de pessoas.

Henri Alcerard. Entende falsa a questão Orçamento/bancos multilaterais, pelo fato de os dois temas não serem excludentes, e que um não deve ser considerado mais importante que o outro. Ressalta a importância da lógica global que conforma as partes envolvidas e que leva ao fortalecimento de certos atores nessa correlação mundial de forças e ao enfraquecimento de outros. Discorda do ponto de vista expendido pelo expositor Carlos Alberto Ricardo, no que diz respeito a um novo modelo de estratégia de enfrentamento, e concorda com o companheiro Rubens Born, no sentido de uma mudança de foco das políticas, desconsiderando o tempo como fator decisivo, em favor de procurar-se o ponto sensível da questão, que permita mudar exatamente a correlação de forças, ou seja, a relação entre ONGs, bancos e governos. Assinala que o que caracteriza esta relação é justamente o fato de que onde o Banco entra ele fragmenta a sociedade - portanto, o sujeito político - criando um conjunto de atingidos (ribeirinhos, afetados por barragens, populações deslocadas, índios etc.) e que têm que se reconstituir como sujeito político através de um processo bastante complexo. Esclarece que a estratégia do Banco é justamente esfacelar essas comunidades que constituem o sujeito político, o que é ajudado pela diferenciação de condições objetivas de enfrentamento por parte das ONGs.

Considera necessário que as ONGs iniciem um trabalho no sentido de se constituírem em ator político, tendo em vista esse fato global, e, por outro lado, entender também a política dos bancos em relação às ONGs, dada a importância destas para aqueles organismos internacionais de financiamento.

Raimundo Nonato Brito. Procede à leitura de manifestação da CUT sobre nota publicada em boletim do SINDISEP, com ataques ao Serviço Público. Quanto ao Seminário, expressa a opinião de que é necessário promover o fortalecimento das ações regionais, para que possam trazer ressonância às políticas públicas, no nível nacional e no nível internacional. Refere-se, ainda, à questão da circulação da informação, que considera importante. Solicita o apoio do Seminário a duas iniciativas da CUT: Grito dos Povos da Amazônia por Cidadania e Desenvolvimento, a realizar-se no próximo mês de maio, e a I Conferência da Amazônia Oriental, em junho, em Belém do Pará.

Nilo Batista. Faz comentários sobre a questão da eficácia, levantada por outros debatedores, e assinala que aí entram variáveis muito complicadas que precisam ser levadas em conta e que tornam, portanto, bastante complexa sua discussão. Considera importante a idéia da criação de uma rede para fortalecimento da atuação das ONGs, mas manifesta preocupação com o fato de já existirem redes no País e que não têm demonstrado certa capacidade de funcionar, em termos não só de distribuição de informações, mas como formuladores de propostas, de políticas e de ações. Oferece a colaboração de sua entidade ao trabalho das ONGs e sugere a formação de parcerias para a realização de um

Acervo ISA

seminário para discussão das políticas financeiras. Propõe, ainda, que a ata do presente Seminário seja igualmente enviada aos poderes públicos e às organizações que dele não puderam participar, bem como a criação, pelo Alternex de uma conferência nacional para circulação de informações, a fim de evitar a dependência de redes internacionais. Sugere, para finalizar, uma atividade de triangulação com os demais países atingidos por grandes projetos financiados pelas agências multilaterais.

Steve Schwartzman. Informa sobre a existência de quatro documentos de interesse da maioria das ONGs: o primeiro é um resumo das conclusões do primeiro seminário realizado na Câmara dos Deputados, no ano passado,e os outros são agendas internacionais, que se encontram disponíveis para os interessados na sede do INESC.

Resume as principais propostas apresentadas na fase de debates: criação de um grupo para análise do Orçamento, formação de um grupo para a trabalhar a ata desta reunião e criação de uma comissão de países atingidos por projetos do Banco Mundial.

Tony Gross. Assinala apresentação de proposta no sentido de que os representantes brasileiros que eventualmente estejam em Washington por ocasião da próxima reunião do Banco Mundial levem esta proposta para a reunião paralela.

Yara Pietricovisky. Sugere que os que se interessarem em agregar-se aos diversos grupos, entrem em contato com o INESC.

Tony Gross. A Mesa agradece aos organizadores, INESC, EDF e OXFAM, a realização deste Seminário, bem como a participação de todos os presentes, e dá por encerrado o encontro.

Acervo ISA

From uunet!ax.apc.org!ricardo Wed Jan 26 12:45:09 1994
From: ax.apc.org!ricardo@uunet
Date: Wed, 26 Jan 1994 15:09:44 -0200
Message-Id: <199401261709.PAA03958@ax.ibase.br>
To: ax.apc.org!igc.apc.org!wolfgang@uunet
Subject: bird-final
Cc: ax.apc.org!edf.org!steves@uunet

Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 1994

Prezados(as) companheiros(as):

Os objetivos desta carta sao:

(a) socializar informacoes sobre a politica de informacao do Banco Mundial (BIRD) e do Banco Interamericano de Desenvolvido (BID); e

(b) apresentar a proposta de pressionar o governo brasileiro a tornar mais transparentes as suas relacoes com os bancos multilaterais, abrindo espaco para o monitoramento da sociedade civil sobre os projetos apresentados ao BIRD e ao BID, desde o desenho da proposta ate a avaliacao final.

Esta carta e resultado de uma reuniao realizada em 11 de janeiro de 1994, reunindo Jean-Pierre Leroy e Ricardo Tavares, da FASE; Maria Clara Couto, do IBASE; e Wolfgang Kaiser, do Projeto de Intercambio EZE-IBASE. Nesta reuniao, analisamos o material recentemente enviado pelo "Environment Defense Fund" (EDF / Estados Unidos) sobre a renovacao de capital do BID e sobre as mudancas na politica de informacoes do Banco Mundial e do BID.

Na parte A, entao, temos um resumo deste material enviado pelo EDF, e na parte B, propostas de encaminhamento, sobre as quais soliticamos suas emendas, cortes, adendos e participacao.

A) Atualizacao sobre a politica de informacoes do BIRD e do BID:

[Baseado principalmente em Steve Shwartzman, "Ao GT de Bancos Multilaterais", fax, 10 de novembro de 1993; e Lori Udall, "Memorandum to Narmada Action Committee and International NGOs", 14 de novembro de 1993].

Acervo ISA

A.1) A nova politica de informacao do Banco Mundial:

O Banco Mundial aprovou no segundo semestre do ano passado revisoes na sua politica de informacao e a criacao de um "Painel de Inspecao" para investigar queixas sobre violacoes de normas de procedimento do Banco, que poderao ser feitas pelos proprios diretores do Banco e por pessoas atingidas pelas suas politicas.

O Banco vai criar um novo documento, o "Project Information Document-PID" (Documento de Informacao de Projeto). Este documento vai ser elaborado especialmente para a divulga<ao junto ao pu'blico (omitindo as informa<oes "confidenciais" ou "sensitivas") e estara' acessivel antes da decisao da Diretoria Executiva do Banco sobre a aprova<ao do projeto.

Os "Staff Appraisal Reports-SARs" (Informe de Avaliacao do Staff) -
ja existentes - poderao ser divulgados apo's a decisao sobre a aprova<ao dos projetos pela Diretoria, mas estao sujeitos a permanecer em segredo caso haja bloqueio por diretores ou governos.

Outros documentos, como os importantes "Country Economic and Sector Work Reports", que analisam as poli'ticas macroecono^micas e setoriais do pai's e que trazem a avalia<ao e a poli'tica do Banco sobre as mesmas, tambem dependerao de autorizacao dos governos nacionais para divulgacao.

O Banco promete tambe'm facilitar o acesso a seus Policy Papers, a si'nteses dos relato'rios de avalia<ao de projetos, a ana'lises de impacto ambiental e a relato'rios de auditoria interna, bem como criar Centros de Informacao Publica, em diversos pai'ses, para difusao de seus documentos. Diz ainda que aceitara pedidos de informacoes sobre a liberacao de seus documentos. Para pedir informacoes, a pessoa ou entidade tem que mostrar que e' diretamente atingida pelo projeto financiado pelo Banco cujos documentos deseja acessar.

Essas novas politicas estao sendo definidas como "cosmeticas", por grande parte das ONGs. Nos "Paineis de Inspecao", onde setores afetados podem solicitar a abertura de uma investiga<ao sobre o projeto, o inicio do processo e definido pelos proprios Diretores do Banco. Ou seja, para abrir um processo a diretoria precisa aprovar. Nao ha recursos adequados para a investigacao. Para liberar documentos, autorizacao dos governos e dos diretores sao exigidas.

Devido a uma pole^mica discussao e a certa resiste^ncia tanto dentro do staff do BIRD quanto entre os paises- membros (dentre os quais se destacam Brasil, India e China), a nova politica de

Acervo ISA

informacao devera ser revisada pelo Banco apos um ano de experiencia.

Esta poli'tica de amplia<ao da transpare^ncia do Banco e' resultado de pressoes diversas provenientes de governos de Estado, parlamentos, ONGs e movimentos sociais, para maior abertura e transparencia do Banco. Existem tende^ncias dentro de parlamentos, como e' no caso do Congresso nos EUA, de condicionar o aporte ou o fluxo de recursos do Tesouro para os bancos multilaterais, a politicas de transparencia.

A.2) A renovacao de capital e a politica de transparencia do BID:

Esta em negociacao a reposicao de capital do BID. Nos dias 31 de janeiro e 1o. de fevereiro, a representa<ao do Banco se reunira' em Washington, EUA, para definir a questao. O anuncio oficial das decisoes esta previsto para a Reuniao Anual do BID, que sera em Guadalajara, Mexico, em abril.

Da mesma forma que no BIRD, o Congresso dos EUA, pressionado por ONGs norte-americanas, esta exigindo politica de transparencia para aprovar novo aporte de recursos norte-americanos para o BID. A posicao brasileira e' particularmente importante porque o Brasil e', depois dos EUA, o segundo maior acionista do BID.

De maneira geral, tanto no BIRD quanto no BID, os representantes brasileiros tem feito oposicao a's politicas de informacao e transparencia. Alegam que somente as ONGs norte-americanas estao interessadas nisso, ignorando o desejo de democratizacao dos bancos multilaterais presente na sociedade brasileira.

B) Proposta de Encaminhamento para Pressionar o Governo

Brasileiro.

Na reuniao de 11 de janeiro, decidimos preparar a carta em anexo para ser enviada - caso haja concordancia - para o Ministro da Economia, com co'pia para a Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministe'rio do Planejamento, Itamaraty e Ministerio do Meio Ambiente.

Gostari'amos de convidar outras ONGs que trabalham sobre os bancos multilaterais a discuti-la e assina-la.

O que segue e' um rascunho, a fim de que possam ser feitas emendas. Emendas, sugestoes de encaminhamento e subscricao do

Acervo ISA

documento podem ser feitas ate o final de fevereiro, daqui ha cerca de um mes, portanto. O quanto antes, porem, melhor. Maria Clara Couto, do IBASE, vai centralizar as sugestoes (ver endereco para comunicacao abaixo). A lista de entidades para as quais esta correspondencia foi enviada segue abaixo. As entidades mencionadas podem enviar diretamente para outras que julguem importante tambem participar. Estamos procurando envolver: entidades do GT de Bancos Multilaterais; entidades que trabalham com questoes vinculadas aos bancos multilaterais; grupos diretamente impactados por politicas do banco.

A ideia e enviar esta carta no final de fevereiro, pelos seguintes motivos:

* Dado o prazo de um ano (1994) ate a auto-avaliacao do BIRD da sua nova politica de informacao, urge testar a disposicao do governo brasileiro e do BIRD de serem mais abertos.

* Propomos tambem que se procure marcar um encontro com os ministros ou responsaveis pelas politicas para os bancos multilaterais nos Ministerios em mar<o - por exemplo, ao mesmo tempo em que se realizara em Brasilia o encontro do Forum de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente ou o workshop da ABONG e do Itamaraty em torno da Acao da Cidadania; ou seja: eventos nos quais varias das nossas organizacoes deveriam estar presentes na capital. Soliticamos ao INESC que, apos o fechamento da versao final, envie a carta e procure marcar a audiencia com os Ministerios.

* Consideramos que poderia ser importante que os interessados nessa questao pudessem se reunir para discutir esta proposta e possiveis desdobramentos, aproveitando a presen<a de muitas ONGs em Brasi'lia em virtude da realiza<ao do Forum ou da atividade da ABONG em meados de mar<o. Pedimos a todos que nos manifestem o interesse de participar desse encontro e que enviem sugestoes de datas.

Um grande abraco para todos,

Maria Clara Couto - IBASE
(na sua ausencia, assinado
por Atila Roque, Coordenador
de Cooperacao)

Ricardo Tavares - Fase

Maria Clara Couto
IBASE

Acervo ISA

Rua Vicente Souza 12
Rio de Janeiro, RJ
22251-070

Tel: 021 - 286 6161
Fax: 286 0541
E-mail: ax:clara

Lista de entidades para as quais esta correspondencia foi enderecada: Centro Josue de Castro, CLF, Forum de Belem, Forum de Mato Grosso, Forum de Rondonia, GTA, IEA, INESC, PACS, SOS Mata Atlantica.

anexo

RASCUNHO DE UMA CARTA

Para: Ministro da Economia

cc: - Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministerio de Planejamento
- Itamaraty
- Ministerio do Meio Ambiente e da Amazonia

Exmo. Sr.:

Nos, ONGs que trabalhamos em areas ou com setores atingidos por projetos do Banco Mundial (BIRD) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), ante a crescente iniciativa dos bancos multilaterais de buscar um novo tipo de relacionamento com diversos setores da sociedade civil brasileira, gostariamos de chamar a aten<ao de V. Sr. para algumas questoes de particular relevancia.

A transparencia das acoes do Estado e a participacao democratica da sociedade civil na esfera publica se tornaram conquistas da cidadania brasileira. O Brasil atravessa um momento particularmente significativo de sua historia, onde a sociedade civil assume as suas responsabilidades na consolidacao da democracia e na construcao de um novo modelo de desenvolvimento. A relacao do Brasil com os bancos multilaterais - o BIRD e o BID em particular - nao podem ficar alheias a este processo.

O Banco Mundial acaba de adotar uma nova politica de informacao e

Acervo ISA

transparencia. O BID, no bojo das negociacoes sobre a renovacao de seu capital, esta tambem debatendo uma politica de transparencia. Em grande medida, estas iniciativas sao resultado do crescente questionamento de projetos financiados por esses bancos de desenvolvimento, que frequentemente trouxeram graves consequencias sociais e ambientais. Essas criticas partem de governos de Estado, Parlamentos, ONGs e movimentos sociais. Alem disso, mesmo consultorias contratadas recentemente pelo proprio staff do BIRD revelam o alto indice de fracasso dos projetos por ele financiados (em media 38% e no Brasil 44%), apontando como uma das causas desse mau desempenho, a deficiencia de informa<ao e de participa<ao das popula<oes envolvidas, bem como a falta de discussoes mais amplas com os setores nao-governamentais na fase preparatoria dos projetos.

Com base nesses elementos, vimos por meio desta carta afirmar nossa posicao de apoio a politica de transparencia e acesso as informacoes relacionadas tanto aos projetos em discussao quanto aos ja aprovados pelos bancos multilaterais. Acreditamos que esta transparencia corresponde ao interesse nacional brasileiro de construir uma sociedade democratica e vigorosa, com um Estado democratico onde o Executivo fiscalizado pelo Legislativo e pelo Judiciario, com imprensa e organizacoes da sociedade civil atentas e participantes. Essa democratizacao, do ponto de vista da sociedade civil brasileira, contribuiria para a implementacao de projetos promotores de um modelo de desenvolvimento sustentavel e socialmente justo.

Consideramos a recente politica de informacoes do Banco Mundial insuficiente, mas tendo em vista a proposta de revisao desta nova politica, dentro de um ano, gostariamos de abrir um canal de dialogo permanente e proficuo com o governo brasileiro no sentido de discutirmos novas medidas capazes de contribuir para a maior transparencia das politicas e projetos financiados pelos bancos multilaterais. Gostariamos tambem de conhecer melhor a posicao do governo brasileiro sobre o processo de restrutura<ao em curso nos bancos multilaterais e, particularmente, sobre a importancia do acesso, pela sociedade civil, a informacoes relativas aos projetos enviados a estes bancos, bem como ao acompanhamento da execucao dos mesmos.

Neste sentido, destacamos alguns pontos de dialogo a respeito dos bancos multilaterais, que gostariamos de desenvolver com o governo brasileiro:

(i) A posicao do governo brasileiro sobre a nova politica de informacoes do Banco Mundial.

Acervo ISA

E' importante conhecer a posi<ao do governo brasileiro sobre a politica de informa<oes do Banco, bem como debater formas como a representa<ao brasileira poderia intervir na sua avalia<ao e revisao visando inclusive a ampliacao da politica de transparencia atualmente proposta pelo Banco.

(ii) A autorizacao do governo brasileiro para que o Banco Mundial libere todos os documentos do BIRD relacionados a financiamentos de projetos brasileiros.

Na atual politica do BIRD, o acesso as informacoes sobre projetos depende da autorizacao do governo nacional, a fim de que as entidades da sociedade civil possam obter os documentos que desejam. O governo brasileiro poderia emitir um poderoso sinal pro-democratizacao do Banco autorizando o acesso as ONGs brasileiras, dos documentos sobre o Brasil. A representa<ao brasileira poderia, ainda, demandar instala<ao no Brasil de um Public Information Center;

(iii) A posicao do governo brasileiro a respeito das negociacoes de renovacao de capital do BID e da necessidade deste banco de desenvolvimento implementar uma politica de acesso as informacoes sobre a proposta e execucao de projetos;

As questoes que estao em pauta relacionadas ao papel do Banco Mundial se repetem aqui. Com o aumento do capital e uma provavel enfase em projetos sociais, a importancia de transparencia do BID cresce. Impactos sociais e ambientais de grandes projetos com o apoio do BID preocupam as nossas organizacoes;

(iv) A criacao de um mecanismo nacional de consulta entre o governo e as entidades da sociedade civil brasileira sobre os projetos enviados aos bancos multilaterais.

O proprio Banco Mundial vem tomando iniciativa de consultas informais a ONGs, com base em criterios ainda pouco claros, sobre projetos enviados pelo governo brasileiro ao BIRD. Gostariamos de debater a criacao de um mecanismo que pudesse manter aberto o dialogo entre o governo e a sociedade brasileira, desde o momento do desenho dos projetos.

Solititamos, por fim, um audiencia no final do proximo mes de marco com o Sr. Ministro, para debatermos os pontos mencionados acima.

Acervo ISA

Atenciosamente,

[Os nomes das ONGs estarao em ordem alfabetica]

Jorge Eduardo Saavedra Durao
FASE / Federa<ao de Orgaos para Assistencia Social e Educacional
Rio de Janeiro

(A FASE, ONG de educacao e desenvolvimento, tem escritorios em 12 estados do Brasil, trabalhando com problematicas de pequenos agricultores, assalariados rurais e populacoes urbanas, confrontados com projetos e politicas dos bancos multilaterais)

Herbert de Souza
IBASE / Instituto Brasileiro de Analises Sociais e Economicas.
Rio de Janeiro

(Entre outras atividades, o IBASE dedica-se ao acompanhamento das politicas de cooperacao internacional, a avaliacao do papel de seus diferentes atores e ao analise e a formulacao de propostas alternativas as politicas de ajuste estrutural)

(as demais ONGs signatarias acrescentem, por favor, os nomes de suas responsaveis e entidades, junto com uma breve descri<ao de que forma estao envolvidas/atingidas com os bancos multilaterais).

Acervo ISA

ENVIRONMENTAL
DEFENSE FUND

Capital Office
1875 Connecticut Ave., N.W.
Washington, DC 20009
(202) 387-3500
Fax: 202-234-6049

November 10, 1993

Ao: GT Bancos Multilaterais
De: Steve Schwartzman, EDF

Referente: Mudanças recentes na politica de informações do Banco Mundial; criação da inspetoria geral (comissão de avaliação dos projetos) do Banco; e reposição de capital do BID

Primeiro queria dizer que estamos com um atraso muito grande em fechar o relatório do seminário de março. Porém, estamos fechando e eu o enviarei em breve. As entidades ambientalists involvidas na campanha dos bancos veem como um sinal extremamente importante a criação do GT Bancos Multilaterais. Portanto eu queria atualizar voces sobre a discussão recente sobre reformas das politícas dos bancos multilaterais, e sugerir umas possibilidades para o GT Bancos, mesmo antes de distribuir o relatório do seminário.

Neste ano houveram duas mudanças de políticas no Banco Mundial, ambas resultados de pressão do governo norteamericano. No contexto da renegociação da capital da Associação Internacional de Desenvolvimento (ADI - segunda maior instancia do Banco Mundial, que faz emprestimos a juros concessionais para os paises mais pobres), a sub-comitê de instituições internacionais de financiamento do Comitê de Bancos, Financiamento, e Assuntos Urbanos da Câmara vem promovendo duas reformas nas políticas do Banco--maior acesso publico ás informações sobre os projetos, e a criação de uma inspetoria geral no banco, ou seja, um tipo de comissão independente para analisar e encaminhar denúncias de abusos nos projetos. Os parlamentares (principalmente o chefe do sub-comitê, Barney Frank, Democrata de Massachussetts) aproveitaram a negociação do ADI, uma parte do Banco Mundial, para abrir discussão de reformas no Banco como um todo. A pressão do comitê procedeu da polêmica sobre um projeto do Banco na India, as barragens no rio Narmada, onde um grande movimento de base dos atingidos vem denunciando o flagrante descaso do banco e dos governos locais e federal há anos, e que culminou neste ano com a retirada do banco do projeto. O longo debate, levando inclusive até a criação de um grupo extraordinário e independente de avaliação do projeto (o Morse Comission)

National Headquarters

257 Park Avenue South
New York, NY 10010
(212) 505-2100

5655 College Ave.
Oakland, CA 94618
(510) 658-8008

1405 Arapahoe Ave.
Boulder, CO 80302
(303) 440-4901

128 East Hargett St.
Raleigh, NC 27601
(919) 821-7793

1800 Guadalupe
Austin, TX 78701
(512) 478-5161

100% Post-Consumer Recycled Paper

Acervo ISA

imposto no gerenciamento pelos diretores executivos, deixou uma clima de desconfiança entre alguns diretores executivos e o gerenciamento do Banco. O canal da pressão norteamericana foi o Departmento do Tesouro, sendo que os estados unidos foi o pais que liderou a crítica do comportamento do Banco no Narmada. O Tesouro, sentindo uma ameaça de perder apoio congressional para a participação norteamericana no ADI, se esforçou em negociar no conselho diretor do banco (ou seja, entre os diretores executivos do Banco, os representantes dos paises membros) mudanças suficientes para evitar uma ruptura com a Camara.

Os resultados dessa negociação são: 1) nova política de acesso as informações dos projetos; 2) criação da inspetoria geral ("inspection panel"). O memorandum da minha colega Lori Udall explica os pontos pincipais dessas duas novas políticas. Esse documento, e os documentos do Banco referente a inspetoria geral, seguem pelo CEDEX. Como voces vêrão, a política de informações é extremamente modesta, senão cosmética. Relatórios de avaliação dos projetos (Staff Appraisal Report - SAR - o documento sintético que explica o que é um determinando projeto, quais condições foram negociados, qual é a participação do Banco e qual a contrapartida nacional, e que é apresentado ao conselho diretor do Banco no momento da votação do projeto) serão liberados para o publico após aprovação do projeto em questão. Outrora era um documento a princípio segredo. Um novo documento, o Documento de Informação do Projeto (Project Information Document - PID) sera preparado para novos projetos (após Outubro 1993) para distribuição pública. Os PID não conterão informações "confidenciais", e serão resumos breves. Outros documentos (p.e., todos os relatórios técnicos que fundamentam os SARs) poderão ser distribuidos pelo banco, com anuência do governo, e a critério do banco (provavelemente, o gerente do projeto, ou "task manager"), na base de decisões caso-por-caso.

A inspetoria do banco está explicado nos documentos que seguirão. Sendo estruturado agora, tera a função de investigar denuncias de pessoas atingidos por projetos ou accões do Banco resultantes do Banco não ter cumprido com as suas políticas. Os diretores executivos proporão nomes ao Presidente, que escolherá tres pessoa para compor a inspetoria. A inspetoria deverá receber queixas de pessoas prejudicadas pelas acções ou omissões do Banco, provenientes do descaso do Banco em implementar as suas políticas, ou de diretores executivos. O conselho diretor pode vetar a investigação de qualquer projeto denunciado, e a inspetoria só pode agir após esgotado as possibilidade de resolver os problemas diretamente com o responsavel pelo projeto no banco (o "task manager").

Acervo ISA

Alem disso, no contexto da negociação da reposição da capital do BID, o tesouro norteamericana está propondo um acesso publico mais amplo as informações dos projetos do BID, mais ou menos seguindo a linha da nova política do Banco Mundial. A neogociação de reposição da capital é via de regra o momento em que os paises membros acordam nas políticas e prioridades para os proximos tres anos. O gerenciamento do banco apresenta um texto, que em seguida o conselho diretor modifica, emenda e neogica. Já forma realizados tres reuniões dos governadores (ministros de economia ou seus designados) e a proxima sera nos dias 13 e 14 de dezembro. A negociação pode ou não fechar neste ano. Os EUA é o maior accionista do BID, e o Brasil é o segundo maior accionista, e o maior e o lider dos paises latinos. O Brasil, conforme os contatos no Tesouro, vem não dizendo nem sim nem não nessa questão, mas protelando e enrolando. A oportunidade é de empurrar uma abertura maior na política de informações. O texto em negociação, e os comentários do tesouro tambem seguirão.

O GT dos Bancos Multilaterais, e outras entidades no Brasil, tem agora importantes oportundiades de exercer uma influência chave nesses processos. Primeiro, pela conjuntura de longo prazo dessas discussões nos conselhos diretores dos bancos, onde toda conversa de reforma, seja de avaliação dos impactos ambientais, seja de democratizar o acesso as informações, tem sido puxada pelos Estados Unidos, com os paises tomadores de emprestimos (basicamente o G77), liderados ou pelo Brasil ou pela India, fazendo oposição e caraterizando toda mudança como atentado à soberania, e com os europeus ora apoiando o norte, ora apoiando o sul, entrando nas discussões mais polémicas a rebouque dos EUA. O auge da polémica no Banco Mundial sobre acesso as informações ocorreu no verão passado, quando numa reunião do conselho diretor, o então diretor executivo brasileiro, Pedro Malã, chegou a dizer que ter acesso ao mais documentos de projetos só interessava ao EDF e o Bank Information Center (as duas entidades de Washington mais ativas na campanha dos bancos), e mais ninguem. Obviamente, seria interessante saber qual é a posição do governo brasileiro nessas negociações (BID e Banco Mundial), como tambem seria interessante a Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Economia saber que a democratização das informações sobre o uso de dinheiro público interessa a sociedade civil.

Existem várias possibilidades de acção para o GT Bancos nesse contexto. Primeiro, pode já começar a pedir informações e documentos sobre projetos do banco, tanto os já em curso quanto os novos, embora a nova política os trata de forma diferenciada. Certamente os foruns de Rondonia e Mato Grosso teriam interesse numa iniciativa dessas. Segundo, pode se pensar em nomes

Acervo ISA

par a inspetoria do Banco Mundial (pessoas de reconhecida competência nas áreas de desenvolvimento, meio ambiente, direitos humanos, sei lá, talvez um Hélio Jaguaribe da vida). Terceiro, pode consultar as entidades que participaram do seminário de março quanto a possibilidade de apresentar uma queixa na inspetoria sobre algum projeto do Banco onde alguma política do banco não foi cumprido que causou dano a alguma categoria. Teria que ser um projeto ainda em curso, ou seja, ainda desembolsando. Quarto, pode indagar do Ministério da Economia qual é a postura do Brasil sobre a negociação da reposição da capital do BID e especificamente sobre a questão de acesso as informações. Ao médio ou longo prazo pode pensar as possibilidades de discutir com o Ministro da Economia a posição do Brasil sobre a democratização dos bancos multilaterais de modo geral.

Ofereço essas sugestões no espírito de provocar a debate no sentido de encontrar formas úteis e eficazes de ampliar a nossa colaboração. Estou a disposição do GT para qualquer outra informação ou discussão destas ou outras questões que forem convenientes.

cc - Ricardo Tavares - FASE
Beto Ricardo - CEDI
Márcio Santilli - NDI
José Carlos Libânio - WWF
Barbara Bramble - NWF
Kay Treakle - Bank Information Center
Tony Gross - Cumai,
Luis Rodrigues de Oliveira - Forum de Rondonia
Sérgio Guimarães - Forum de Mato Grosso

Acervo ISA

INTER-AMERICAN DEVELOPMENT BANK
Operations Department
Information Resources Management Unit

OPS - 07

MONTHLY REPORT ON STATUS OF LOAN APPLICATIONS AND TECHNICAL COOPERATION AND STATUS OF PROCUREMENT

October 1993

Acervo ISA

MONTHLY REPORT ON LOAN APPLICATIONS AND STATUS OF PROCUREMENT AS OF 10/31/93

COUNTRY: Brasil — OPS-07 PAGE: 9

PROBABLE EXECUTOR	PROBABLE FINANC. AND EST. COST	PROJECT NUMBER, SECTOR AND DESCRIPTION	POSSIBLE PROCUREMENT	PROCESSING STAGE
CGB	(BID):$350.0 Cost :$793.0	(BR0072) SECTOR: ENVIRONMENTAL PROGRAMS BASIC SANITATION GUANABARA BAY THE PROJECT COMPRISES A SERIES OF INVESTMENTS TO REDUCE POLLUTION OF THE BAY AND SURROUNDING AREAS AND TO IMPROVE SANITARY SERVICES, PRINCIPALLY FOR LOW INCOME AREAS. THE PROJECT WOULD BE IMPLEMENTED BY THE GRUPO EXECUTIVO DE DECONTAMINATION OF BAHIA DA GUANABARA (GEDEG) IN COORDINATION WITH STATE, FEDERAL, AND MUNICIPAL ORGANIZATIONS. Environment Clas.: 3	BIDDING FOR SUPERVISION AND CONSTRUCTION WORKS (WATER AND SEWER SYSTEMS, THE WIDENING OF DRAINAGE CANALS AND SOLID WASTE DISPOSAL SYSTEMS)IS SCHEDULED FOR THE END OF 1993	FINAL APPROVAL STAGE
DNER	(BID):$300.0 Cost :$1,000.0	(BR0150) SECTOR: TRANSPORTATION HIGHWAY MODERNIZAT/ S.PAULO-FLORIANOPOLS THE PROJECT CONSIST IN THE MODERNIZATION AND WIDENING OF THE FOLLOWING FEDERAL HIGHWAYS, BR-116 SAO PAULO - CURITIBA SECTION (395KM), BR-376 AND BR-101 BETWEEN CURITIBA AND FLORIANOPOLIS IN THE SOUTHERN REGION OF BRASIL. IT IS ALSO FORSEEN TO IMPLEMENT A COST RECOVERY MECHANISM (TOLL AND CONCESION TO THE PRIVATE SECTOR) AT THE CONCLUSION OF THE PROJECT. THE PROJECT IS LOCATED IN THE STATES OF SAO PAULO, PARANA AND SANTA CATARINA Environment Clas.:N/D	CIVIL WORK WILL BE AWARDED THROUGH INTERNATIONAL BIDDING WHOSE SCHEDULE HAS NOT BEEN DEFINED. IT IS ALSO NECESSARY TO DEFINE THE BIDDING PROCEDURES IN THE CASE OF CONCESSIONS TO THE PRIVATE SECTOR.	IDENTIFICATION STAGE
SVP	(BID):$320.0 Cost :$530.0	(BR0159) SECTOR: AGRICULTURE DRAINAGE IN SAO PAULO, II STAGE THE OBJECTIVE IS TO IMPROVE CURRENT URBAN AND ENVIRONMENTAL CONDITIONS IN CREEKS IN THE CITY OF SAO PAULO, REDUCE THE RISK OF FLOODING, RELOCATE LOW INCOME POPULATIONS AND IMPROVE URBAN ROADS. TO ACHIEVE THOSE OBJECTIVES IT IS FORESEEN TO CHANNEL 14 CREEKS, TO IMPROVE THE DRAINAGE SYSTEM, TO BUILD ROADS AND RELOCATE FAMILIES IN NEW HOUSING UNITS. Environment Clas.:N/D	BIDDING WILL BE CARRIED OUT FOR CIVIL WORKS, THE SCHEDULE HAS NOT YET BEEN DEFINED	IDENTIFICATION STAGE
STM	(BID):$400.0 Cost :$670.0	(BR0163) SECTOR: TRANSPORTATION SAO PAULO URBAN TRAIN SYSTEM THE PROJECT OBJECTIVES ARE TO EXPAND THE SUPPLY OF THE URBAN TRANSPORT SERVICES AND TO IMPROVE THEIR EFFICIENCY IN THE SOUTH AND SOUTHWEST AREAS OF THE MRSP. IN THESE AREAS, LOW INCOME COMMUNITIES ARE CONCETRATED. THE PROJECT EXCECUTION INCLUDES: (1) CONSTRUCTION OF 9KM RAILWAY LINE, MOSTLY ELEVATED WITH SIX STATIONS AND SUPPORT EDIFICATIONS, AS WELL AS ACQUISITION OF TRANSPORT EQUIPMENT; AND (2) CONSTRUCTION OF NEW STATIONS FOR THE SOUTH LINE OF FEPASA TRAIN SYSTEM. Environment Clas.: 3	EQUIPMENT (WAGONS, ROLLING STOCKS, ETC); WORKS (CONSTRUCTION OF TRUNK LINES, NEW TRAIN STATIONS, ETC), AND SPECIALIZED CONSULTING SERVICES WILL BE DIFFINED NEXT MISSION.	IDENTIFICATION STAGE

Acervo ISA

MONTHLY REPORT ON LOAN APPLICATIONS AND STATUS OF PROCUREMENT AS OF 10/31/93

COUNTRY: Brasil — OPS-07 PAGE: 10

PROBABLE EXECUTOR	PROBABLE FINANC. AND EST. COST	PROJECT NUMBER, SECTOR AND DESCRIPTION	POSSIBLE PROCUREMENT	PROCESSING STAGE
FINEP	(BID):$160.0 Cost :$320.0	(BR0164) SECTOR: N/A SCIENCE & TECHNOLOGY PROGRAM, FINEP II THE PROGRAM IS A SECOND STAGE OF A SIMILAR PROGRAM UNDER EXECUTION. THE SECOND STAGE COMPRISES: SUPPORT TO MOST RELEVANT RESEARCH INSTITUTIONS TO DEVELOP SCIENTIFIC COMPETENCE; B) SUPPORT TECHNOLOGICAL DEVELOPMENT OF PRIVATE SECTOR; AND C) FINEP'S STRENGHTENING TROUGH CAPITALIZATION. THE BANK FINANCING WILL BE EFECTIVE TROUGH A GLOBAL CREDIT LINE. Environment Clas.:N/D	THERE IS NOT INFORMATION RELATED TO GOODS AND SERVICES TO BE CONSIDERED IN THE PROGRAM.	IDENTIFICATION STAGE
MRE	(BID):$10.0 Cost :$20.0	(BR0166) SECTOR: PREINVESTMENT STRENGHTENING OF INTEGRATION MECHANISM THE OBJECTIVE IS TO DEVELOP IN THE MINISTRY OF EXTERNAL AFAIRS, TECHNICAL AND INSTITUTIONAL SKEELS TO CONDUCT THE INTEGRATION MATERS WITHIN "MERCOSUR". THE MAIN COMPONENTS ARE: 1. IMPLEMENT A DATA BASE OF THE MERCOSUR COUNTRIES; 2. IMPLEMENT STUDIES, RESEARCH AND PUBLICATION PROGRAMS; 3. IMPLEMENT A CORE GROUP IN TRADE AND PROMOTION ; 4 ORGANIZE INTERNATIONAL EVENTS AND OTHER ACTIVITIES RELATED TO MERCOSUR. Environment Clas.:N/D	NO INFORMATION AVAILABLE AT THIS STAGE	IDENTIFICATION STAGE
SEPEOG	(BID):$100.0 Cost :$200.0	(BR0167) SECTOR: EDUCATION SECONDARY EDUCATION IMPROVEMENT - PARANA THE PROJECT COULD INCLUDE THE FOLLOWING ACTIVITIES: (A) RESTRUCTURING SECONDARY EDUCATION THROUGH TEACHER TRAINING, ADQUISITION OF EQUIPMENT, AND CONSTRUCTION, IMPROVEMENT AND EXPANSION OF THE SCHOOL NETWORK; (B) ESTABLISHING ADVANCED CENTERS IN BASIC TEACHER TRAINING, REGIONAL CENTERS IN TECHNICAL TRAINING, AND SCIENCE AND TECHNOLOGY CENTERS; AND (C) SECONDARY EDUCATION SYSTEM MANAGEMENT. Environment Clas.:N/D	PROCUREMENT UNDER THE PROGRAM HAS NOT YET BEEN DEFINED.	IDENTIFICATION STAGE
SGOS	(BID):$175.0 Cost :$350.0	(BR0169) SECTOR: SANITATION BASIC SANITATION GOIANIA AND GOIAS VELHO THE PROGRAM OBJETIVES ARE: (1) TO EXPAND THE COVERAGE OF WATER AND SANITARY SEWERAGE SERVICES FOR THE METROPOLITAN AREA OF GOIANIA AND; (2) TO IMPLEMENT A SANITARY SEWERAGE SYSTEM FOR WASTEWATER COLLECTION FOR THE CITY OF GOIAS. THE WORKS TO BE EXECUTED WILL BENEFIT APPROXIMATELY 1.300.000 PERSONS. Environment Clas.:N/D	INFORMATION AND POSSIBLE PROCUREMENT SCHEDULE IS NOT AVILABLE YET.	IDENTIFICATION STAGE

Acervo ISA

MONTHLY REPORT ON LOAN APPLICATIONS AND STATUS OF PROCUREMENT AS OF 10/31/93

COUNTRY: Brasil — OPS-07 PAGE: 11

PROBABLE EXECUTOR	PROBABLE FINANC. AND EST. COST	PROJECT NUMBER, SECTOR AND DESCRIPTION	POSSIBLE PROCUREMENT	PROCESSING STAGE
CAERD	(BID):$90.0 Cost :$138.0	(BR0170) SECTOR: SANITATION BASIC SANITATION OF STATE OF RONDONIA THE OBJECTIVE OF THE PROGRAM IS TO IMPROVE THE SANITARY AND LIFE CONDITIONS OF APPROXIMATELY 327,000 PERSONS IN URBAN AND RURAL AREAS IN THE STATE OF RONDONIA BY THREE SUBPROGRAMS (I) WATER SUPPLY; (II) SEWERAGE SYSTEM; AND (III) INSTITUTIONAL STRENGHTENING. Environment Clas.:N/D	NO INFORMATION AVAILABLE AT THIS MOMENT.	IDENTIFICATION STAGE
COSAMA	(BID):$98.0 Cost :$130.0	(BR0192) SECTOR: SANITATION BASIC SANITAT. PROGRAM. IGARAPES MANAUS THE PROGRAM OBJECTIVE IS TO IMPROVE THE SANITARY CONDITIONS OF THE SAO RAIMUNDO AND LOS EDUCANDOS VALLEYS IN THE CITY OF MANAUS BY FIVE SUBPROGRAMS: (I) EXECUTION OF CIVIL WORKS FOR WATER SUPPLY, SEWERAGE SYSTEM, AND URBAN ROADS; (II) SOLID WASTE DISPOSITION; (III) FAMILIES RELOCATION; (IV) COMMUNITY PROMOTION AND SANITARY EDUCATION; AND (V) TECHNICAL STUDIES AND INSTITUTIONAL STRENGHTENING. Environment Clas.: 3	PUBLIC BIDDING FOR CIVIL WORKS AND THE PROCUREMENT OF EQUIPMENT WILL TAKE PLACE ONCE THE SPECIFICATIONS ARE DEFINED UPON COMPLETION OF ANALYSIS MISSION.	PREPARATION STAGE
EMBASA	(BID):$216.0 Cost :$360.0	(BR0203) SECTOR: SANITATION BASIC SANITATION BAHIA TODOS OS SANTOS. THE PROGRAM WILL CONSIST OF THE FOLLOWING COMPONENTS: (A)ENVIRONMENTAL SANITATION IN THE AREA OF TODOS LOS SANTOS; (B)CONTROL OF INDUSTRIAL POLLUTION; (C)AN ENVIRONMENTAL EDUCATION CAMPAIGN: (D)DEVELOPMENT OF A DETAILED DIAGNOSTIC OF THE BAY AND THE AREA OF THE PROJECT; (E)A POSSIBLE COMPONENT OF SOLID WASTE REMOVAL FOR THE MUNICIPALITIES ADJACENT TO SALVADOR WHICH ARE NOT INCLUDED IN THE WORLD BANK'S PROGRAM. Environment Clas.: 3	WILL BE DETERMINED AFTER THE ORIENTATION OR ANALYSIS MISSION.	IDENTIFICATION STAGE
BNB	(BID):$200.0 Cost :$400.0	(BR0204) SECTOR: TURISM NORTHEAST DEVELOPMENT PROGRAM-TOURISM THE MULTIPLE WORKS PROGRAM ENVISAGES THE EXECUTION OF INFRASTRUCTURE INVESTMENTS TO SUPPORT AN EXPANSION OF TOURISM IN THE NORTHEAST. ELEGIBILITY CRITERIA HAVE BEEN DEVELOPED FOR ANALYZING POSSIBLE PROJECTS, BUT THE SPECIFIC COMPONENTS FOR EACH HAVE NOT BEEN FULLY DEFINED. THE PROGRAM IS EXPECTED TO INCLUDE WORKS IN SANITATION, TRANSPORT, AND ELECTRICITY, COMPLEMENTED BY ACTIVITIES IN INSTITUTIONAL STRENTHENING AND TOURISM PROMOTION FOR PRIVATE SECTOR PARTICIPATION. Environment Clas.:N/D	PROGRAM AT PROFILE I STAGE. PROCUREMENT UNDER THE PROGRAM HAS NOT YET BEEN DEFINED.	IDENTIFICATION STAGE

Acervo ISA

International Bank for Reconstruction and Development
International Development Association

SecM94-116

FROM: Vice President and Secretary

February 4, 1994

MONTHLY OPERATIONAL SUMMARY OF BANK AND IDA PROPOSED PROJECTS
(As of January 15, 1994)

Distribution:

Executive Directors and Alternates
Office of the President
Executive Vice Presidents, IFC and MIGA
Vice Presidents, Bank, IFC and MIGA
Directors and Department Heads
Bank, IFC and MIGA

Acervo ISA

BRAZIL

Secretaria do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente (SDU) & Secretaria dos Recursos Hidricos (SRH)	120.0 (Bank)	(N) Ceara Urban Development and Water Resource Management - The project would include provision of basic municipal infrastructure, water conservation works, and institutional development. Environmental Assessment Category A.	Need for consultants not yet determined.	Appraisal completed. Date of negotiations to be determined.
DAER - Departamento Autonomo de Estradas de Rodagem	63.0 (Bank)	(R) State Highway Management - Rio Grande do Sul - Supports rehabilitation and maintenance of the state highway network and strengthen state and road maintenance capacities. Environmental Assessment Category B.	Consulting services will be required for engineering, construction supervision, and technical assistance.	Negotiations tentatively scheduled for May 1994.
State Education Secretariat (SEED)	95.0 (Bank)	(R) Parana Basic Education - The project seeks to improve educational achievement among public school primary students in the State of Parana. The project will have support improvements in the quality and availability of books and other educational materials, teacher training, physical infrastructure and system management at both the state and municipal levels. Environmental Assessment Category C.	Consultants (mostly individual) will be required in specialized areas of institutional developments.	Negotiations tentatively scheduled for February 1994. Retroactive financing of up to 5% of the loan amount would be considered to help start implementation of project components.

Acervo ISA

Member Country, Implementing Agency [1]	Amount & Probable Lender [2]	Project [3]	Consulting Services	Stage of Processing and Action on Procurement [4]
BRAZIL (Cont'd)				
State Education Secretariat (SEE/MG)	151.0 (Bank)	(R) Minas Gerais Education Quality Improvement (ProQualidade) - This project will seek to improve educational achievement in the State of Minas Gerais by providing a package of essential educational inputs and services to public school children and supporting government institutions to change investment patterns, management systems and policy frameworks. Environmental Assessment Category C.	Individual consultants and consulting firms will be required to develop management information systems, carry out educational research and training programs, provide technical assistance in measurement and testing, and execute civil works-related surveys.	Negotiations scheduled for February 8, 1994. Retroative financing of up to 7% of the loan amount would be considered to help start implementation of project components.
State Education Secretariat (SEDU)	20.5 (Bank)	(R) Espirito Santo Basic Education - This project aims at improving the quality and efficiency of basic public education in 12 state municipalities by providing financing in support of: (a) increased quality and efficiency of instruction in first and second grades; (b) improvement and expansion of pre-school programs; and (c) institutional strengthening at the state and municipal level. Environmental Assessment Category C.	Consultants (mostly individual) will be required in specialized areas of institutional developments.	Negotiations tentatively scheduled for February 1994. Retroactive financing of up to 5% of the loan amount would be considered to help start implementation of project components.
CESAN and SEAMA	140.0 (Bank)	Water Sector and Coastal Pollution Control in Espirito Santo - The project will: (a) increase water supply and sewerage coverage and service quality; (b) reduce current levels of coastal and river pollution; (c) promote corporate authority and institutional accountability of CESAN and SEAMA; and (d) assist in preparing proposals dealing with collection and disposal of solid waste and initial pilot project. Environmental Assessment Category B.	Consulting services will be required for institutional strengthening of CESAN ad SEAMA.	Appraisal report under preparation.
Secretary of Transport of Sao Paulo	350.0 (Bank)	(R) Sao Paulo Integrated Urban Transport - Project will integrate the rail-based modes in the Sao Paulo Metropolitan region (including CBTU, FEPASA, METRO) and the Sao Paulo Municipal bus system seeking a reduction of buses on the streets, reducing travel times, and improving the environment. Environmental Assessment Category B.	To be determined.	Appraisal report under preparation. (Cofinancing of about US$385.0 million will be required.) Retroactive financing of US$38.0 million has been authorized for final engineering design and project management.
Departamento de Estradas de Rodagem de Maranho (DER-MA), Departamento de Estradas de Rodagem do Piaui (DER-PI), Governo do Estado do Tocantins - Infrastructure Secretariat (SEINF-TO)	220.0 (Bank)	State Highways Management II - Rehabilitation, periodic maintenance, and upgrading of state highways and strengthening of state highway department's maintenance capabilities in the states of Maranhao, Piaui and Tocantins. Environmental Assessment Category B.	Consultant services will be required for engineering, construction supervision, and technical assistance.	Negotiations completed. Board presentation scheduled for February 22, 1994.

Acervo ISA

Member Country, Implementing Agency [1]	Amount & Probable Lender [2]	Project [3]	Consulting Services	Stage of Processing and Action on Procurement [4]
BRAZIL (Cont'd)				
Ministry of Communications	15.0 (Bank)	Telecom T.A. - Support the Government in implementing policy reform and structural reorganization in the telecommunications sector. Environmental Assessment Category C.	Consulting services will be required for studies and technical assistance.	Project preparation under way.
Ministry of Health, National Program for AIDS/STD Control	160.0 (Bank)	AIDS and STD Control - Investments to stem the AIDS epidemic and associated diseases (other sexually transmitted diseases and tuberculosis), through preventive measures, improved surveillance, more cost-effective treatment interventions, and institutional development. Environmental Assessment Category B.	To be determined.	Approved by the Executive Directors on November 9, 1993. Retroactive financing is expected.
Federal Railway Export Company (RFFSA)	Up to 250.0 (Bank)	Railway Reform - Restructuring of RFFSA and rehabilitation of track in major railway corridors to enable privatization of railway services. Environmental Assessment Category B.	To be determined.	Identification under way.
INFRAERO	Up to 100.0 (Bank)	INFRAERO Reform - Finance time-slice of INFRAERO's investment program and support sectoral regulatory reforms. Environmental Assessment Category: To Be Determined.	To be determined.	Project under preparation.
Companhia Vale do Rio Doce	Up to 50.0 (Bank)	(R) Environmental Conservation and Rehabilitation - Supports the environmental program of Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) which includes: (a) an industrial and mining pollution control component; (b) natural resources component; (c) a research and development component for the preservation of ecosystems; and (d) socially-oriented investments. Environmental Assessment Category B.	Consulting services will be required for impact assessment and environmental auditing studies.	Negotiations in progress.
Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER)	Up to 150.0 (Bank)	Federal Highway II - Will support decentralization of highway administration and private sector involvement in highway construction, operation and maintenance. Would also help finance the federal highway rehabilitation and maintenance programs. Environmental Assessment Category B.	Consulting services will be required for engineering and work supervision, and for institutional strengthening.	Project preparation under way.
Secretaria de Agricultura, Pecuaria e Desenvolvimento Agrario do Estado de Mato Grosso do Sul (SECAP-MS)	Up to 30.0 (Bank)	Land Management IV (Mato Grosso do Sul) - To improve natural resources protection in Pantanal watershed and generate sustainable productivity gains through improved land management and soil conservation within abut 350 catchments/microcatchments in the State of Mato Grosso do Sul. Environmental Assessment Category B.	To be determined.	Pre-appraisal mission scheduled for February 1994.

Acervo ISA

Member Country, Implementing Agency [1]	Amount & Probable Lender [2]	Project [3]	Consulting Services	Stage of Processing and Action on Procurement [4]
BRAZIL (Cont'd)				
Secretaria de Energia e Saneamento (Sao Paulo), Secretaria de Planejamento (Parana)	Up to 245.0 (Bank)	(R) Water Quality and Pollution Control (Sao Paulo and Parana) - Help sector authorities to address water pollution issues through a self- sustained investment project in the most congested areas of Brazil, to develop methodologies to address the cleaning of environment, and specifically to manage scarce water sources for human consumption and agriculture. Environmental Assessment Category A.	The borrowers will make extensive use of consultants for preparation of projects, studies and institutional strengthening programs.	Approved by the Executive Directors on July 2, 1992. Loans to Sao Paulo and Parana signed on December 17, 1992. Loan to the Federal Government expected to be signed in February 1994.
Ministry of Health	Up to 200.0 (Bank)	Quality Assurance - Support for strengthening Government's normative and regulatory roles in health and epidemiological surveyance. Environmental Assessment Category C.	To be determined.	Project preparation under way.
Sao Paulo State Secretariat of Agriculture and Supply (SAA-SP)	Up to 55.0 (Bank)	Land Management III (Sao Paulo) - To generate environmental benefits and sustainable productivity gains through improved land management and soil conservation within about 2,000 microcatchments involving 120,000 farmers in Sao Paulo. Environmental Assessment Category B.	Consulting services will be required for about 12 staffmonths for organizing training.	Negotiations postponed at the request of the Government.
Ministry of Education	Up to 206.7 (Bank)	Northeast Basic Education III - The project will support basic education in up to five states in the Northeast. Environmental Assessment Category C.	Consulting services will be required in the area of education management.	Approved by the Executive Directors on November 23, 1993.
Departmento de Estradas de Rodagem (DER) in the states of Alagoas and Sta. Caterina	88.0 (Bank)	(R) State Highways Management Project - Rehabilitation and periodic maintenance of state highways and strengthening of state highway department's maintenance capabilities in the states of Alagoas, and Santa Catarina. Includes a component to strengthen the state highway agencies' environmental capacity. Environmental Assessment Category B.	Consultant services will be required for engineering, construction supervision and technical assistance.	Approved by the Executive Directors on December 22, 1992. Loan to Santa Catarina signed on December 22, 1992. Signing of Alagoas loan expected by June 1994. Retroactive financing would be considered up to 10% of the loan amount to help start implementation of project components.
Ministry of Agriculture, National Irrigation Secretariat	Up to 200.0 (Bank)	Irrigation Subsector II - Private Irrigation (follow-up to Irrigation Subsector I) in Northeast. Environmental Assessment Category B.	To be determined.	Project preparation on hold pending Government's assignment of priority to project.

Acervo ISA

Key World Bank Documents

1. Project Lending:

Initial Executive Project Summaries
Executive Project Summaries
yellow and green cover draft Staff Appraisal Reports
Staff Appraisal Reports
Co-financing Briefs
Loan and Credit Agreements
Mid-Term Reviews
Project briefings written for Executive Directors
Project Completion Reports
Project Performance Audit Reports
Operations Evaluation Department Precis

2. Economic and Sector Work

-grey and red cover economic and sector reports
-sector policy papers
-technical reports
-final country strategy papers

3. Environmental Work

-environmental issue papers
-all environmental country studies